

Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET I  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET

**ELTON ANDRADE DOS SANTOS**

**OS EFEITOS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NA  
(RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS CERRADOS  
BAIANOS: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em foco**

SALVADOR-BA

2021

Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Departamento de Ciências Exatas e da Terra - DCET I  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET

**ELTON ANDRADE DOS SANTOS**

**OS EFEITOS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NA  
(RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS CERRADOS  
BAIANOS: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em foco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET), Linha de Pesquisa “Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional”, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito final para obtenção do título de mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto

SALVADOR-BA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237e

Santos, Elton Andrade dos

Os efeitos da dinâmica migratória na (re)organização espacial dos cerrados baianos: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em foco / Elton Andrade dos Santos. - Salvador, 2021.

181 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET, Campus I. 2021.

1.Migração interna - Cerrado - Bahia. 2.Barreiras - Ba. 3.Luís Eduardo Magalhães - Ba.

CDD: 907

# FOLHA DE APROVAÇÃO

ELTON ANDRADE DOS SANTOS

## OS EFEITOS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NA (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS CERRADOS BAIANOS: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães em foco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET), Linha de Pesquisa “Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional”, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Salvador, Bahia, 29 de setembro de 2021.

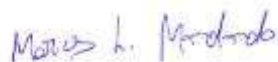
Banca examinadora:



Agripino Souza Coelho Neto - Orientador  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Doutor em Geografia, Universidade Federal Fluminense - UFF



Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Doutor em Geografia, Universidade Federal Fluminense - UFF

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por todas oportunidades e dificuldades que tem me ajudado. A toda minha família (irmãos, primos, tios e avós) por todo suporte, inclusive para realização desta dissertação, especialmente minha mãe Leni e ao meu pai Eduardo, em memória, pelo amor e esforço em prol da minha educação.

A minha namorada Thayse por todo carinho e incentivo que contribuíram para completar essa etapa das nossas vidas. Aos colegas e amigos construídos ao longo do PROET, a quem desenvolvi um grande carinho, respeito e admiração por todos os momentos que pudemos compartilhar juntos.

Aos professores do PROET, especialmente ao meu orientador Agripino, com quem tive o privilégio de desenvolver a pesquisa junto e que sempre incentivou a produção acadêmica, deixo aqui registrado a minha admiração pelo seu lado profissional e ético, assim como pela confiança no trabalho. Estendo os agradecimentos a banca, os professores Marcos Mondardo e Antonio Ângelo pelas contribuições, críticas e sugestões desde a qualificação até a banca de defesa.

Agradeço também ao Macello Medeiros e Leonardo Polli que possibilitaram oportunidades e vivências no lado profissional e pelas experiências adquiridas. Por fim, agradeço a UNEB, ao DCET I e ao colegiado do PROET, em nome de Edmilson Natividade, um funcionário e colega exemplar, pela empatia em nos ajudar sempre que pudesse.

Muito obrigado a todos vocês por essa experiência fantástica e que contribuíram imensamente para meu crescimento pessoal e profissional, apesar das dificuldades a Universidade Pública resiste!

## RESUMO

A partir da década de 1960, os cerrados brasileiros foram objeto de políticas governamentais que estimularam sua ocupação populacional e sua exploração econômica. As ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foram decisivas para o desenvolvimento de tecnologias que viabilizaram a expansão agrícola nos cerrados, com a introdução da chamada “agricultura moderna”, produzindo a atração de expressivos fluxos migratórios. As cidades médias brasileiras apresentaram um dinamismo demográfico significativo e isso se deve à contribuição dada pelos saldos migratórios a esse crescimento urbano. Nos cerrados baianos, a industrialização da agricultura e consolidação dos complexos agroindustriais conduziram ao processo crescente de concentração de terra. Com isso, as áreas de expansão do agronegócio são de forte expansão demográfica, com movimentação constante de fluxos migratórios, influenciando na dinâmica de ocupação. Diante deste quadro, a presente dissertação se propõe analisar a dinâmica migratória nos cerrados baianos e os efeitos na (re)organização espacial nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A pesquisa se apoiou em bibliografia especializada sobre migrações e em estudos realizados sobre as chamadas “cidades do agronegócio” no Oeste da Bahia. Ocupou-se, também, de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e das informações de sites de empresas imobiliárias e de jornais *on-line* do Oeste baiano. Para a análise das migrações e seus efeitos no processo de ocupação dos cerrados baianos nos últimos vinte anos, com ênfase no papel dos migrantes, buscou-se situá-los no contexto mais amplo de mudanças na estrutura urbana e econômica através da aplicação dos questionários. Os resultados do processo de ocupação dos cerrados baianos apontaram o crescimento acelerado de cidades, o surgimento de novas cidades, a intensificação do processo de urbanização e a produção de segregação socioespacial. A difusão da agricultura nos cerrados baianos tem provocado uma nova organização, pautada pela transformação das cidades do agronegócio em um lócus da produção agrícola, pois atendem às demandas do consumo produtivo e passaram a atrair migrantes para ocuparem esses espaços. Contudo o estabelecimento de novas relações campo-cidade, acabaram por gerar efeitos na dinâmica populacional, na expansão/exploração do mercado de trabalho e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, o que contradiz e desmistifica as ideias de desenvolvimento e modernização das cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração. Cerrado. Oeste baiano. Barreiras-Ba. Luís Eduardo Magalhães-Ba.

## ABSTRACT

From the 1960s onwards, the Brazilian *cerrados* were the object of government policies that stimulated population occupation and economic exploration. The actions of the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) and the Japanese-Brazilian Cooperation Program for the Development of the *Cerrados* (PRODECER) were decisive for the development of technologies that enabled agricultural expansion in the *cerrados*, with the introduction of the so-called “modern agriculture”, producing the attraction of expressive migratory flows. The Brazilian *médium* cities showed a significant demographic dynamism and this is due to the contribution made by migratory balances to this urban growth. In the *cerrados* of Bahia, the industrialization of agriculture and the consolidation of agro-industrial complexes led to a growing process of land concentration. So, the expansion areas of agribusiness are of strong demographic expansion, with constant movement of migratory flows, influencing the dynamics of occupation. Given this situation, this dissertation aims to analyze the migratory dynamics in the Bahian *cerrados* and the effects on the spatial (re)organization in the cities of Barreiras and Luís Eduardo Magalhães. The research was based on a specialized bibliography on migrations and on studies carried out on the so-called “agribusiness cities” in Western Bahia. He also dealt with secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and information from real estate company websites and online newspapers in the West of Bahia. For the analysis of migrations and their effects on the process of occupation of the Bahian *cerrados* in the last twenty years, with an emphasis on the role of migrants, we sought to place them in the broader context of changes in the urban and economic structure through the application of questionnaires. The results of the process of occupation of the *cerrados* of Bahia pointed to the accelerated growth of cities, the emergence of new cities, the intensification of the urbanization process and the production of socio-spatial segregation. The spread of agriculture in Bahian *cerrados* has brought about a new organization, based on the transformation of agribusiness cities into a locus of agricultural production, as they meet the demands of productive consumption and began to attract migrants to occupy these spaces. However, the establishment of new country-city relationships ended up generating effects on population dynamics, on the expansion/exploitation of the labor market and the deepening of socio-spatial inequalities, which contradicts and demystifies the ideas of development and modernization of cities.

**KEYWORDS:** Migration. *Cerrado*. West of Bahia. Barreiras-Ba. Luís Eduardo Magalhães-Ba.

## RESUMÉN

Desde la década de 1960, los cerrados brasileños fueron objeto de políticas gubernamentales que estimularon la ocupación de la población y la explotación económica. Las acciones de la Corporación Brasileña de Investigaciones Agropecuarias (EMBRAPA) y el Programa de Cooperación Japonés-brasileño para el Desarrollo de los Cerrados (PRODECER) fueron decisivas para el desarrollo de tecnologías que permitieron la expansión agrícola en los cerrados, con la introducción de los llamados “Agricultura moderna”, que produce la atracción de expresivos flujos migratorios. Las ciudades brasileñas de tamaño medio mostraron un importante dinamismo demográfico y esto se debe a la contribución de los saldos migratorios a este crecimiento urbano. En los cerrados de Bahía, la industrialización de la agricultura y la consolidación de los complejos agroindustriales condujeron a un creciente proceso de concentración de la tierra. Así, las áreas de expansión de la agroindustria son de fuerte expansión demográfica, con constante movimiento de flujos migratorios, incidiendo en la dinámica de ocupación. Ante esta situación, esta disertación tiene como objetivo analizar la dinámica migratoria en los cerrados bahianos y los efectos sobre la (re) organización espacial en las ciudades de Barreiras y Luís Eduardo Magalhães. La investigación se basó en una bibliografía especializada sobre migraciones y en estudios realizados sobre las llamadas “ciudades agroindustriales” del occidente de Bahía. También se ocupó de datos secundarios del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) e información de sitios web de empresas inmobiliarias y periódicos en línea en el Oeste de Bahía. Para el análisis de las migraciones y sus efectos sobre el proceso de ocupación de los cerrados bahianos en los últimos veinte años, con énfasis en el papel de los migrantes, buscamos ubicarlos en el contexto más amplio de cambios en la estructura urbana y económica a través de la aplicación de cuestionarios. Los resultados del proceso de ocupación de los cerrados de Bahía apuntaron al crecimiento acelerado de las ciudades, el surgimiento de nuevas ciudades, la intensificación del proceso de urbanización y la producción de segregación socioespacial. La expansión de la agricultura en los cerrados de Bahía ha propiciado una nueva organización, basada en la transformación de las ciudades agroindustriales en un locus de producción agrícola, ya que satisfacen las demandas del consumo productivo y comienzan a atraer migrantes para ocupar estos espacios. Sin embargo, el establecimiento de nuevas relaciones campo-ciudad terminó generando efectos sobre la dinámica poblacional, sobre la expansión / explotación del mercado laboral y la profundización de las desigualdades socioespaciales, lo que contradice y desmitifica las ideas de desarrollo y modernización de las ciudades.

**PALABRAS-CLAVE:** Migracion. Cerrado. Oeste de Bahía. Barreiras-Ba. Luís Eduardo Magalhães-Ba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de regionalização dos municípios do Oeste baiano .....	55
Figura 2 - Presença da marca John Deere em Luís Eduardo Magalhães.....	59
Figura 3 - Organograma com as linhas explicativas do fenômeno migratório.....	73
Figura 4 - Cobertura da malha viária em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães .....	93
Figura 5 - Fases da análise de conteúdo .....	98
Figura 6 - Participação por sexo/gênero, Barreiras-BA .....	100
Figura 7 - Participação da população por faixa etária. 2021. Barreiras-BA.....	101
Figura 8 - Migrantes por escolaridade. 2021. Barreiras-BA .....	101
Figura 9 - Quantidade de pessoas por família dos mirantes. 2021. Barreiras-BA .....	102
Figura 10 - Quantitativo de migrantes participantes por bairro de moradia. 2021. Barreiras-BA .....	103
Figura 11 - Participação dos migrantes por setor da economia. 2021. Barreiras-BA .....	103
Figura 12 - Posse ou não de propriedade rural pelos migrantes. 2021. Barreiras-BA .....	104
Figura 13 - Origem regional dos migrantes. 2021. Barreiras .....	105
Figura 14 - Periodicidade das migrações para Barreiras .....	106
Figura 15 - Motivos para escolher morar em Barreiras-BA.....	106
Figura 16 - Principais dificuldades de adaptação apontada pelos migrantes. 2021. Barreiras-BA.....	107
Figura 17 - Possibilidade ou vontade de retornar ao seu local de origem.....	108
Figura 18 - Participação migrantes por sexo/gênero. 2021. Luís Eduardo Magalhães-BA ...	109
Figura 19 - Participação dos migrantes por faixa etária. 2021. Luís Eduardo Magalhães -BA .....	109
Figura 20 - Migrantes por escolaridade. 2021. Luís Eduardo Magalhães-BA .....	110
Figura 21 - Quantidade de pessoas residentes, Luís Eduardo Magalhães-BA .....	111
Figura 22 - Quantitativo de migrantes participantes por bairro de moradia. 2021. Luís Eduardo Magalhães.....	111
Figura 23 - Participação dos migrantes por setor da economia. 2021. Luís Eduardo Magalhães-BA.....	112
Figura 24 - Posse ou não de propriedade rural, Luís Eduardo Magalhães-BA.....	113
Figura 25 - Origem regional dos migrantes. 2021. Luís Eduardo Magalhães.....	114
Figura 26 - Periodicidade das migrações para Luís Eduardo Magalhães.....	114

Figura 27 - Motivos para escolher morar em Luís Eduardo Magalhães-BA.....	115
Figura 28 - Principais dificuldades de adaptação dos migrantes a Luís Eduardo Magalhães-BA .....	116
Figura 29 - Possibilidade ou vontade de retornar ao seu local de origem.....	117
Figura 30 - Mapa de localização de Barreiras-BA .....	131
Figura 31 - Bandeira e brasão de Barreiras-BA .....	132
Figuras 32 e 33 - Sedes da ABAPA e do escritório da Horita em Barreiras.....	133
Figura 34 - Campus da UNEB em Barreiras .....	134
Figuras 35 e 36 – Estabelecimentos comerciais próximos à margem da BR-242. Barreiras .	135
Figura 37 - Mapa de localização dos estabelecimentos comerciais voltados para o agronegócio em Barreiras-BA.....	136
Figura 38 – Evolução da mancha urbana de Barreiras .....	138
Figura 39 - Tendência de crescimento de Barreiras .....	139
Figura 40 e 41 – Rua Custódio Moreno e Avenida José Bonifácio, Centro de Barreiras .....	140
Figura 42 - Mapa do zoneamento urbano de Barreiras .....	141
Figura 43 – Cartaz informativo do lançamento de um novo loteamento residencial .....	142
Figura 44 - Localização dos edifícios e condomínios fechados em Barreiras.....	143
Figura 45 – Condomínio verticalizado no bairro Morada Nobre, Barreiras. ....	144
Figura 46 – Realidades em áreas de baixo e alto padrão construtivos. Barreiras.....	145
Figuras 47 e 48 – Conjunto de casas no bairro da Morada Nobre e residências na Vila Brasil .....	146
Figura 49 - Mapa de localização de Luís Eduardo Magalhães-BA.....	148
Figura 50 - Brasão oficial do município de Luís Eduardo Magalhães .....	149
Figura 51 - Estabelecimento financeiro de Luís Eduardo Magalhães .....	150
Figura 52 e 53 - Obras para a construção de shopping e trator estacionado ao centro da cidade. ....	151
Figura 54 – Fachada da Bunge. Luís Eduardo Magalhães .....	151
Figura 55 - Mapa do zoneamento urbano de Luís Eduardo Magalhães .....	153
Figura 56 – Padrão residencial no bairro Santa Cruz, Luís Eduardo Magalhães .....	154
Figura 57 - Localização dos estabelecimentos comerciais voltados ao Agronegócio em LEM .....	156
Figura 58 e 59 – Concentração de estabelecimentos comerciais voltados ao agronegócio. ..	156
Figura 60 e 61 – Outdoors com propagandas de imóveis em Luís Eduardo Magalhães.....	157
Figura 62 - Outdoor de divulgação da Bahia Farm Show .....	158

Figura 63 - Mapa de localização dos edifícios e condomínios fechados em Luís Eduardo Magalhães.....	159
Figura 64 - Realidades em áreas de baixo e alto padrão construtivos. Luís Eduardo Magalhães .....	160
Figura 65 – Vazio urbano no bairro Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães.....	161
Figura 66 e 67 – Residências e condomínios privados em Luís Eduardo Magalhães.....	162
Figura 68 - Aparecimento de grandes edificações em Luís Eduardo Magalhães.....	162

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução histórica da área plantada das principais culturas agrícolas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães .....	56
Tabela 2 - PIB dos Municípios com participação agropecuária no Oeste baiano em comparação com o Estado da Bahia, 1999-2007-2015 .....	57
Tabela 3 - Participação dos setores de atividades no total de empregos do Oeste baiano. 2000-2018 .....	63
Tabela 4 - Participação da produção de soja na área plantada dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhaes - 2018.....	65
Tabela 5 - Participação da produção de soja no total da produção agrícola dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhaes - 2018 .....	65
Tabela 6 - Participação da soja no total da renda agrícola dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhaes - 2018.....	65
Tabela 7 - Valor da agropecuária, PIB e PIB per capita a preços correntes - Bahia, 2013 .....	66
Tabela 8 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Sinop-MT .....	88
Tabela 9 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Dourados-MS ..	88
Tabela 10 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Rio Verde (GO) .....	89
Tabela 11 - Evolução populacional e proporção de crescimento da cidade de Barreiras. 1970-2010 .....	94
Tabela 12 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Luís Eduardo Magalhães.....	94
Tabela 13 - Amostra da origem da população residente em Barreiras-BA .....	95
Tabela 14 - Amostra da origem da população residente em Luís Eduardo Magalhães-BA.....	96
Tabela 15 - Participação dos estabelecimentos por setor de atividade do município de Barreiras. 2017 .....	134
Tabela 16 - Índices de Desenvolvimento Humano do município de Barreiras- 1991-2010 ..	147
Tabela 17 - Participação dos estabelecimentos por setor de atividade do município.....	155
Tabela 18 - Renda, pobreza e desigualdade em Luís Eduardo Magalhães - BA.....	163

## LISTA DE SIGLAS

ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão  
AGRINVEST - Programa de Investimento da Modernização da Agricultura Baiana  
AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia  
CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola  
COACERAL - Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda  
COARC - Cooperativa Agrícola Mista do Rio Corrente  
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco  
COMESF - Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco  
COOPROESTE - Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia  
COPERGEL - Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda  
COPERMOSA - Cooperativa Agrícola de Formosa do Rio Preto  
DERBA - Departamento de Estrada e Rodagem da Bahia  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
GITE - Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
JICA - Japan International Cooperation Agency  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
PAM - Produção Agrícola Municipal  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano  
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
RPA - Regiões Produtivas Agrícolas  
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura  
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Bahia  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
VAB – Valor Agregado Bruto

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS CERRADOS BAIANOS.....	27
2.1 A reestruturação produtiva e a implantação do modelo de produção agrícola globalizada.....	27
2.2 O papel do agronegócio nas áreas de cerrados.....	39
2.3 A reestruturação produtiva nos cerrados baianos.....	50
3 OS EFEITOS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NOS CERRADOS BAIANOS.....	70
3.1 Migrações: aproximações conceituais.....	71
3.2 Breves apontamentos sobre as migrações no Brasil e no cerrado.....	81
3.3 Migrações para os cerrados baianos.....	91
3.3.1 <i>Crescimento Urbano em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães</i> .....	92
3.3.2 <i>Os migrantes de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: perfil e características</i> .....	98
4 (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS CERRADOS BAIANOS.....	119
4.1 (Re)organização espacial e transformações intraurbanas.....	119
4.2 Barreiras: capital do Oeste.....	131
4.3 Luís Eduardo Magalhães: capital do agronegócio.....	148
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICE A.....	180

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo de migração interna no Brasil sofreu significativas alterações em sua dinâmica, que se manifestam em novas tendências nos movimentos de distribuição da população pelo território. Em termos demográficos, as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população através do tempo podem ser atribuídas às combinações entre o crescimento vegetativo e as migrações.

No século XX, o território brasileiro experimentou grandes fluxos migratórios inter-regionais, principalmente de natureza rural-urbana, impulsionados pelos processos de industrialização e urbanização. O aspecto mais marcante da reorganização do espaço brasileiro durante as décadas 1930-1980 foi, sem dúvida, a concentração progressiva e acentuada da população que ajudaram a conformar grandes metrópoles.

As mudanças ocorridas na economia, a partir da década de 1980, geraram modificações nos fluxos, nos volumes e nas características do país, tornando o fenômeno da migração ainda mais complexo. Para entender as origens e a configuração desse processo, é preciso relacionar os padrões de redistribuição espacial da população com as modificações na alocação espacial de atividades econômicas. Embora a migração que aporta nas cidades brasileiras não seja tipicamente constituída por pessoas que vieram diretamente da área rural, não há dúvida de que o êxodo rural foi um alimentador fundamental da concentração urbana (MARTINE, 1994).

Os movimentos migratórios passam a assumir novos contornos no final do século XX e início do século XXI, com a formação de novas cidades e a disseminação de cidades médias. De um lado, as migrações de longa distância redesenharam seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações.

A Bahia hoje é o quarto estado mais populoso do Brasil, com 14.930.634 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2020), tendo a sua história vinculada ao histórico migratório principalmente inter-regional e de uma tradição de economia agrária, principalmente latifundiária. A história do desenvolvimento baiano passa necessariamente por uma configuração de momentos de dinâmica econômica mais aquecida e outros de dinâmica mais estagnada. Essas oscilações fizeram com que grandes contingentes populacionais sempre estivessem migrando no estado e a economia industrial acabou se concentrando em alguns pontos específicos. Dessa forma, o PIB baiano está concentrado principalmente na Região Metropolitana de Salvador, com a indústria petroquímica e na Região Oeste com a

agroindústria (PEREIRA, 2011).

O Oeste baiano, entre 1872 e 1920 deu um salto populacional, aumentando de 131.006 para 283.568 habitantes, o município de Barreiras já começava a se destacar como importante centro de atração, embora não fosse dinâmica do ponto de vista migratório, já figurando como o maior município da região em termos populacionais em 1920, superando Correntina e Barra, esta última, que era a sede mais antiga (PORTO, 2014).

A análise do processo histórico no Oeste baiano possibilita compreender a reconfiguração desse espaço e como os novos centros urbanos que aí se desenvolveram estão relacionados com a produção agrícola. Até meados da década de 1980, os cerrados baianos se caracterizavam por uma ocupação lenta e rarefeita.

As áreas de fronteira agrícola<sup>1</sup> no Brasil têm representado historicamente o desbravamento e a incorporação de novas terras ao setor agrícola de variadas maneiras e desenvolvendo atividades também distintas. A fronteira envolveria basicamente a existência de terras devolutas passíveis de apropriação por camponeses ou pioneiros. Mais recentemente, esse caráter aberto e extensivo da fronteira tem sido substituído por novas características, postas principalmente pela dimensão dos capitais envolvidos, entre as quais estão a heterogeneidade de atividades, o ritmo elevado de urbanização que lhe vem sendo associado e a intensa participação do Estado no planejamento e em investimentos de infraestrutura. Tendo essas novas feições em mente, pode-se visualizar a fronteira como um "espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas" (BECKER, 1980).

Com o avanço simultâneo ou posterior de grupos mais capitalizados, têm sido registrados com frequência conflitos pela posse da terra, mais recentemente intensificados em virtude do maior interesse em apossar-se de terras por parte dos grupos capitalizados, pela maior organização de trabalhadores e camponeses etc. A expansão da fronteira, mesmo com a maior presença de conflitos, serve, nesse caso, como mecanismo de redução de pressões demográficas e sociais em áreas rurais deprimidas, aliviando, assim, o fluxo migratório rural-urbano e contribuindo para uma menor pressão sobre o mercado de trabalho nos centros de médio e grande porte.

(...) a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. Ela é o 'locus' da recriação da produção camponesa expulsa das regiões de agricultura mais desenvolvida. ela é o

---

<sup>1</sup> "fronteiras agrícolas designam áreas despovoadas ou esparsamente povoadas por populações que se dedicam à exploração dos recursos naturais e que vêm sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência da alta potencialidade agropecuária que apresentam. Estas áreas vêm passando por processos de imigração, em decorrência da atração induzida por programas públicos de incentivos fiscais e financeiros à produção agropecuária e de construção de estradas, e por projetos de investimentos privados" (FUNDAJ, 1995).

destino dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais, especialmente do Nordeste e, mais recentemente, do Sul do País (SILVA, 1981, p. 118).

Essa função demográfico-social da fronteira pode ter implicações mais amplas sobre o processo de acumulação de capital. Ao servir como válvula de escape para pressões demográficas e sociais, a fronteira ajuda a manter concentrada a estrutura fundiária dos centros emissores de população, inclusive por expandir a oferta de alimentos. Por outro lado, o deslocamento populacional pode reduzir o excedente de mão-de-obra nas áreas tradicionais, tanto rural quanto urbana, rebaixando de alguma forma o poder de barganha de capitalistas e proprietários de terras na fixação de salários.

As áreas de fronteiras agrícolas, como é o caso dos cerrados baianos, foram objeto de forte expansão da chamada “agricultura moderna”<sup>2</sup>, verificando-se um intenso processo de urbanização, com o surgimento de novas cidades e o crescimento acelerado de cidades preexistentes, agregando novas atividades comerciais e de serviços, a exemplo das grandes redes de supermercados, eletrodomésticos, clínicas médicas, escolas, faculdades, empresas do setor agrícola, construtoras, imobiliárias, entre outras.

Por outro lado, destaca-se o desemprego estrutural, em que houve uma gradativa substituição do homem pela máquina nos sistemas de cultivo, o que intensificou a prática do êxodo rural. A urbanização é desarticulada da modernização da agricultura. Vale, contudo, registrar que interesses urbanos são também agentes indiretos do desmatamento através de vários tipos de relações de produção, em que os pequenos produtores são apenas a mão-de-obra, ‘pontas’ da cadeia de desmatamento dominada por grupos urbanos regionais ou exteriores a região. O processo de urbanização também influencia nos conflitos e nas estratégias adotadas, contribuindo decisivamente para a difusão de valores da vida moderna e para a formação de núcleos dispersos no território.

Elias (2006) toma como orientação metodológica em seus estudos sobre as cidades do agronegócio, a escolha de temas e processos que possibilitem a compreensão da produção dos espaços urbanos não metropolitanos, destacando-se: (1) a formação das redes agroindustriais e as novas relações campo-cidade; (2) o mercado de trabalho agropecuário e dinâmicas populacionais; e (3) as desigualdades socioespaciais.

---

<sup>2</sup> Usaremos o termo “agricultura moderna” entre aspas, com o propósito de problematizar o conteúdo da modernidade atribuída ao modelo agricultura implantado, baseada no latifúndio e na monocultura, cujos resultados revelam a produção de profundas desigualdades socioespaciais.

A reestruturação produtiva dos cerrados se assenta na lógica de ocupação das áreas de fronteiras agrícolas e tem produzido significativas transformações nas regiões e cidades atingidas. Este é o caso de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, cujo processo tem produzido impactos rurais e urbanos marcantes, como a gestação de processos/formas espaciais.

Nos estudos de Haesbaert (1997), ele chama atenção para essa nova “região” do agronegócio, chamando-a de “Novo Nordeste”.

Esse ativo processo de (des)(re)territorialização em curso nos Cerrados baianos estende-se praticamente por todos os Cerrados da região Nordeste (sul do Piauí, área de Balsas, no sul do Maranhão, alto da Chapada Diamantina) e é capitaneado por empresários sulistas que, no seu lastro, acabam atraindo também capitalistas do Sudeste e da própria região Nordeste. A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do “eldorado da soja”) faz com que muitos denominem estas áreas o “Novo” Nordeste, e alguns políticos (inclusive com o apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1997, p. 382).

O dinamismo econômico impulsionou um intenso fluxo migratório, criando uma nova dinâmica urbana, pois cidades que antes tinham um contingente populacional relativamente baixo cresceram consideravelmente em poucos anos. Verificou-se também o surgimento de cidades, antes povoados, que experimentaram um crescimento exponencial e, conseqüentemente, conquistaram a sua emancipação. Este é o caso de Luís Eduardo Magalhães, um dos centros urbanos objeto de investigação desta dissertação.

Esse novo arranjo territorial nos cerrados baianos também existiu no campo e não pode ser entendido sem envolver o fenômeno de migrações. A nova fronteira agrícola do cerrado baiano, de acordo com Santos (2007), traz forte apelo à migração pela presença de extensas áreas de terra e a liberdade da ação dos novos agentes em razão da ausência de regulação do processo de negociação de terras.

O mesmo autor analisa que a chegada dos migrantes no Oeste da Bahia não se trata de um processo aleatório e permite destacar três características que influenciaram as transformações políticas, econômicas e espaciais ocorridas na região: (1) a predominância de indivíduos descendentes dos europeus e japoneses que migraram para o Brasil no final do século XIX e início do século XX, aspecto que os tornam conhecedores de modelos de produção da agricultura moderna; (2) a predisposição para o associativismo, responsável por conduzir grupos do sul, sudeste e centro-oeste para outras regiões do país por intermédio do PRODECER; (3) o perfil empreendedor, afeiçoado à ampliação de áreas de produção, investimentos em tecnologias, aumento da produtividade, contratação de linhas de crédito e

gestão pública pautada em modelos empresariais (SANTOS, 2007).

A compreensão desse marco teórico contribui para a análise das cidades do Oeste baiano, pois estas estão se desenvolvendo em um contexto de expansão do agronegócio principalmente de soja, milho e algodão. Entendê-las a partir dessa análise contribui para melhor identificar que tipos de fluxos migratórios, quais as funções que elas podem assumir nos cerrados baianos e quais os principais rebatimentos que podem surgir para o desenvolvimento da sua dinâmica e organização espacial.

Com o desenvolvimento em particular dos meios de transporte, das comunicações e transmissão de energia, característica essencial da organização espacial da sociedade moderna, uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios, à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação, a rede então surge e se articula como a forma nova e positiva de organização geográfica das sociedades (MOREIRA, 1997).

A questão da organização espacial é herdada da nova geografia, contudo, vai além da descrição de padrões espaciais, procurando-se identificar as relações entre formas espaciais e os processos que modelam os grupos sociais. A organização espacial é o modo geográfico de analisar totalidade social, mas também é um fenômeno da sociedade, configurando-se como um objeto, uma materialidade social, isto é, a própria sociedade espacializada, formada por um conjunto de objetos fixos ou formas espaciais distribuídas ou organizadas sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica (CORRÊA, 2003).

Para fundamentar a abordagem acerca do conceito de organização espacial são destacadas, primeiramente, as dificuldades encontradas ao estudar a sociedade, devido, sobretudo, à sua complexidade e diversidade de elementos. Estes se articulam de tal modo que se pode pensar numa totalidade social, cuja complexidade compreende as contradições internas e os movimentos de transformação.

Milton Santos (1979) afirma que as formas permanecem como herança das divisões do trabalho efetivadas no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual. Para o autor, o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição.

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, [...] a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. [...] Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Por fim, para Santos (1979), os processos sociais, técnicos e tecnológicos que modelam o espaço de acordo com os sistemas incorporados e estes vão dando lugar a outros sistemas que gerarão uma nova organização do espaço.

Outra contribuição de Milton Santos (1985) está na reflexão acerca do conceito de organização espacial que se refere à relação dialética entre forma-função-estrutura-processo, categorias que permitem a compreensão da totalidade social e sua espacialização. Corrêa (1993) utiliza estas categorias de Milton Santos como arcabouço teórico de sua reflexão sobre o conceito de organização espacial.

Corrêa (1993, p.54) afirma que no estudo da organização espacial é necessário considerar juntamente as quatro categorias, porque ao considerar somente uma das categorias são obtidas apenas realidades parciais. Além disso, a expressão organização espacial possui vários sinônimos, como: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.

O espaço urbano caracteriza-se pela relação que os sujeitos fazem dos diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos distinguem as áreas da cidade a partir de suas funções: comércio, serviços, residencial, lazer, cultura, etc. “Este conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado” (CORRÊA, 1989, p.7).

Souza (2005), enfatizando a ideia de desenvolvimento socioespacial, valoriza a dimensão espacial, uma vez que,

O espaço social é ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes (SOUZA, 2005, p. 99).

Dessa forma, a medida em que o modo de regulação sofre adequações, seja por ações políticas e/ou econômicas que culminam no aumento das forças produtivas (ciência e tecnologia), alteram-se as formas de produzir e conseqüentemente as configurações no trabalho. Esse modo de regulação entra em crise e passa a sofrer os impactos do conflito entre formas tradicionais e formas novas, possibilitando um agrupamento de atividades, evidenciando múltiplas formas de existência do capital e do trabalho (ANTUNES, 1995).

As diferentes formas de apropriação e uso do espaço urbano pelos sujeitos sociais respondem aos diversos modos de inserção no sistema econômico-produtivo e da posição socioeconômica que ocupam na sociedade. As desigualdades socioeconômicas apresentam

rebatimentos espaciais, isto é, a organização espacial é uma expressão material das relações de produção, que no espaço urbano podem se manifestar por meio do processo de segregação socioespacial.

De acordo com Castells (2014, p. 250), segregação tende a organizar o “espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo a disparidade não compreendida apenas em termos de diferença”, mas também de hierarquia. Sposito (2016) argumenta que a segregação vai além de diferenciação, de desigualdades sociais e de áreas dotadas de homogeneidade, mesmo que ela se manifeste através destas características. Tal conceito deve ser aplicado “quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana” (SPOSITO, 2016, p. 65).

Diversos autores, a exemplo de Sposito (2016) e Castells (2014), tem ressaltado que o processo de urbanização está sendo cada vez mais influenciado pela segregação, fazendo com que aumentem a demanda e oferta por condomínios privados, ampliem-se os muros e cercas que isolam populações vulneráveis. Essa realidade, atrelada a outras dinâmicas de produção da cidade, como os interesses imobiliários e ações do Estado, tem tornado setores das cidades fragmentadas, o que reflete e produz desigualdades sociais, negando o direito a cidade para grande parcela da população, especialmente as camadas populares.

A pesquisa está operando segundo a perspectiva de que a reestruturação produtiva dos cerrados baianos intensificou os fluxos migratórios e produziu rebatimentos na organização espacial em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A magnitude que os fenômenos espaciais adquiriram justifica a escolha desta pesquisa, visto que a expressividade e intensidade dos processos migratórios nos cerrados baianos é bastante relevante, produzindo rebatimentos que repercutiram na organização do espaço.

Além destas lacunas que geraram a oportunidade de realização da dissertação, existe a motivação pessoal do autor, como natural da região e implica em retornar parte do seu histórico pessoal que possui familiares e amigos que se mudaram e hoje vivem nas cidades de estudo. A presença de entes próximos contribuiu como suporte para a coleta de dados em campo e os conhecimentos adquiridos pelas experiências vivenciadas que irão compor as discussões do trabalho.

Por meio da revisão de literatura procurou-se analisar trabalhos com similaridade quanto ao tema e ao objeto da pesquisa, como forma de entender o tratamento dado pelos autores aos fenômenos espaciais e as influências na organização da sociedade, sob a ótica dos

processos migratórios. Este procedimento procura contribuir para a validação e afirmação da originalidade desta pesquisa e o ângulo particular com que ela se debruça para compreender os rebatimentos espaciais que a reestruturação produtiva e as migrações imprimiram nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

A análise do artigo “A ‘Territorialização’ do agronegócio globalizado em Barreiras - Ba: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições socioterritoriais”, escrito por Mondardo (2012), tem como objetivo compreender as novas dinâmicas socioterritoriais promovidas pelos processos de expansão do agronegócio globalizado tendo, como recorte espacial o município de Barreiras no Oeste da Bahia. O autor aborda o processo de modernização agropecuária no Oeste baiano, destacando dois elementos principais: 1) o problema do desmatamento dos cerrados; e 2) a ampliação das desigualdades. O resultado do trabalho é a grande transformação socioterritorial pelo crescimento da economia urbana na cidade de Barreiras que, paralelamente ao desenvolvimento agroindustrial criam um novo patamar mais acirrado das relações entre cidade e campo, significa perceber a desterritorialização de atividades tradicionais e a “territorialização” de atividades agrícolas modernas mais rentáveis.

Outro trabalho relevante foi desenvolvido como dissertação de mestrado por Rios Filho (2012), intitulado “Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)”, no qual vai identificando e compreendendo a produção da segregação socioespacial na cidade de Luís Eduardo Magalhães a partir do comparativo de seu conteúdo com os padrões de segregação produzidos nas metrópoles. O autor vai abordar a reestruturação produtiva da Região Oeste da Bahia, considerando que o processo desencadeou um intenso fluxo migratório, criando na região uma nova dinâmica urbana, pois cidades que antes possuíam um contingente populacional relativamente baixo cresceram consideravelmente em poucos anos. Por fim, o resultado foram as particularidades da segregação espacial na cidade de Luís Eduardo Magalhães, que possuem elementos parecidos com o padrão de segregação metropolitano, mas que evidenciam seu contexto histórico como cidade pequena do agronegócio.

O mesmo autor, em sua tese de doutorado, focalizando “As ‘novas’ formas espaciais urbanas da agricultura: as cidades do agronegócio do Oeste baiano e a cidade-campo em Salvador/Ba” (2017), analisa o Oeste da Bahia pelo viés das dinâmicas socioterritoriais e das formas espaciais produzidas pela agricultura, tendo como parâmetro o entrelaçamento entre cidade e campo. Através da abordagem historiográfica foram identificados dois tipos-padrão de formas espaciais urbanas promovidas pela agricultura: a cidade do agronegócio (arranjo

territorial da soja no Oeste baiano) e a cidade-campo (a cadeia de hortaliças na cidade de Salvador). Como resultado, foram identificadas as contradições e conflitos do campo brasileiro presentes na produção do espaço urbano que tem o agricultor como um ator ativo deste processo.

Oliveira (2015), na sua dissertação de mestrado, intitulado “Do sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do estado no processo de formação territorial (1889-2014)”, ressalta o objetivo de analisar historicamente as políticas territoriais implementadas pelo Estado e compreender a historicidade de constituição do território, explorando elementos da formação territorial no Oeste baiano, centrando as análises nas políticas territoriais destinadas aos municípios. Por fim, notou-se a discrepância entre a quantidade de ações em cada período, demonstrando que até certa época o Oeste não recebia investimentos, sendo que nos últimos anos houve uma grande concentração de ações no recorte territorial, muito por conta do destaque econômico que a região teve e a crescente modernização do campo.

Brandão (2010), em seu artigo “A formação territorial do Oeste baiano: a constituição do Além São Francisco (1827-1985)”, cujo intuito foi analisar historicamente o processo de formação da região, buscando compreender a história do território que se convencionou chamar de Oeste baiano, no período entre os anos de 1827 até 1985, momento de implantação de técnicas indutoras da modernização agrícola que a região vivencia atualmente. Para a análise da dinâmica territorial o autor utiliza duas abordagens principais: a delimitação espacial do ente geográfico em exame; as características da dinâmica territorial precedente e as condições para o rompimento da estrutura então vigente. Com isso, foi possível dimensionar os resultados na dinâmica territorial, com o surgimento de nucleações e ascensão de antigos arraiais à condição de vilas e cidades, além da formação de novos ecúmenos, mais distantes das vias de circulação preexistentes e integrando espaços antes isolados da realidade econômica brasileira, materializando-se na consolidação de uma rede urbana regional.

A apropriação das informações apresentadas proporcionou a construção da proposta final desta dissertação, cujo objetivo geral consiste em analisar a dinâmica migratória nos cerrados baianos e os efeitos na (re)organização espacial nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. O trabalho se sustenta na construção de umnexo estrutural, considerando a seguinte tríade: (1) a reestruturação produtiva nos cerrados; (2) os movimentos migratórios oriundos da reestruturação produtiva e; (3) a (re)organização espacial dos cerrados baianos, direcionada as cidades e Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Em função da apuração dessas informações preliminares, levantamos o problema que será investigado e discutido no decorrer do trabalho: quais os rebatimentos socioespaciais produzidos pelos movimentos migratórios nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães?

Em consonância com o objetivo apresentado, recorreremos a pesquisa quali-quantitativa como procedimento metodológico, realizando um estudo de caso para as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, visando compreender os fenômenos socioespaciais decorrentes da reestruturação produtiva e das migrações. Do ponto de vista quantitativo, a pesquisa adotou o procedimento estatístico que possibilitou fazer inferências acerca do perfil dos migrantes das cidades em estudo, a partir da definição do tamanho da amostra para aplicação dos questionários.

Para investigar o processo de reestruturação produtiva nos cerrados serão realizados levantamentos bibliográficos e documentais para conceituar e caracterizar o processo, possibilitando compreender a influência política, econômica, social e geográfica na formação dos cerrados baianos. Além disso, foram trabalhados os dados secundários do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) para compor o cenário atual quanto à produção agrícola em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Em relação a dinâmica migratória foram realizados levantamentos bibliográficos para conceituar/caracterizar o fenômeno. Recorreremos a dados secundários junto aos Censos Demográficos realizados pelo IBGE, na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com o propósito de identificar e especificar os fluxos migratórios desencadeados pelo processo de reestruturação produtiva nos cerrados baianos.

Em termos de trabalho de campo, foram aplicados questionários que possibilitaram identificar o perfil dos migrantes, suas motivações, trabalho/ocupação e local de moradia em ambas as cidades. Para isso foram aplicados presencialmente 192 questionários<sup>3</sup> (96 serão aplicados em Barreiras e 96 em Luís Eduardo Magalhães), tendo como base a proporção de migrantes em relação tamanho da população urbana total do último Censo Demográfico do IBGE (2010).

---

<sup>3</sup> Em função da pandemia do COVID-19, foram feitas adequações a proposta inicial de questionários por conta das dificuldades de circulação e segurança na sua aplicação. Então, a margem de erro da amostra foi ajustada para que não houvesse prejuízo aos resultados e fossem mantidos os graus de confiabilidade da pesquisa.

Por conta do contexto influenciado pelo período da pandemia do Covid-19, os questionários foram aplicados em três períodos distintos:

- 1º período (janeiro/fevereiro de 2020) – período de aplicação inicial com a realização dos primeiros testes de aplicação do questionário, para validação e ajustes das perguntas, além das adequações na metodologia de coleta;
- 2º período (novembro/dezembro de 2020) – aplicação inicial dos questionários, compondo cerca de 1/3 do quantitativo previsto;
- 3º período (fevereiro/março de 2021) – finalização da composição dos questionários, sendo realizados os 2/3 restantes.

Quanto ao levantamento do quantitativo de questionários, foi utilizada a calculadora *SurveyMonkey*. A metodologia para definição do tamanho da amostra foi definida com base grau de confiança de 95% e margem de erro de 10%, sendo estes percentuais considerados estatisticamente relevantes para a análise proposta nessa pesquisa.

Ao avaliar a (re)organização espacial foram levantadas informações de *sites* de imobiliárias e jornais de notícias, realização de registros fotográficos e a elaboração de mapas temáticos que possibilitaram entender as modificações espaciais de uso e ocupação do solo nas duas últimas décadas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Mas também foram realizadas observações sistemáticas dos processos e formas espaciais, a exemplo da segregação residencial (condomínios de alto padrão *versus* bairros periféricos com deficiências de infraestrutura), a crescente verticalização e a concentração dos setores de atividades vinculadas à agropecuária, possibilitando uma aproximação e leitura da realidade quanto a influência dos migrantes para a intensa urbanização e o rápido crescimento populacional.

Após esta introdução, a dissertação conta com mais quatro capítulos. O primeiro principia com a discussão da noção de reestruturação com o objetivo de guiar o entendimento teórico sobre o processo, bem como trazer elementos para a compreensão do processo de reestruturação produtiva em curso no país, discutindo sob a ótica do agronegócio e dos avanços da modernização do campo brasileiro, caracterizando-a nos cerrados brasileiros, destacando o papel do Estado neste processo, para, por fim, realizar um panorama da reestruturação produtiva nos cerrados baianos.

O capítulo seguinte dedica-se a uma breve contextualização das abordagens clássicas que se propuseram a teorizar sobre as migrações e na sequência realizar um panorama histórico da migração no Brasil e na Bahia para analisar a influência dos fluxos migratórios na ocupação dos cerrados brasileiros e, por fim, apresentar os efeitos da dinâmica migratória que

compõem o cenário atual dos cerrados baianos.

O quarto capítulo pretende dar enfoque as discussões sobre a organização espacial, analisando os processos endógenos, a ação dos agentes que produzem o espaço urbano e a reprodução dos processos e formas espaciais gestados nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. No quinto e último capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo e reflexões obtidas.

## **2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NOS CERRADOS BAIANOS**

O debate sobre a reestruturação produtiva tem sido resultado de teses, dissertações, artigos e eventos científicos, sobretudo a partir dos primeiros anos do século XXI. Coube à ciência geográfica fazer uma análise do processo de reestruturação produtiva e seus impactos na dinâmica espacial, buscando mostrar as manifestações territoriais, além de buscar responder como esse processo tem refletido na sociedade, especialmente na classe trabalhadora. O grande desafio científico que se mostra presente é pesquisar as mudanças na dinâmica do espaço e na sociedade, a partir da interlocução com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a economia e a filosofia.

A discussão sobre reestruturação produtiva no Brasil ganha dimensão em função das visíveis transformações que vêm ocorrendo em nosso país, com a incorporação de tecnologias organizacionais, ocasionando a aceleração da urbanização, alterações no mercado e na divisão social e territorial do trabalho.

O processo de reestruturação produtiva ocorre a partir do final dos anos 1970, com a crise do modelo fordista e se intensifica nos cerrados brasileiros a partir dos anos 1990, com a política neoliberal e a abertura econômica, acarretando transformações no processo produtivo e no espaço, produzindo novos espaços voltados para o agronegócio.

Neste capítulo, procuramos tecer algumas considerações acerca da noção de reestruturação, com o propósito de iluminar nossa compreensão sobre o processo de reestruturação produtiva nos cerrados da Bahia. Para isto, estruturamos o texto em três partes. Na primeira, abordaremos a noção da reestruturação a fim de guiar o entendimento teórico sobre o processo, bem como trazer elementos para a compreensão do processo de reestruturação produtiva em curso no país. Na segunda, discutiremos a reestruturação produtiva sob a ótica do agronegócio e dos avanços da modernização do campo brasileiro. Por fim, procuramos fazer um panorama da reestruturação produtiva nos cerrados baianos.

### **2.1 A reestruturação produtiva e a implantação do modelo de produção agrícola globalizada**

A reestruturação, como base em Lefebvre (1971), é um movimento ao mesmo tempo de “continuidades” e “descontinuidades”. Assim, ao considerar que as estruturas são momentos provisórios, a reestruturação não quer dizer que uma estrutura se sobreponha a outra e a primeira deixa de existir, pois, ela mantém resquícios da anterior, passando a

coexistir elementos pertencentes a ambos, formando uma condição híbrida.

Soja (1993) ressalta que “a reestruturação, em seu sentido amplo, transmite a noção de uma freada”, ou seja, uma ruptura nas tendências, visto que “[...] evoca uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição [...]” (p.193). Neste sentido,

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA,1993, p.194).

Desse modo, Soja (1993) considera a reestruturação como movimento, não podendo ser considerado como algo mecânico, estático. Lencioni também problematiza a natureza estática ou fixa, considerando um movimento triádico e imbricado que envolve estruturação-desestruturação-reestruturação:

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento (LENCIONI,1997, p.7).

Desse modo, tanto Soja, quanto Lencioni, compreendem a reestruturação como movimento, numa concepção de totalidade dialética e não como algo estável e fixo.

Gottdiener (1993, p. 230) considera a reestruturação como “fenômeno socioespacial”. A reestruturação do capitalismo é, em essência, um fenômeno socioespacial, pois é fruto de um processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração, na medida em que são “ao mesmo tempo produtos e produtores”.

Hoje, a noção de reestruturação tem adquirido várias adjetivações. Reestruturação urbana, reestruturação social e reestruturação espacial são alguns dos desdobramentos conceituais que cumprem o papel de qualificar a natureza e a especificidade dos processos de reestruturação. Nossa análise centra-se na discussão do processo de reestruturação produtiva, iniciado pelo desencadeamento da crise estrutural do capital nos anos 1970, isto é, como resposta à crise do capitalismo e ao esgotamento do modo de acumulação fordista, resultando na gestação do modo de acumulação flexível e na promoção de alterações socioterritoriais que influenciaram na produção do espaço, conforme descreve Harvey (1992).

O modelo de desenvolvimento do capitalismo mundial do pós-guerra até meados da década de 1970 caracterizou-se por sua forte associação ao capital estatal. Tal associação deu-se pelo estabelecimento da garantia do consumo e da reprodução da classe trabalhadora por parte do Estado, e pela produção do capital privado, porém, nas bases rígidas do fordismo (SOUZA, 2016).

Desde meados dos anos 1960 e início dos 1970, os países desenvolvidos sinalizavam em direção a um novo período de crise, movimento de caráter cíclico, dentro do modo de produção capitalista. Entre esses indícios estavam a existência de capacidade ociosa no setor produtivo, particularmente, na indústria, um excesso de mercadorias e estoques, queda na produtividade e na lucratividade, acirradas pela intensificação da competição internacional e pelos efeitos da crise do petróleo, em 1973, e a presença de grandes excedentes de capital (HARVEY, 1992).

Para Mandel (1982), “a reestruturação acontece como mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista”. Isso significa que as estruturas vigentes já não atendem às necessidades do capital em assegurar suas condições de reprodução e acumulação. É o que parece ter ocorrido quando foi desencadeada a crise estrutural do capital nos anos 1970.

De acordo com Chesnais (1996), o “padrão sistêmico da riqueza” passou a ser, desde os anos de 1970, a financeirização, com a supremacia do capital financeiro, que provocou maiores desequilíbrios e instabilidades nos países em desenvolvimento, alvos fáceis de ataques especulativos. A emergência de um novo paradigma prejudicou a participação das economias subdesenvolvidas em razão da mundialização do capital e das reformas liberalizantes daí originárias.

A celeridade e a dimensão das revitalizações, desvalorizações de capitais e lugares, ‘desindustrializações’, realocações regionais, etc. são impressionantes. Surgem novas interdependências, vínculos mercantis e não-mercantis, setoriais e territoriais, que redefinem circuitos produtivos regionais/locais [...] atualizam-se e desatualizam-se fluxos de mercadorias e redes de poder com grande rapidez. (BRANDÃO, 2007, p. 52).

A partir da década de 1970 ocorreram profundas transformações no mundo, especialmente no *modus operandi* do regime de acumulação capitalista, em decorrência da ociosidade nas fábricas e nos equipamentos, bem como do desemprego elevado nas economias capitalistas. O processo de acumulação flexível do capital veio para substituir o modo de produção fordista e promover uma série de alterações socioterritoriais que influenciaram na produção do espaço. As empresas buscaram racionalizar e reestruturar o

controle sobre o trabalho para reduzir custos e elevar a lucratividade de sua operação.

O processo de “acumulação flexível”, conforme definido por Harvey (1992), veio acompanhado de maior liberdade para circulação do capital e menor regulação por parte do Estado. Lipietz (1991) chama tal período de “liberal-productivismo” por conta da ascensão de um liberalismo próprio do tempo atual, tendo o Estado passado parte de suas funções aos agentes privados. Em termos de organização da produção, Dupas (2001) aponta para as tendências gerais de fragmentação das fases produtivas, com a terceirização de segmentos e sua realocação no espaço, especialmente em áreas de mão de obra mais barata. Este novo modelo de organização produtiva tem consequências na organização dos espaços regionais e estendendo as bases de produção para uma acumulação de maior proporção, em escala global.

Esse processo acarreta uma drástica heterogeneização, complexificação e precarização do trabalho, aumentando a exploração da mão de obra e a subproletarização, que se expressa “na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado” (ANTUNES, 1995, p. 41).

Verifica-se a ocorrência de profundas transformações de natureza política, econômica e social. Este é o contexto da mundialização do capital, e é no lastro de seu metabolismo, que se funda a reestruturação produtiva, processo de extrema complexidade e desdobramentos heterogêneos (BATISTA; ALVES, 2009).

Da mesma forma, a atual reestruturação produtiva teria por objetivo restabelecer o controle do capital sobre o processo de trabalho. Esta seria a condição indispensável para que o capitalismo superasse, momentaneamente, a crise em curso (CLARK, 1991). Este autor considera que os novos processos produtivos trariam possibilidades de “acordos societários”, em que predominaria a autonomia do trabalhador frente ao processo produtivo e uma nova harmonia social.

Com base em Carvalho (2006), o processo de acumulação flexível favoreceu a constituição de um território em rede, distintamente da lógica espacial anterior no qual cidades, polos e regiões se transformaram em pontos e nós que compõem os fluxos de uma rede imensa e articulada, transformando-se em “espaços nacionais da economia internacional, em que grandes empresas valorizam seus capitais em um número crescente de áreas e atividades, produzindo rápidas mudanças na divisão territorial do trabalho” (CARVALHO, 2006, p. 11).

Várias formas de organização da produção e do trabalho foram disseminadas no Ocidente. Contudo, foram as experiências do trabalho desenvolvidas no Japão, que se difundiram com maior amplitude em oposição ao antigo paradigma taylorista/fordista. Nos

anos de 1980, o *Toyotismo* tornou-se referência no ocidente capitalista à medida que concebia e estruturava a organização da produção e seus fluxos, eliminando os estoques de linha, racionalizando o uso de materiais e equipamentos e promovendo o enxugamento de mão de obra. Enfim, este novo modelo centrado no aumento da produtividade busca ofertar uma maior variedade de produtos com alto padrão de qualidade, orientado pela ideia de fábrica mínima ou fábrica enxuta (CORIAT, 1994).

Segundo Hirata (1993), o modelo *toyotista* vem sendo utilizado em três sentidos: modelo de relações industriais que teria como característica principal a exclusão de grande parcela de trabalhadores, pois se trata do sistema de emprego denominado “vitalício”, adotado por grandes empresas japonesas para os empregados com contratos regulares e do sexo masculino; modelo de organização do trabalho e da empresa que diria respeito a uma modalidade particular de divisão social do trabalho na empresa, com a não-alocação do trabalhador a um posto de trabalho específico, através da implantação de um conjunto de técnicas e métodos de organização do trabalho e da produção (como o *just in time*), Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) e o trabalho em grupo; modelo de organização industrial entre empresas com característica dualista e hierarquizante, no qual se estabelecem trocas de tipo muito particular entre fornecedores e subcontratados de um lado e as grandes empresas, de outro.

Leite (1994) e Druck (1999), ao tratarem da reestruturação produtiva no Brasil, identificaram três períodos de modernização tecnológica. O primeiro período refere-se ao final dos anos 1970 e o início dos 1980, quando as propostas inovadoras se concentravam na adoção dos CCQs, sem que as empresas se preocupassem em alterar de modo significativo as formas de organização do trabalho ou em investir mais efetivamente em novos equipamentos microeletrônicos.

Os CCQs foram as primeiras práticas japonesas implantadas no Brasil, na década de 1970. Hirata (1983, p. 61) salienta que, no Brasil, os CCQs apareceram isolados a partir de 1972, mas foi apenas na década de 1980 que eles começaram a merecer uma atenção sistemática da parte do empresariado brasileiro. A implementação no Brasil acontece em uma conjuntura econômica de introdução da robotização, sobretudo na indústria automobilística (Ford, Volkswagen) e de grandes greves de operários.

Cabe ressaltar que, a implementação de métodos, técnicas organizacionais e novas formas de gestão do trabalho resultante da reestruturação produtiva, inicialmente tiveram muita resistência tanto do empresariado quanto dos trabalhadores, conforme demonstrou Leite (1994).

O segundo período inicia-se a partir dos anos de 1984 e 1985, com a retomada de crescimento econômico e vai até o final dos anos 1980, caracterizado por uma rápida difusão dos equipamentos e outras práticas japonesas, como *just in time*, Programa de Qualidade Total e de Controle Estatístico de Processo (CEP). Ampliam-se as inovações tecnológicas através da introdução da automação industrial de base microeletrônica. Neste segundo período, o processo de reestruturação produtiva ocorre, sobretudo, no complexo automotivo, nas montadoras, nas autopeças, nos ramos petroquímico e siderúrgico, nas indústrias de bens de capital, principalmente, aquelas empresas exportadoras e subsidiárias de multinacionais, conforme destaca Leite (1994, p.565).

O terceiro período inicia-se nos anos 1990, quando as empresas concentram seus esforços nas estratégias organizacionais e inovações tecnológicas, que visavam aumentar a eficiência das empresas, bem como a adoção de novas formas de gestão de mão de obra, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento e colaboração dos trabalhadores, na busca da qualidade e a produtividade.

As mudanças desenvolvidas por esse novo modelo promoveram cortes de empregos, de forma generalizada em todos os setores econômicos, para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho. Com isso, o peso da indústria na economia diminuiu, enquanto há uma emergência dos serviços e uma desregulamentação na economia, favorecendo um enorme crescimento do setor financeiro. Segundo Dupas (2001), a produção passa a se organizar em cadeias mais heterogêneas, compostas de empresas diversas, com a subcontratação de empresas nos processos mais elementares e menos técnicos de produção, resultando em deterioração nas condições de trabalho.

Uma característica da reestruturação produtiva, motivo de preocupação pelo impacto que provoca na força de trabalho, é a redução do emprego. Araújo (2000, 280) enfatiza que, nos países onde esse processo se consolidou, a taxa de desemprego tornou-se muito alta chegando a ser comparada às taxas de desemprego dos países subdesenvolvidos na década de 1990.

A reestruturação produtiva capitalista tem sido responsável pela reorganização dos espaços regionais, em função da flexibilização da produção industrial, da agropecuária e da emergência de novos centros de serviços e da integração econômica e financeira. Após a crise do fordismo, a reestruturação da economia levou a um regime de produção menos regulado, com menor participação do Estado no planejamento e direção da economia, propiciando maior protagonismo ao capital e sua circulação mais livre, ou flexível (HARVEY, 1992).

Ainda segundo Harvey (1992), a discussão sugere também que, a partir da reestruturação produtiva em diferentes setores e das mudanças no papel do Estado e das políticas públicas, com amplas repercussões sociais, há uma série de processos atuantes no crescimento urbano. Essa complexa dinâmica tem contribuído para manter e expandir uma articulação regional e, ainda, promovendo um crescimento desconcentrado, mas também disperso, das malhas urbanas. Nesse contexto, enquanto as centralidades principais renovam seu poder de atração, novas nucleações operam como áreas de aglomeração de atividades de comércio e serviços.

Nesse contexto, a dinâmica regional reflete as movimentações do capital no território em busca de valorização, a articulação de espaços produtivos dos setores primário e secundário e o crescente papel dos serviços avançados nos circuitos produtivos (HARVEY, 1992). Este quadro tem levado à alteração de diversos processos fundamentais ao entendimento dos espaços regionais, podendo ser destacados ao menos três: (1) a expansão metropolitana; (2) os novos espaços apropriados pela agropecuária moderna; (3) a integração dos espaços em eixos e redes.

Em relação ao primeiro processo, a expansão metropolitana está atrelada ao surgimento de novas formas urbanas, que segundo Salgueiro (1994) seriam formas de compreensão das relações e efeitos regionais, como a metametropolização, desurbanização, macrometrópole, exurbanização, *edge cities*, entre outras formas variadas que as literaturas abarcam sobre a temática.

Em relação aos novos espaços apropriados pela agropecuária moderna, ressalta-se que esse segundo processo é motivado pela internacionalização das atividades do primeiro setor. Elias (2003) aponta para um predomínio do capital e da tecnologia como fatores de produção, por isso, verifica-se a necessidade de incorporação de novos espaços que passam a prestar serviços diretamente ao setor agrícola e, conseqüentemente, tem sua dinâmica produtiva alterada, sendo incorporados em redes articuladas em nível global. Esse é o caso das chamadas “cidades do agronegócio”, cujas formas empíricas mais expressivas no contexto dos cerrados baianos são as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Por fim, a estruturação de eixos e redes, tomamos como referência a abordagem de Castells (1999) no sentido de uma sociedade da informação constituída em redes. Portanto, as cidades são os “nós” para articulação global, demandando redes de infraestrutura dedicadas às trocas de bens e insumos em escala global.

Diante do exposto, a reestruturação produtiva torna-se uma forma de atingir a modernização das indústrias, e conseqüentemente, levar os países a se modernizarem e se

inserir no mercado globalizado. A reestruturação produtiva, também, tem implicações temporais e espaciais. Segundo Negri e Pacheco (1994), ocorre a desconcentração industrial, em que as empresas passam a buscar novos lugares, onde a mão de obra seja mais barata e não ocorram “deseconomias de aglomeração”.

Segundo Araújo (2000, p. 277), a reestruturação produtiva incide sobre o mundo do trabalho, ocorrendo junto com o movimento de globalização que, por sua vez, é diferente da visão neoliberal. A visão neoliberal para o mundo do trabalho requer flexibilização, que por sua vez, ocorre com a reestruturação produtiva, porque as novas tecnologias não têm mais uma cadeia rígida. Ainda segundo o autor, o neoliberalismo é um modo de regulação de dois aspectos: (1) institucionaliza formas de distribuição do produto entre as classes sociais até o "limite natural" que agora coloca as formas intermediárias e extremas de desemprego e insegurança no emprego; e (2) modifica as regras e disposições sociais relacionadas ao consumo.

O debate sobre reestruturação produtiva no Brasil ganha dimensão em função das visíveis transformações que vêm ocorrendo em nosso país, com a incorporação de tecnologias organizacionais e gerenciais, ocasionando alterações na gestão e organização do trabalho, no mercado de trabalho, bem como nas relações entre empresas (GOMES, 2011).

As transformações observadas no âmbito mundial chegaram ao Brasil em meio a um período de estagnação e crise da economia ocorrida na década de 1980, o que repercutiu em um aprofundamento do atraso tecnológico, inclusive nos setores mais dinâmicos, que, em sua grande maioria, são controlados por empresas transnacionais.

Na concepção de Gonçalves (1994, p. 130), o atraso tecnológico e organizacional do Brasil, que se acumula ao longo da década de 1980, é decorrência, principalmente, de um ambiente permissivo encontrado no mercado interno, pois “os grandes grupos privados nacionais e as empresas transnacionais utilizam-se de estratégias de conglomeração, explorando oportunidades de mercado, que existem mesmo numa situação de crise econômica, de forma a continuar mantendo o processo de acumulação”.

Os investimentos dirigiram-se aos setores em que havia possibilidade de exportação, isto é, a produção resumiu-se a bens para os quais existissem compradores estrangeiros potenciais. Essa orientação exigiu uma constante atualização dos equipamentos industriais, a fim de poder concorrer internacionalmente.

Em função da dinâmica econômica e política da década de 1980, as cidades das regiões agrícolas começam a passar por mudanças de ordem funcional, econômica, social e urbana impostas pela reestruturação agrícola e agroindustrial desses lugares. Entretanto, a

partir da penetração do capitalismo do campo no final do século XX, ocorreram mudanças marcantes no cenário rural/urbano. Verificamos que o processo de reestruturação produtiva, aliado ao capital privado, tornou-o extremamente dependente do consumo produtivo da cidade, uma vez que suas necessidades aumentaram e se tornaram complexas; ou seja, o campo perde sua autonomia produtiva, pois fica dependente de maquinários, de insumos, da agroindústria e da estabilidade da economia (OLIVEIRA,2016).

Santos (2005) explica que a cidade mantém a função de abastecedora do campo, mas se refuncionaliza para atender às novas necessidades da agricultura, necessidades estas, tanto de tecnologia, produtos, capital e mão de obra. Mas também é a fase em que a cidades ditas do agronegócio passam a estabelecer novas relações entre capital e campo, visto que a exportação dos produtos agrícolas passa a ganhar grande relevância nas economias dos municípios (e na economia nacional), com a presença cada vez mais frequente de agroindústrias, numa relação recíproca e de interdependência entre cidade-campo.

As cidades passam a crescer tanto economicamente quanto em população. Os setores da agroindústria e o terciário potencializam-se e novas funções surgem. Destacam-se nesse contexto de crescimento as cidades do agronegócio, que ganham novos papéis interurbanos configuram-se voltadas e dependentes da agropecuária, possibilitando que muitas cidades possam ser analisadas enquanto cidades médias e articuladas a rede urbana estruturada regionalmente.

A reestruturação produtiva não pode ser encarada como fenômeno homogêneo, visto que no Brasil assume especificidades, notando-se a existência de algumas diferenças se comparadas aos efeitos em outras cidades no mundo. No território brasileiro, as tendências atuais para os espaços regionais em escala global combinam a atuação de processos em rede com a articulação a centros urbanos, produzindo novas centralidades regionais e acirrando desigualdades socioespaciais. Há uma associação a tendências mais gerais, embora com particularidades nos modos de exploração da força de trabalho (diminuição dos ciclos de produção, mudança na divisão do trabalho, consolidação das tecnologias da computação e da informática, desemprego crescente pelos novos processos produtivos) (GOMES, 2011).

Considerando as discussões acima realizadas, as tendências mais flexíveis do capitalismo no momento atual, além de sua lógica concentradora, há a centralização do setor terciário nas principais metrópoles, que passam a controlar não apenas espaços regionais imediatos, como distantes. Ao seguir tal lógica, a atividade agropecuária tende a impor demandas globais de exportação.

Dada a necessidade de estruturação de redes técnicas para o controle destes espaços distantes, bem como a integração com outras metrópoles de comando do capital, surgem redes que se materializam a partir de eixos econômicos, ocasionando alterações no emprego, na qualificação dos trabalhadores, na gestão e organização da força de trabalho, nas relações entre empresas, bem como sua repercussão no território com o processo de desconcentração industrial e a formação de “novos espaços industriais” (SOUZA, 2016).

É importante salientar a análise das modificações mais recentes na produção agrícola a partir do impacto causado pelo processo de reestruturação produtiva. No processo de modernização do campo, é fundamental destacar o papel da globalização na efetivação da revolução tecnológica. Compreendida, conforme Corrêa (1999), como um espriamento do capital produtivo vinculado a grandes corporações que atuam em escala global, a globalização pode se manifestar de diferentes maneiras e por intermédio de diversos agentes no Brasil.

O processo de globalização tem relação com a intensa integração econômica da produção e do mercado, a formação de blocos econômicos regionais e a emergência de grandes redes empresariais com estratégias e atuação globais (BUARQUE, 2002). Buarque (2002) afirma que a globalização dos mercados e a aceleração do sistema financeiro internacional – com grande volume de capital circulando em tempo real e em torno de uma grande diversidade de produtos financeiros – ampliou a instabilidade financeira, demandando novos instrumentos de regulação.

Azevedo (2013, p. 114) afirma que a esse processo de mudança marcado por transformações em várias dimensões do espaço geográfico (econômica, política, técnica, social e ambiental) deu-se o nome de “reestruturação produtiva”, o qual na atualidade tem adquirido contornos muito bem definidos, alterando a divisão social e territorial do trabalho.

Segundo Castells (1995), a nova revolução tecnológica, baseada no uso sinérgico da informação, como força produtiva fundamental que torna o trabalho e o conhecimento mais produtivos, baseia-se na: (1) difusão de novas tecnologias, lógica caracterizada pela capacidade de "traduzir todas as contribuições para um sistema de informação comum e processar essas informações a uma velocidade crescente e a um custo decrescente [...]" (p. 36); (2) aplicação de mecanismos computacionais no controle do processo de produção, visto que tem uma capacidade não vista anteriormente para estender o espaço-tempo; (3) flexibilidade dos processos de produção que facilitam estratégias gerenciais que buscam não apenas maior produtividade, mas também formas eficazes e sutis de dominação sobre os trabalhadores; e (4) automação da gestão de escritórios, no sentido de que novas tecnologias são geradas para processar informações e conhecimentos, a fim de aumentar a produtividade.

(CASTELLS, 1995, p. 36-37).

Entretanto, a inserção da economia brasileira no processo de globalização ocorreu tardiamente em relação aos principais países do mundo, tornando-se mais significativas a partir da década de 1990. Foram geradas profundas transformações sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas e, conseqüentemente, sobre as relações de trabalho, pois a produção passou a visar ao melhor aproveitamento possível do tempo de produção. Nesse período, diferentes regiões do Brasil passaram por processos de reestruturação como resultado das “políticas de desenvolvimento”.

As relações de trabalho e de produção foram delineadas: desregulamentação das leis trabalhistas, expansão da informalidade, flexibilização das relações de trabalho e o neoliberalismo são participes desses conjuntos de mudanças. Os sujeitos que vivem do trabalho, tem sofrido uma intensificação das formas de exploração do capital. A territorialização do capital via processo de modernização da agricultura expulsou os trabalhadores do campo para a cidade bem como, estreitou a relação entre campo-cidade em uma unidade contraditória entendida a partir da divisão social e territorial do trabalho (SILVA, 2014).

O complexo mundo do trabalho apresenta diversas feições, e impõe a necessidade de ter um trabalhador polivalente, flexível, alienado e uma classe trabalhadora heterogênea que precisa buscar oportunidades de trabalho nos distintos espaços mesmo que sejam em ocupações precárias e informais. O modelo social necessita vigente necessita que o trabalhador seja móvel, ou seja, esteja disponível a se sujeitar, nos diversos espaços, à exploração do capital (ANTUNES, 2007).

Diante das desigualdades, do espraiamento do desemprego, estratégias são criadas em face de promover o desenvolvimento econômico e continuar explorando a mão de obra do trabalhador. Políticas públicas de geração de emprego e renda e o incentivo a economia local tem se constituído como uma das alternativas de sobrevivência dos trabalhadores rurais para permanecer no campo.

A outra face revela que a modernização da agricultura acentuou a mobilidade do trabalho, a cidade tem se apresentado como lugar atrativo de trabalho frente a desapropriação do camponês e territorialização do capital monopolista no campo. A mobilidade do trabalho atende a lógica de mobilidade do capital.

A complexidade do fenômeno migratório é traduzida como uma das expressões da mobilidade do trabalho. Apesar da variedade de elementos e fatores que influenciam e determinam a atuar como “agente de transformação”, ao mesmo tempo em que é “a dimensão

espacial, traduzida como conjunto de relações sociais” (SALIM, 1992, p. 127).

O processo de reestruturação produtiva, associado à implantação de inovações técnicas e organizacionais no meio agrícola, especificamente, converge para se criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118), de forma que:

O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118).

O processo de globalização da agricultura brasileira decorreu de solidariedades materiais e organizacionais, que apontam o Estado como agente fundamental na consolidação desse projeto de mundialização da atividade agrária. O uso de sementes selecionadas, fertilizantes, herbicidas, culturas de entressafra (soja e trigo compartilhando o mesmo campo, com calendários agrícolas complementares), créditos públicos específicos para soja e para o milho nos cerrados, forneceram condições para que isso acontecesse plenamente (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 118).

O processo de reestruturação produtiva intensifica-se nos anos 1990 por dois fatores: pela crise econômica no mercado interno e pela política de abertura adotada pelo governo Collor. Wesz Junior (2011, p. 56) destaca o Plano Real como o principal mecanismo desta mudança, pois este plano econômico reduziu a proteção tarifária e a presença estatal, implementando um modelo econômico pautado na competitividade e na abertura comercial. Segundo o autor, um dos principais reflexos desta orientação foi o crescente número de fusões e de aquisições, que afetaram fortemente todos os setores da indústria brasileira. Um novo arranjo da estrutura espacial foi forjado, com a formação de complexos industriais voltados para a agropecuária (agroindústrias) propiciado pela mudança de postura do Estado brasileiro, que substituiu o modelo desenvolvimentista-intervencionista pelo modelo neoliberal de abertura econômica ao mercado estrangeiro pautado na competitividade.

Isto levou as empresas a buscar inovações mais efetivas, estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional. Assim, embora diante da recessão econômica e da instabilidade política presentes, ambas repercutiram para uma retomada da produtividade e para o aprofundamento do controle sobre o trabalho, em especial no setor financeiro voltado à exportação, pressionando o capital a investir em modernização de sua produção ou perderia espaço no mercado.

Araújo (2000, p. 281) reconhece os aspectos positivos da globalização e da reestruturação produtiva no mercado brasileiro, mas deixa de abordar os efeitos negativos da associação desses dois processos sobre alguns setores, sobretudo, os que não se enquadrarem no padrão de inovação tecnológica; de forma que alguns desses setores se tornaram atividades de inserção e outros tendem a diminuir e/ou desaparecer, por não conseguirem competir e acompanhar um mercado economicamente globalizado.

No território brasileiro, as tendências atuais para os espaços regionais em escala global combinam a atuação de processos em rede com a articulação a centros urbanos, produzindo novas centralidades regionais e acirrando desigualdades socioespaciais (SOUZA, 2016). Há uma associação a tendências mais gerais, embora com particularidades. É possível analisar a forma pela qual as regiões brasileiras se inserem, neste contexto, e assumem formas próprias, tendo em vista um olhar histórico e geográfico sobre o processo.

## **2.2 O papel do agronegócio nas áreas de cerrados**

O campo brasileiro, especialmente áreas de cerrado<sup>4</sup>, passa a ser considerado estratégico, pois ocorre o fortalecimento da ação das grandes corporações, que passam a controlar importante setor da produção. O cerrado brasileiro iniciou um processo de reestruturação produtiva, principalmente no setor da agropecuária, com a inserção de novas tecnologias mais sofisticadas para produzir mais com menos recursos, incorporando parcelas crescentes de terra ao processo produtivo.

A literatura reconhece que os Cerrados brasileiros foram impactados pela reestruturação produtiva do capital, dando continuidade ao processo de modernização do campo, refletindo o avanço da industrialização da agricultura. Esse processo não pode ser entendido dispensando a compreensão do papel do Estado no patrocínio da acumulação capitalista, com políticas territoriais decisivas para viabilizar o avanço da chamada “agricultura moderna”.

---

<sup>4</sup> O ecossistema do cerrado na Bahia é localizado no Oeste baiano e apresenta duas ecorregiões, denominadas Chapadão do São Francisco e Depressão do Paranaguá. As áreas do cerrado baiano normalmente são planas ou com baixa declividade, apresentam uma estação seca (maio a setembro) e outra chuvosa (outubro a abril), forte radiação e disponibilidade hídrica, propiciando uma agricultura de alta produtividade. A vegetação é composta por dois tipos: (1) cerrado sentido restrito (*strictu sensu*) caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, e geralmente com evidências de queimadas; e (2) campo cerrado um tipo de vegetação campestre, com predomínio de gramíneas, pequenos árvores e arbustos geralmente isolados, trata-se de uma transição entre o campo e os demais tipo de vegetação ou às vezes um resultado da degradação do cerrado.

A expansão da “agricultura moderna”, segundo Elias (2003), aponta para um processo constante de internacionalização das atividades agrícolas, sendo que

A agricultura se realiza de forma globalizada, se não na sua produção propriamente, na sua circulação, distribuição ou seu consumo, mostrando-se uma das atividades mais contagiadas pela revolução tecnológica (ELIAS, 2003, p. 59).

A autora aponta o predomínio da tecnologia e da informação como fatores de produção, havendo necessidade de incorporação de novos espaços, os quais tem sua dinâmica produtiva fortemente alterada. Muitas cidades passam a prestar serviços diretamente aos espaços de produção agrícola moderna, sendo incorporadas em redes articuladas em nível global.

Esta autora analisa que há uma reestruturação da relação entre os três fatores clássicos da produção no campo: terra, trabalho e capital. Evidência disto é que, no momento atual, o aumento da produção não ocorre apenas pela incorporação de novos espaços à produção, de forma extensiva, mas a presença de tecnologias que potencializem o aproveitamento da produção

Há uma crescente integração da agropecuária em relação aos outros setores da economia, reduzindo um isolamento antes existente. Elias (2003) argumenta que o campo possuía alto potencial de recepção de novas tecnologias e reduzida resistência, haja visto possuir (por conta do isolamento apontado) menor quantidade de técnica empregada, logo, menor quantidade de trabalho morto. Desta forma, se torna claro que o campo passa pela reestruturação produtiva capitalista absorvendo tecnologia, mas, ao mesmo tempo, tornando-se um espaço de produção essencial ao capital. É assim que a produção rural é revalorizada neste processo e passará, como se verá à frente, pelos processos de flexibilização da produção, terceirização de relações e alienação de espaços de produção em relação aos espaços de comando.

Segundo a argumentação de Denise Elias (2003), referenciando-se em Alves (2000), a modernização aparece com o capitalismo e se metamorfoseia mediante os momentos de crise dos modos de regulação. Esse processo se agiganta a partir de meados do século XX, com o advento do meio técnico-científico-informacional, tese colocada por Milton Santos (1994) que evidencia as novas formas de valor em movimento com destaque para o capital financeiro.

Portanto, é necessário qualificar melhor a ideia de modernização na agropecuária. Tal discussão foi feita por Graziano da Silva (1996), que define tal processo inicialmente, como sendo a transformação da base técnica que visa aumentar a produtividade. Estas mudanças estão ligadas não apenas a melhoria nas técnicas de produção, mas também no modelo de

consumo da produção, ocorrendo incremento no consumo intermediário na agricultura (este seria “o valor de todos os insumos que entram no processo de produção excetuando a força de trabalho”). Cresce, assim, o consumo de tratores, fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Graziano da Silva retoma a ideia da modernização como “processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial” (1996, p. 30). Com base neste conceito, percebe-se que a modernização está ligada a alguns processos correlatos que demandam análise, podendo ser destacadas a integração da agricultura no sistema capitalista industrial e a ruptura das relações de produção arcaicas, visto tal processo se associar especificamente ao uso de máquinas, insumos ou técnicas mais modernas.

Gonçalves (2001), ao analisar a modernização agrícola no cerrado, explica que a consolidação da soja no Brasil ocorreu a partir da década de 1970 por duas razões principais: (1) uma conjuntura internacional favorável, diante do aumento da demanda internacional em função da crise da oferta de outras matérias-primas ricas em proteínas; e (2) a atuação do Estado financiando todas as fases da cadeia produtiva da soja e articulando a indústria a montante, com base em três mecanismos: a concessão de crédito rural subsidiado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pelo processo de subsistência dos insumos e equipamentos agrícolas e a subvenção dos custos dos principais insumos do campo.

No caso do Centro-oeste, houve, inicialmente, um processo de expansão urbana a partir da construção e consolidação de Brasília como Capital Federal, representando o início do processo de integração territorial do interior do país. A agricultura moderna foi implantada na região, ainda na década de 1970, em um contexto de inclusão do Centro-Oeste no circuito produtivo nacional como grande produtora agrícola, devido ao uso de instrumentos de ordenamento regional e de financiamento.

O Estado e o capital privado foram os grandes agentes que propiciaram a inserção da revolução tecnológica no campo, caracterizada pela Revolução Verde, iniciada na década de 1950, chegando ao Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, momento histórico em que o país vivenciava a ditadura militar, no qual houve um intenso investimento na agricultura, especialmente em áreas como a produção de sementes e a uso de insumos, entretanto os benefícios ficaram concentrados na mão de um pequeno grupo de grandes produtores rurais, desencadeando em uma grande concentração fundiária, assim como o aumento dos conflitos agrários e da desigualdade social. Corrêa (1999) afirma que esse processo implicou a reestruturação fundiária, novas relações de produção, sistemas agrícolas, novos cultivos e

criação dos complexos agroindustriais.

Em consequência do grande desempenho agrícola, atraiu para região grandes empresas multinacionais e nacionais. Mendonça (2002) associa a aceleração do processo de urbanização e modernização da agricultura nos países periféricos (impulsionada pela Revolução Verde), com destaque para o Brasil, precisamente nas áreas de cerrado. A conjuntura internacional favorável à produção de *commodities*, principalmente a soja, assumiu proporções significativas mediante o aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado, além da infraestrutura necessária ao processo de ampliação e reprodução do capital em suas diversas expressões.

A política de modernização da agricultura estabeleceu um conjunto de medidas que iria abarcar a totalidade da produção econômica, financeira, ocupacional e estrutural no Centro-oeste, visando torná-lo potencialmente produtivo. Na dianteira desse processo, o Estado ficou responsável em financiar e estimular a ocupação planejada, promovendo o desenvolvimento intenso e racional de uma agricultura mecanizada e volumosa, cuja matéria-prima deveria atender, prioritariamente ao mercado internacional. Coube ainda ao Estado oferecer financiamento para pesquisa, assistência técnica, sistema de armazenamento, de transporte e de comercialização.

As ações governamentais foram direcionadas às pesquisas das potencialidades agrícolas dos cerrados, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972 e, posteriormente, com a atuação da EMBRAPA nas áreas de Cerrado, com a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), em 1975. Nesse período o Governo Federal intensificou as políticas públicas através dos créditos financeiros facilitados e de programas agropecuários.

Desde os anos de 1960, a expansão da soja no território brasileiro conta com o apoio de políticas públicas dos governos e países interessados. Dos anos de 1960 aos anos de 1980, foi criada uma série de programas desenvolvimentistas, cujo objetivo principal era dar suporte e efetivar a ocupação do Brasil Central. Dentre os programas agrícolas que se efetivaram no Centro-Oeste, destacamos: o Programa de Integração Nacional (PIN, em 1970); o Programa de redistribuição de terras e desenvolvimento agroindustrial (PROTERRA, em 1967); o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR, em 1982); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO, em 1975); e o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER, em 1979), que promoveram a expansão da agricultura moderna.

Ao capital privado, coube importar o pacote tecnológico e revendê-lo ao produtor,

imprimindo-lhe o desejo pela riqueza, pela competição, pela dependência tecnológica, ou seja, alienando-o à lógica do capital. E, como na lógica do capitalismo, predomina a desigualdade, muitos foram e ainda têm sido excluídos do processo de modernização tecnológica do campo (OLIVEIRA, 2015).

Nas regiões agrícolas, a reestruturação produtiva da agricultura estimula a refuncionalização dos centros urbanos, porém não atinge todos os centros da rede urbana com o mesmo grau e a mesma intensidade. Fatores como a localização, o tamanho, a função local, bem como a estrutura urbana e econômica preexistentes vão contabilizar na futura mudança de função, podendo responder em maior ou menor grau (SPOSITO, 2007).

Nas modernas áreas agrícolas, onde as monoculturas de soja predominam, muitas pequenas cidades irão adquirir função de reservatório de força de trabalho. Além disso, muitas delas, perderam sua centralidade para outros centros que melhor se equiparam, ou que por diversas razões, sobressaíram-se economicamente em razão das ações ativas da elite local e da conformação particular de componentes de capital produtivo.

As realidades socioeconômicas e funcionais das cidades inseridas nas regiões agrícolas mudaram de conteúdo e técnica. Nesses espaços, a dinâmica da agricultura científica segue o mesmo raciocínio da produção agroindustrial da cidade, no sentido de reduzir custos com a mão de obra, ampliar a mecanização da produção, melhorar a qualidade e potencializar os lucros.

Nesse sentido, as cidades que se formam no entorno desse campo inteligente passam a servir de maneira “inteligente”, conectadas cada vez mais ao setor terciário. Nestes, tem sido comum a criação das chamadas “cidades do agronegócio”, cidades de apoio às atividades técnicas do agronegócio, cujas funções, no espaço, acabam delimitadas por agentes exógenos, criando verdadeiros espaços “alienados” da região. Além disso, a literatura reforça ainda o aumento da seletividade de atuação do capital nas regiões de avanço do agronegócio moderno, o que impacta no acirramento das desigualdades socioespaciais regionais (ELIAS, 2006).

A dinâmica inicial viabilizada na Região Centro-oeste centrou-se na produção de soja nos cerrados, principal produto regional. A decisão de produzir soja não ocorreu por decisões individuais de produtores ou de empresas, e sim pela interação dessas decisões com as condições objetivas criadas no período de incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevaiente no país.

A sua cadeia agroindustrial e alimentar soja-oleaginosas pode ser identificada pelo conjunto de interesses econômicos e sociais envolvidos na

produção, transformação e circulação de grãos de soja e seus produtos industrializados, e que concorrem num mercado oligopólico internacionalizado (MULLER, 1989, p. 109).

A efetivação dos programas agropecuários no Centro-Oeste, associadas a criação de programas destinados a suprir a carência na infraestrutura de transporte e armazenagem, especialmente em Goiás e Mato Grosso, ocorreram por meio da produção de grãos úteis ao mercado agroexportador.

Convém ressaltar que, até a década de 1970, a soja era cultivada apenas na região Sul, entretanto, com a crescente demanda internacional pela soja in natura, farelo e óleo de soja, o governo promove a modernização agrícola estimulando a produção em alta escala nos Cerrados do Centro-Oeste (VIEIRA, 2002).

Com base nos dados do IBGE, em 1980, o Sul produzia 59% da soja no Brasil, enquanto o Centro-Oeste era responsável por apenas 30%. Já a partir do ano 2000, o Centro-Oeste produziu 43% da soja, ficando o Sul com 42% da produção. Na década seguinte, o Centro Oeste tem se consagrado como maior produtor de soja do país.

Aos poucos, as terras do Cerrado foram sendo exploradas por meio da implantação de uma agricultura comercial para exportação estruturada em bases empresariais tornando o setor uma grande base para economia do país. O Centro-Oeste brasileiro representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Por apresentar uma agropecuária globalizada, vem difundindo especializações territoriais produtivas (soja, milho e pecuária bovina), estimulando a agroindústria e refuncionalizando as pequenas e médias cidades, antes dependentes do campo, em áreas especializadas no agronegócio.

O agronegócio se apresenta como um dos principais setores da economia brasileira, tanto em termos de geração de renda e emprego quanto da contribuição para o desempenho da balança comercial do país. Contribuiu com pouco mais de 1 milhão de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, em que as atividades agrícolas representaram 70% e a pecuária, cerca de 30% do valor produzido no ano de 2017 (IBGE, 2017).

Importante ressaltar que as mudanças ocorridas no Centro-Oeste foram importadas de um modelo capitalista originada na globalização da economia. Esse avanço da técnica e da informação possibilita viabilizar a modernização da agricultura brasileira e, ao mesmo tempo, reduzir a participação de pequenos produtores que tem dificuldade em se integrar nesse processo.

De acordo com Giordano (1999, p. 152):

A vinda de empresários do Sul e Centro-Oeste para a região dos cerrados nordestinos foi determinada, principalmente, por três fatores: a) condições edafo-climáticas favoráveis (topografia plana, abundância e regularidade de chuvas, temperatura elevada e profundidade dos solos; b) terras mais baratas que em outras regiões produtoras, fato que eleva a rentabilidade da exploração (lucro sobre ativos) e, c) busca de economia de escala.

As condições físicas foram favoráveis à implantação de políticas agrícolas, tais como o relevo e o solo. Góes (2011) descreve o cerrado como um conjunto de diversos elementos, portador de um ecossistema complexo e de extrema importância para a sociedade, na medida em que apresenta uma das maiores biodiversidades do mundo, uma extensa área agricultável, volumosos mananciais e cursos d'água disponíveis para irrigação, potencial energético e uma potencialidade turística e de pesquisa inesgotáveis.

As condições fisiográficas dos cerrados da Bahia, sistematizada no quadro 1, associada a descrição de Mendonça (2002, p. 6) sobre a formação geográfica do cerrado, informando suas potencialidades econômicas, ajudam a esclarecer o interesse despertado por este bioma.

Um conjunto de diversos elementos, portador de um ecossistema complexo e de extrema importância para a sociedade, na medida em que, apresenta uma das maiores biodiversidades do mundo, uma extensa área agricultável, volumosos mananciais e cursos d'água disponíveis para irrigação e potencial energético e, uma potencialidade turística e de pesquisa inesgotáveis (MENDONÇA, 2002, p. 6).

Oliveira (2003) observa que o Brasil do campo moderno vem transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, sendo o agronegócio sinônimo de investimento e produção para o mundo. Deste modo, quando se trata dessa atividade, não estamos mais falando apenas de fazendas, mas de empresas do agronegócio, não tratamos somente de produtos agrícolas, mas de *commodities* agrícolas e, sobretudo, não lidamos mais unicamente com agricultores ou produtores, mas empresários.

Quadro 1 - Sistematização da caracterização das áreas de cerrado da Bahia

<b>GEOLOGIA</b>		
<b>Era/Período</b>	<b>Nome da Unidade</b>	<b>Breve descrição da litologia</b>
Mesozóico / Cretáceo	Grupo Urucuia	Constitui-se de rochas sedimentares de origem aluvionar e eluvio-coluvionar, integrados por arenitos, pelitos e arenitos conglomeráticos, e assentadas sobre rochas metamórficas ou ígneas, depositadas sobre o embasamento do Grupo Bambuí.
Neoproterozóico / Ediacarano	Grupo Bambuí	Possui em sua base resquícios de rochas metamórficas ou ígneas e granitoides associados, incluindo como cobertura rochas sedimentares.
<b>CLIMA</b>		
<b>Tipo Climático</b>	<b>Sistemas atmosféricos atuantes</b>	<b>Descrição do clima</b>
Tropical úmido-seco ou tropical do Brasil Central	Controlada por sistemas atmosféricos equatoriais (MEC) e tropicais (MTA e MTC), e da atuação extra-tropical (MPA)	Clima quente e úmido no verão (outubro a abril), e quente e seco no inverno (maio a setembro); Baixos valores de umidade relativa do ar, em torno de 15%, costumam ocorrer entre os meses de julho e agosto; Quanto a temperatura, a média anual varia em torno de 24,1 – 26 °C, com máximas em média de 30,1 – 32 °C e mínimas em torno de 18,1 – 20 °C; A média de precipitação gira em torno de 1001 – 1250 milímetros, classificado com quatro a cinco meses secos.
<b>RELEVO</b>		
<b>Unidade Morfoestrutural</b>	<b>Região Geomorfológica</b>	<b>Descrição das formas predominantes</b>
Chapadas e planícies	Chapadas do São Francisco; Depressões da Margem Esquerda do São Francisco	As Chapadas do São Francisco caracterizam-se como superfícies aplainadas que tiveram sua continuidade interrompida em virtude de mudanças no sistema morfogênético. Encontram-se separadas dos modelados de dissecação que as circundam por escarpas e ressaltos. Guardam feições planas herdadas da superfície de erosão que se instalou sobre os sedimentos sub-horizontalizados do Grupo Urucuia. As Depressões da Margem Esquerda do São Francisco compõem-se de sistemas planos inclinados levemente côncavos e áreas mais dissecadas expostas por erosão da cobertura sedimentar preexistente. Cortam as chapadas do São Francisco com vales limitados por margens bem-marcadas e extensas depressões. São superfícies elaboradas durante fases sucessivas de retomada de erosão, constituídas por litologias pertencentes ao Grupo Bambuí e ao Grupo Urucuia.
<b>SOLOS</b>		

<b>Classe de Solos</b>	<b>Processo Pedogenético Predominante</b>	<b>Definição da classe de solo</b>
Latossolo	Latolização	Os solos do Cerrado caracterizam-se pela predominância dos latossolos e pela sua acentuada acidez. Em geral são solos: muito intemperizados (lixiviação), profundos, de boa drenagem, difícil separação dos horizontes pela coloração; A ausência de fertilidade dos solos do Cerrado foi resolvida na agricultura mecanizada por intermédio da aplicação de técnicas específicas, como a calagem, a adubação fosfatada e potássica, aliado à sua ótima condição física, sem risco de salinização e não possui pedregosidade. Pelo desenvolvimento dessas técnicas de correção e elevada mecanização, as áreas de cerrados do Oeste da Bahia permitiram a ampliação da produtividade do país no campo, mas, na contramão, contribuiu para o aumento do desmatamento da vegetação original.
Neossolo Quartzarênico	Solos com pequeno desenvolvimento pedogenético (processos incipientes)	Possuem áreas de Neossolo Quartzarênico órtico com formato de sua classe de solo influenciada pelas redes fluviais. Este solo mostra a influência dos arenitos do Grupo Urucuia. Caracterizado por pequena profundidade (menos 2 metros) e predomínio de areias quartzosas. Em geral, são solos originados de depósitos arenosos, são constituídos essencialmente de grãos de quartzo, sendo praticamente destituídos de minerais primários, pouco resistentes ao intemperismo e normalmente aparecem em relevo plano ou suave-ondulado, pois em relevo mais movimentado não permanecem estáveis.
<b>VEGETAÇÃO</b>		
<b>Bioma / Domínio</b>	<b>Fitofisionomia</b>	<b>Características gerais da vegetação</b>
Savana / Cerrado	Cerrado " <i>sensu strictu</i> " e Campo Cerrado	Os cerrados são áreas normalmente planas, cobertas de uma vegetação e formação vegetal peculiar, apresentando fundamentalmente um estrato herbáceo dominado por gramíneas; O Campo Cerrado apresenta um estrato herbáceo contínuo, com muitas espécies de subarbustos e ervas e predominância de vegetação rasteira, estrato arbóreo é pouco definido e a presença de poucas árvores e arbustos bastante espaçados entre si; O Cerrado " <i>sensu strictu</i> " tendo como características árvores baixas e retorcidas, arbustos, subarbustos e ervas, tendo altura média de 5 metros, com ocorrência de plantas lenhosas apresentam casca corticeira, folhas grossas, coriáceas e pilosas.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em AB'SÁBER, 1983; BAHIA, 2008; ROSS, 2009

A reestruturação produtiva e a modernização dos cerrados provocaram com que algumas cidades pequenas fossem elevadas para médias com importância nas redes urbanas que se conformaram nas áreas de cerrado. A refuncionalização das pequenas cidades se realiza por meio de duas possibilidades maiores: (1) considera à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo; e (2) considera à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades (CORRÊA, 1999).

Santos (1979) ao analisar a dinâmica das médias cidades inseridas nas regiões agrícolas, iniciou suas reflexões sobre a classificação das cidades no final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, essa refuncionalização decorre de manifestações da globalização cujas alterações na circulação, na centralidade e no processo produtivo da pequena cidade, introduziu uma mais complexa divisão territorial do trabalho, elevando-a ao patamar de cidade média.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975, surge como alternativa de desenvolvimento urbano para o país, desenvolvendo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), criada para efetivar um planejamento urbano/regional entre as metrópoles brasileiras, usando para isso, critérios demográficos e índices socioeconômicos para classificar as cidades em metrópoles, cidades de porte médio, cidades de pequeno porte e cidades com funções especiais.

A partir desse período, muito tem se discutido para contribuir teoricamente para uma classificação ou tipologia das cidades médias, que pudesse melhor classificá-las e caracterizá-las. As terminologias “cidade média” e “cidades de porte médio” causam dificuldades no processo de apreensão, visto que muitos autores adotam critérios próprios, desconsiderando outras contribuições, tornando confuso o conceito central.

Pereira (2002) nos afirma que ao final dos anos 1970, foi desenvolvida uma tipologia de cidades médias para um melhor entendimento de suas dinâmicas. Suas funções econômicas eram diferentes em relação à hierarquia urbana nacional. Essa tipologia foi estruturada em quatro tipos de cidades: (1) cidades médias metropolitanas; (2) cidades médias capitais de estados; (3) cidades médias em eixos de transporte e; (4) cidades médias em fronteiras agrícolas.

O IBGE, por exemplo, classifica a rede de cidades segundo uma hierarquia demográfica, delimitando as cidades de porte médio como aquelas que têm uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Consideramos, porém, uma análise incipiente por considerar apenas um critério demográfico para analisar algo tão complexo como são as

idades.

Em função das profundas transformações urbanas, a discussão tem sido retomada com a incorporação de novos elementos, estendendo as reflexões para produção do espaço, associado aos indicadores econômicos e sociais, novas divisões sociais e territoriais do trabalho, novas funcionalidades e arranjos produtivos, exigindo novas reflexões conceituais que vão além do critério demográfico.

Soares (2007) aponta que para os estudos das cidades médias do Cerrado, diversas características precisam ser consideradas em conjunto, dentre elas o tamanho demográfico, suas funções, sua dinâmica intraurbana, as intensidades das relações interurbanas com o campo, os indicadores de qualidade de vida e de infraestrutura, as relações externas e seu comando regional.

Vários pontos foram destacados por Soares (2007), no sentido de apreendermos o significado e os fenômenos em processo, nas cidades médias brasileiras: (1) as diferenças entre as cidades de porte médio e as “cidades médias”; uma vez que estas últimas apresentam um significado mais complexo, tendo em vista sua especialização econômica, o comando regional, equipamentos urbanos, dentre outros; (2) as análises das escalas intra e interurbanas desses espaços articulados com seu entorno, avaliando os níveis de centralidades regionais; (3) a divisão regional do trabalho, para que seja identificada a multiplicidade dos espaços que as compõem; (4) capacidade de organizar atividades na região e de gerar e difundir inovações nas áreas circundantes; (5) a existência de indicadores de qualidade de vida, que abrangem habitação, saúde, educação, lazer, saneamento básico, entre outros; (6) as relações hierárquicas complementares e competitivas entre as cidades médias; e (7) identificação da natureza e intensidade dos fluxos que ocorrem nas relações interurbanas.

Segundo Amorim Filho e Serra (2001), a definição qualitativa e a delimitação demográfica sempre foram as grandes dificuldades no estudo das cidades médias, não havendo um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximos e mínimos que podem conter o conjunto das cidades médias, contudo há em cada período histórico coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.

Os mesmos autores aprofundam sua maneira de pensar sobre as cidades médias e afirmam que o critério demográfico é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias. O critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação.

A dimensão demográfica é relativizada por Corrêa (2007), podendo ser analisada por três ângulos: tamanho demográfico absoluto, escala espacial de referência e a dimensão temporal. Nesse sentido, o autor afirma ser necessário qualificar a cada momento, o que se entende do ponto de vista demográfico, por cidade média, uma vez que para ele, essas cidades podem ser consideradas como um “estado transitório”.

Diante disso, propomo-nos apresentar nessa seção, o processo de reestruturação produtiva agrícola nas áreas de Cerrado, contextualizando a consolidação da modernização da agricultura, em especial no Centro-oeste. Buscaremos na próxima seção aprofundar as ações políticas e econômicas na lógica da reestruturação produtiva, desdobrando-se em uma cadeia produtiva que fomentou a economia regional, destacando as variáveis que comprovam o crescimento econômico e produtivo das áreas dos Cerrados baianos e sua inserção ao Complexo Agroindustrial atual.

### **2.3 A reestruturação produtiva nos cerrados baianos**

Na primeira metade do século XX, o Oeste baiano ainda exibia atividades econômicas de caráter mais extensivo, de base técnica tradicional e com baixa produtividade, não necessitava, portanto, de uma maior integração espacial. Essas atividades econômicas se resumiam à pecuária extensiva, à lavoura de algodão arbóreo, à agricultura de subsistência, ao artesanato e ao extrativismo, fazendo com que a rede urbana regional continuasse dispersa, direcionada ao atendimento das demandas imediatas de suas cidades, por conta das dificuldades atribuídas às grandes distâncias dessa região em relação aos principais polos industriais do País (DOS SANTOS e CHAVES, 2014).

Os cerrados baianos, que antes eram espaços com pouca expressividade econômica (destacando-se a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva, com núcleos urbanos pouco povoados, formados basicamente pela população nativa da região), tornou-se a partir da década de 1970 uma região com importantes centros urbanos, com a conformação de grandes áreas produtoras de grãos, principalmente a soja.

A inserção da agricultura moderna, promovida por incentivos do Estado em suas três esferas, federal, estadual e municipal, no final da década de 1970, provocou profundas mudanças na dinâmica espacial, e conseqüentemente na cidade de Barreiras, que na época que se apresentava como o principal centro urbano da região, e acabou por ser o município mais atingido por essas mudanças, tanto no urbano quanto no rural. A partir da chegada da moderna agricultura nos espaços de cerrados baianos, que sempre foram tratados como áreas

marginais no processo produtivo do Estado, o Oeste baiano passou a participar da agenda setor agrícola nacional (DE SOUZA et al., 2015).

As primeiras ações do Governo Federal vieram antes, com o intuito de estabelecer bases nos cerrados baianos com construção do Aeroporto Internacional de Barreiras. Segundo Haesbaert (1997), Barreiras possuía um dos melhores aeroportos da América, entre o período 1942-1949, contava com escalas internacionais, evidenciando o objetivo de inserir a região nos planos do capital estrangeiro. Em 1943 foi instalada a primeira agência do Banco do Brasil e em 1957 foi implantado o Instituto de Fomento Econômico, pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico.

Santos Filho (1989) evidencia que houve uma virada dos anos 1960 e início da década de 1970, período em que a região passou por mudanças significativas. A construção de Brasília em 1960, a instalação da hidrelétrica de Correntina em 1966 e a instalação do 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4ª BEC) para a construção das BRs 242 e 135 em 1969, foram impulsionadoras de transformações espaciais, haja vista que abriu perspectivas de aproximação do Oeste da Bahia com o polo urbano que se instalou no novo Distrito Federal, acelerando a valorização de terras nos cerrados, já que a nova rede viária aproximou esta área dos grandes centros de produção e consumo do País.

As redes viárias e de comunicações possibilitaram aproximar os grandes centros urbanos de áreas geograficamente distantes do país, favorecendo uma melhor articulação do Nordeste, de maneira geral, ao nível nacional. A economia brasileira precisava acompanhar o crescimento de produção e de novos mercados, porém as barreiras físicas e tecnológicas dificultavam o aproveitamento dos Cerrados baianos e nordestinos, a partir da constituição dos complexos agroindustriais com a evolução do setor agrícola e do seu dinamismo, ao mesmo tempo, os papéis das políticas econômicas foram determinantes no processo de viabilizar um novo modelo agrícola para a Bahia.

Tal situação foi possível, em grande parte, por intermédio de investidores japoneses que implantaram por todo o cerrado, em ação conjunta com o Governo Federal, por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados, o PRODECER II (1985 – 1993), executado na Região Oeste da Bahia, além de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, aliados aos financiamentos de agricultores e suporte da EMBRAPA, pelas pesquisas voltadas ao aproveitamento agrícola do cerrado baiano e, posteriormente, pela presença da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), importante na criação de projeto de colonização e irrigação em Barreiras.

Além dos incentivos oferecidos a nível Federal, o Governo Estadual da Bahia também implementou programas para aumentar a produção agrícola. Esses programas repercutiram diretamente na região, com destaque para o Programa de Investimento da Modernização da Agricultura Baiana (AGRINVEST), iniciado no ano de 2000, e para o Programa de Incentivo ao Algodão (PROALBA), instituído em 2001 (SPAGNOLO, 2011). Entre as ações do Governo Estadual podemos mencionar a implantação de duas unidades do Departamento de Estrada e Rodagem da Bahia (DERBA) em Barreiras (1968) e a criação do Programa de Ocupação Econômica do Oeste e Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste baiano, na década de 1980. Todas essas ações e programas visavam permitir o investimento e o custeio da produção em áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As cooperativas também tiveram participação decisiva no avanço da agricultura moderna dos cerrados baianos nos anos 1980, exercendo o papel de principal fornecedor dos elementos materiais da produção (sementes, máquinas, produtos químicos etc.), serviços de aluguel de tratores e assistência técnica, além de garantir aos cooperados o acesso ao crédito e a comercialização de seus produtos. Deste modo, na década citada, grandes cooperativas se implantaram na região, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, de São Paulo, e aquelas formadas localmente como a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda. (COACERAL), a Cooperativa Agrícola de Formosa do Rio Preto (COPERMOSA), a Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco (COMESF), a Cooperativa Agrícola Mista do Rio Corrente (COARC) e a Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda. (COPERGEL), todas ligadas ao capital japonês proveniente dos financiamentos do PRODECER. Dessas cooperativas pioneiras, atualmente existem na região apenas a antiga cooperativa de Cotia, hoje Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (COOPROESTE) e a COACERAL, além de algumas organizações associativas como a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA) entre outras (DOS SANTOS e CHAVES, 2014).

O processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro encontrou resistências significativas nas estruturas de poder em várias regiões do país, principalmente na Região Nordeste. O processo de ocupação dos espaços de cerrado no Oeste da Bahia passou por uma situação diferente se comparada a outras regiões, em função da atuação de forças econômicas e políticas dominantes que facilitaram o acesso à terra, atuando com o apoio de organismos públicos para atração de investimentos nessas áreas (SANTOS, 2007).

Desde a década de 1970, o Nordeste vem sendo incorporado pela fronteira agrícola e

recebendo expressivos investimentos ligados ao agronegócio, originando áreas competitivas da produção de grãos. Como desdobramento deste processo, essas áreas vêm se reproduzindo em geral, embora de forma heterogênea em alguns aspectos, com o incremento da urbanização, diversificação da economia urbana, acelerada reestruturação urbano-regional e aprofundamento de desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2006).

Dos Santos (2016) afirma que a incorporação de alguns espaços do Nordeste, a partir dos anos 1980, para produção de soja, serviu de vetor para aprofundar essa diferenciação espacial interna à região, pois privilegiou/selecionou sujeitos e lugares. A vinculação dos cerrados nordestinos à rede agroindustrial capitaneada pela soja ampliou-se a partir do Sul e do Centro-Oeste, e, desde então, essa área tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extrarregionais e vem recebendo capitais (e capitalistas) predominantemente não nordestinos. Estes agentes têm implantado novos processos econômicos, bem como construído uma paisagem que se assemelha muito mais às macrorregiões Norte (Tocantins) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) do Brasil, do que ao Nordeste (do lado oriental do Rio São Francisco).

A região se tornou uma das fronteiras agrícolas mais importantes do Cerrado Brasileiro, sendo a soja o principal produto que impulsionou as mudanças espaciais. A introdução desta agricultura modernizada e a consequente ocupação da vegetação natural do Cerrado proporcionaram a aparição de um novo fenômeno que antes era nulo ou muito raro, definido por Haesbaert (2002) como o “Império da Linha Reta e a Ditadura do Movimento”. Esse fenômeno se refere à substituição da exuberante e multiforme vegetação natural do Cerrado pela rigidez das formas geométricas retangulares, circulares e lineares das lavouras de grãos e estradas que viabilizam o escoamento da produção.

As técnicas rudimentares, característica das atividades econômicas tradicionais, foram substituídas por técnicas modernas, sustentadas por um potente aparato científico e tecnológico. Os núcleos urbanos agora têm que se adaptar ao novo contexto econômico da região, tendo a obrigação de atender as necessidades técnicas de uma economia cada vez mais internacionalizada. A população exclusivamente de sertanejos nativos da região, agora se mistura aos imigrantes originários dos mais diversos lugares do Brasil, principalmente sulistas, em sua maioria, gaúchos, além dos nordestinos, baianos originários predominantemente da Região de Irecê (RIOS FILHO, 2012).

O Oeste baiano se configura como um desses exemplos de região funcional ao agronegócio por conter, principalmente a partir da década de 1980, condições favoráveis à expansão dessa atividade, com investimento maciço de capital público e privado na

tecnificação do território, com a concentração no Oeste baiano, de fixos e fluxos das redes agroindustriais de *commodities* agrícolas do Nordeste (DOS SANTOS, 2016).

Esse processo de transformações ocorrido no setor agrícola nacional encontrou um determinado espaço de um estado periférico e uma das suas regiões econômicas com os mais baixos índices de desenvolvimento humano do Estado, condições e situações muito particulares que permitiram a sua incorporação a uma nova dinâmica do setor agrícola nacional. O Oeste baiano, a partir do início da década de 1980, devido as suas condições naturais de dispor de espaços de cerrados nos seus territórios, foi incorporado à produção unificada pelo movimento do capital industrial e financeiro, dada pela integração de distintos setores (indústria – agricultura – serviços) e distintas esferas econômicas (produção, distribuição e consumo).

Frederico (2010), ao analisar a agricultura moderna globalizada que chegou aos cerrados baianos, avalia que a ampliação das relações mercantis e a construção de sistemas de transportes e de comunicação mais modernos, bem como a presença do Estado, proporcionaram condições para maior fluidez territorial das mercadorias e das pessoas, permitindo, assim, atrair mais população e empresas para essas áreas.

Em decorrência dessas ações públicas, foram detectadas duas consequências marcantes. A primeira foi a grande concentração fundiária, promovida pela migração de produtores agrícolas sulistas, ação possibilitada pelos baixos preços e pelos incentivos financeiros do Estado. A segunda consequência foi a criação de uma nova dinâmica urbana com o aumento populacional de aglomerações já existentes e a criação de novos núcleos populacionais às margens das rodovias federais onde se instalaram as primeiras fazendas de soja (RIOS FILHO, 2017). Os resultados dessas ações possibilitaram que várias infraestruturas (rodovias, ferrovias portos, aeroportos) fossem projetadas com o intuito de conectar a capital nacional aos principais centros urbanos do país.

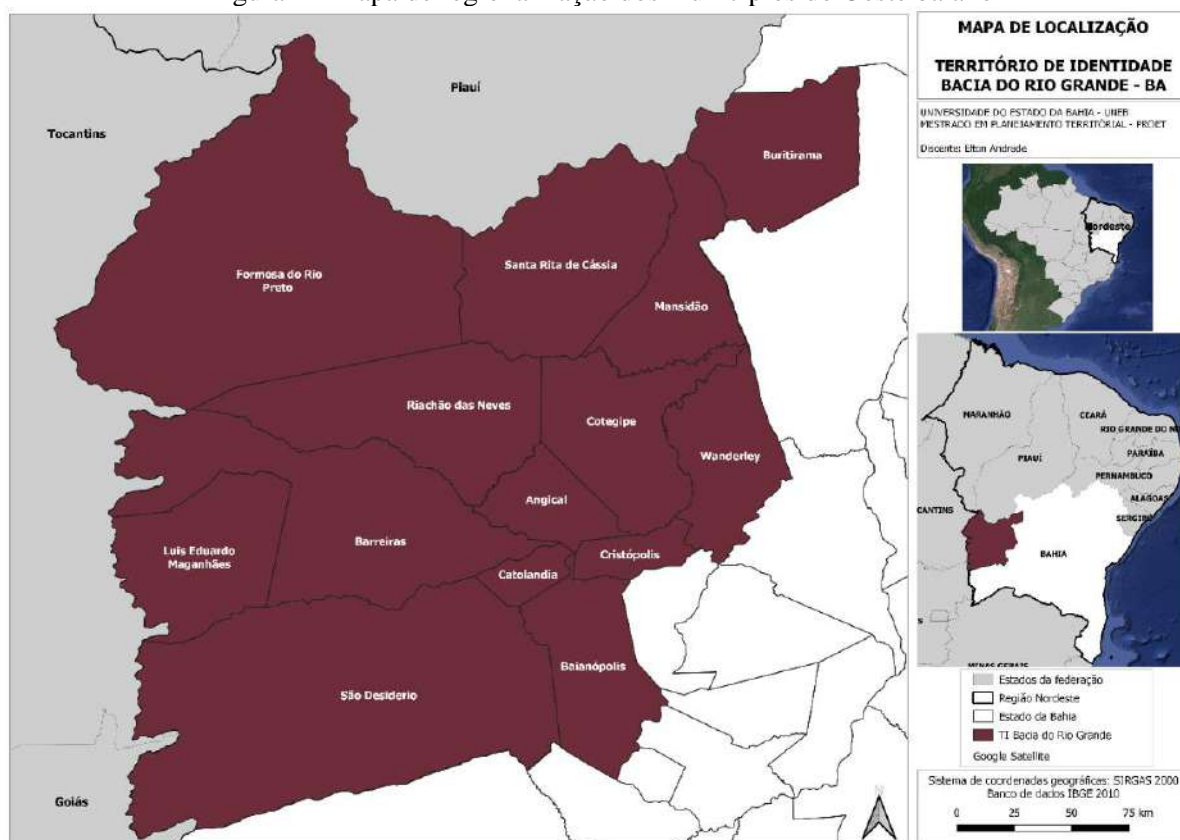
O Oeste baiano se configurou para os organismos de planejamento do governo do estado da Bahia, como um espaço que até meados do século passado fazia parte de uma ampla região que era denominada Mesorregião do Extremo Oeste Baiano. A configuração atual que define os Territórios de Identidade do estado da Bahia teve como fundamento o conceito utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), introduzido pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Tomando como base as diretrizes propostas pelo MDA, o governo do estado da Bahia adota uma divisão que segundo a definição da Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN), objetiva

Identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar (BAHIA, 2008).

A incorporação de termos e conceitos (território, desenvolvimento sustentável e gestão social, por exemplo) nas políticas de planejamento do Estado contribuiu não apenas para acentuar o debate na perspectiva acadêmica, como também evidenciou o uso e apropriação pela sociedade civil organizada, que gerou novos significados aos conceitos incorporados nas próprias práticas cotidianas.

No entanto há diferenças de regionalização no que se refere ao proposto para o Território de Identidade Bacia do Rio Grande em relação as áreas dos cerrados baianos (figura 1), tendo em vista as especificidades de área ocupada e no total de municípios constituintes ao novo quadro regional brasileiro definido pelo IBGE, em 2017, com novas divisões geográficas, as regiões geográficas intermediárias e imediatas.

Figura 1 - Mapa de regionalização dos municípios do Oeste baiano



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2020.

Diante deste cenário, o agronegócio extrapola os limites da regionalização apresentada

e faz parte da mais recente fronteira agrícola do país, denominada MATOPIBA<sup>5</sup>, com maior destaque para as cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, como as áreas do cerrado baiano que tiveram os resultados mais significativos quanto a expansão agrícola e ao acelerado crescimento urbano nos cerrados do estado da Bahia, nas últimas quatro décadas.

Os cerrados baianos representam, hoje, em termos de Nordeste, uma das principais áreas de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos, com destaque principal para a soja, polarizada pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. As cidades se destacam na Bahia como as áreas de cerrado que tiveram os resultados mais significativos quanto à expansão agrícola e o acelerado crescimento urbano no estado da Bahia. Ambas as cidades se destacam em relação à produção de soja e à extensão de suas zonas produtoras de culturas agrícolas secundárias, com destaque para o milho e o algodão. Os dados históricos da Produção Agrícola Municipal (PAM) permitem identificar a área plantada das principais culturas agrícolas nas últimas quatro décadas (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução histórica da área plantada das principais culturas agrícolas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães

Culturas agrícolas	Barreiras: área plantada em hectares (ha)				Luís Eduardo Magalhães: área plantada em hectares (ha)		
	1990	2001	2010	2018	2001	2010	2018
Soja	79.261	110.243	115.100	187.451	150.000	130.900	179.540
Milho	7.138	26.263	25.945	24.109	33.852	15.405	19.136
Algodão	510	6.680	32.335	22.942	4.124	9.551	12.100
Feijão	3.238	4.026	8.039	9.300	4.900	5.811	7.910
Mandioca	3.168	4.000	2.600	300	520	280	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (BRASIL, 1990; 2001; 2010; 2019).

Nota: Os dados do município de Luís Eduardo Magalhães iniciam a partir do ano de 2001, tendo em vista a sua emancipação ter ocorrido em 30 de março de 2000, anteriormente o município era conhecido como Mimoso do Oeste, sendo parte do município de Barreiras.

Os dados da Tabela 1 revelam os altos índices de área plantada com soja em Barreiras, situando-a entre os maiores produtores de soja do estado da Bahia, com uma área plantada de 187.451 hectares, que interfere diretamente no valor de produção e na participação da renda agrícola, sendo a cultura agrícola com maior contribuição nas receitas do município. Apesar do peso da soja na economia, as culturas de milho e algodão, embora apresentem oscilações, têm se destacado secundariamente na produção de grãos e ocupam parcela importante na produção municipal.

<sup>5</sup> A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A delimitação foi realizada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE) que utilizou como primeiro grande critério as áreas de cerrados existentes nos Estados. Foi baseada em informações numéricas, cartográficas e iconográficas, resultando na caracterização territorial dos quadros natural, agrário, agrícola e socioeconômico.

Luís Eduardo Magalhães, apesar de apresentar números similares, se caracteriza pela rápida expressão da área plantada e alta produtividade de soja, todavia vem obtendo resultados destacados na participação da soja na renda agrícola e como produto principal no percentual de área plantada. Vale destacar, nos dois casos, os diferentes papéis desempenhados pela presença do café e da mandioca. O primeiro representa um grão historicamente cultivado em solos férteis, enquanto o segundo é uma cultura típica da agricultura familiar. Nota-se o crescimento do café como cultura que vem sendo introduzida, enquanto a mandioca perde espaço nesse processo de modernização agrícola.

Para Frederico (2010), a região do Oeste baiano já nasceu competitiva, uma vez que a participação dos fatores capital e tecnologia, na expansão e na consolidação da agricultura moderna, sempre foi relativamente maior que o peso específico do trabalho e da terra, em que a combinação desses fatores de produção elevou a produtividade e reduziu os custos regionais de produção, aumentando a eficiência produtiva e, conseqüentemente, a competitividade dessa região no mercado.

No setor agropecuário na Bahia, há um forte predomínio dos municípios da região Oeste no ranking dos principais produtores agrícolas. Segundo a SEI (2009, p. 6), em uma análise da importância relativa dos valores da produção, em 2007, os principais produtos da agricultura baiana, por ordem de importância, foram a soja, representando 13,6%; o algodão herbáceo, representando 12,3%; e o feijão, com participação de 8,1%. Entre os maiores municípios agropecuários, quatro deles estão situados no Oeste baiano, compreendendo São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto (Tabela 2).

Tabela 2 - PIB dos Municípios com participação agropecuária no Oeste baiano em comparação com o Estado da Bahia, 1999-2007-2015

MUNICÍPIO	PIB agropecuária (em milhões de R\$)			Participação do PIB da agropecuária dos municípios no PIB total da agropecuária do Estado da Bahia (%)		
	1999	2007	2015	1999	2007	2015
<b>São Desidério</b>	105	637	1.772	3,89	7,74	9,93
<b>Barreiras</b>	160	372	736	5,95	4,52	4,13
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	–	215	613	–	2,61	3,43
<b>Formosa do Rio Preto</b>	38	179	1.008	1,41	2,18	5,65
<b>Oeste da Bahia</b>	1.279,23	4.325,03	4.511,68	3,05	3,94	5,80

Fonte: Estatísticas dos municípios baianos. SEI (2009; 2016).  
Elaborado por Elton Andrade, 2020.

Podemos verificar na tabela 2 que houve um crescimento exponencial da importância da agropecuária nos quatro municípios que compõem o Oeste baiano. Embora não apresente

os maiores valores, Barreiras demonstra as transformações que o setor está impondo ao município, tanto no seu espaço rural como urbano. A cidade passou por diversas transformações em seu espaço urbano desde a sua criação, mas as mudanças mais evidentes começaram a partir da década de 1980. Essas mudanças estão relacionadas à exploração agrícola do Cerrado, que transformou a cidade num centro de negócios e atraiu pessoas para a área urbana. O crescimento da área destinada à agricultura moderna no município de Barreiras pode ter favorecido o aumento da mancha urbana na cidade.

Barreiras que já figurava como centro do terciário em âmbito regional, graças ao papel de entreposto de fluxos comerciais advindos pela via fluvial e por caminhos terrestres, passou a ser dimensionado também como um importante polo agroindustrial no estado da Bahia (antes da criação do município de Luís Eduardo Magalhães), tendo se transformado em um espaço luminoso, inserido no circuito econômico mundial, com a instalação de grandes multinacionais cuja produção de soja está voltada para a exportação (DE SOUZA et al, 2015).

A modernização agrícola no Oeste baiano tem proporcionado tanto a exploração do potencial econômico das cidades existentes, quanto o surgimento de novas aglomerações, redefinindo assim a ocupação do espaço e a rede urbana regional, afinal, como afirma Frederico (2010, p.66), “o novo urbano dos fronts agrícolas é composto por cidades funcionais às exigências produtivas do campo moderno”. Além de Barreiras e, posteriormente, Luís Eduardo Magalhães, que se tornaram centros fornecedores de serviços e comércio que atendem às atividades produtivas agrícolas, vemos também a emergência de núcleos urbanos, de menor dimensão, que se formam e se ampliam para dar apoio ao agronegócio, como as cidades de São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina, que vem ganhando importância e participação cada vez mais crescente.

A rede agroindustrial da soja no Oeste baiano é, de fato, bastante complexa, constituída por pontos e áreas localizados em diferentes lugares, agrupando um conjunto de agentes que atua e interage, desenvolvendo atividades específicas. As cidades do agronegócio, associadas à produção agrícola dos Cerrados, promovem novos arranjos territoriais produtivos que fortaleceram a economia urbana de vários municípios polos, gerando mudanças de papéis urbanos e regionais (DOS SANTOS, 2016).

Os agricultores e grupos empresariais que chegaram ao Oeste baiano, a partir de 1980, já tinham níveis superiores de tecnologia. Alguns já eram até mesmo agrônomos e técnicos agrícolas de formação, e os outros, mesmo não sendo formados, eram experientes proprietários de terras. Esses produtores introduziram o cultivo moderno da soja e implantaram perímetros irrigados e projetos agroindustriais na região, baseados

principalmente no aporte técnico e de capital público e privado. A mecanização, a utilização de insumos para correção do solo e as práticas de irrigação, incorporadas pelos agrônomos sulistas, aos poucos foram se tornando comuns no Oeste baiano, e hoje são predominantes (DOS SANTOS, 2010).

A região tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos externos e tem recebido capitais predominantemente não nordestinos. Nela estão instaladas grandes e destacadas empresas de soja (multinacionais como Cargill e Bunge), escritórios das empresas Amaggi & Louis Dreyfus e Multigrain (tradings comercializadoras de grãos) e de uma variedade de empresas de comércio e de serviços que atendem ao “consumo produtivo agrícola” (ELIAS, 2003; 2006).

Além disso, o Oeste baiano se destaca pela maior concentração, no Nordeste, das representações das principais empresas mundiais de comercialização de grãos e das concessionárias das principais indústrias mundiais de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas (Figura 2). Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se sobressaem na região por conter revendedores autorizados das marcas John Deere, Valtra, Agrale, Semeato, Ford, Muller, New Holland, Case IH e Massey Ferguson (ELIAS, 2011; 2012).

Figura 2 - Presença da marca John Deere em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Elton Andrade (2020).

A economia urbana das cidades que fazem parte do Oeste baiano, em muitos aspectos, se associa diretamente à difusão do agronegócio na região. O consumo produtivo agrícola

atua como um fator de integração regional, uma vez que as cidades que se destacam no comércio e prestação de serviços, voltados às demandas do agronegócio, servem de referência à dinâmica econômica regional. A cidade de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, é um importante polo de recepção de fluxos relacionados à venda de ferramentas, insumos, maquinários e serviços especializados para a produção agrícola (ELIAS e PEQUENO, 2015).

A expansão da urbanização e incremento da economia urbana, em áreas de difusão do agronegócio, adquire um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses capitalistas e, portanto, atrativa aos agentes hegemônicos das redes agroindustriais. A lógica dominante agora, portanto, é da “urbanização corporativa” e da “cidade corporativa” (SANTOS, 2005), isto é, empreendidas sob o comando dos interesses das grandes firmas. Esse tipo de urbanização é comum nas áreas de expansão do agronegócio – direcionada por interesses de holdings hegemônicas das redes agroindustriais (ELIAS, 2003).

De acordo com Santos (2005, p. 56), “a cidade torna-se lócus da regulação do que se faz no campo”. Ou seja, é na cidade onde o capital agroindustrial encontrará alicerces para sua plena realização, como a mão de obra especializada, o mercado consumidor, os comerciantes (de produtos e insumos), os agentes governamentais, os centros de ensino e pesquisa e todos os demais produtos e serviços necessários à produção agrícola e agroindustrial.

O Oeste baiano do século XXI encontra-se ainda em constante transformação, contando com a marcante presença do capital comercial e comunidades inteiras que somente participam das etapas excludentes do processo de modernização agrícola dos cerrados. Esse fato, característico do processo que se instalou regionalmente, pode indicar duas compreensões: a primeira, quanto à expansão do modo de produção dominante que ao se instalar, encontra resistências para ser incorporado em sua plenitude; e a segunda, quanto à sua desigualdade, pois a apropriação tanto dos meios de produção quanto das mercadorias e riquezas produzidas pela força de trabalho beneficiam apenas uma minoria composta por elites (ALVES, 2006).

Com a difusão do agronegócio, as velhas relações campo-cidade são reforçadas e surgem outras novas:

Na realidade, com a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, assim como de uma circulação, distribuição e informação corporativas, a demanda cumprida pelas cidades acaba sendo majoritariamente reclamada pelas empresas, ou em todo caso tal demanda é privilegiada no estabelecimento dos planos regionais. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 280).

O desenvolvimento urbano no Oeste baiano envolve a existência de importantes

vínculos entre a produção de soja, realizada pelos produtores agrícolas nas áreas rurais e a presença de comércios e serviços diretamente vinculadas ao atendimento do setor (beneficiamento e processamento dos produtos) nas duas principais cidades da região (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), fortemente vinculadas às suas zonas rurais, evidenciando o estreitamento da relação campo-cidade e a sua polarização.

Torna-se comum encontrar empresários rurais que têm seus negócios expandidos para atividades consideradas tipicamente urbanas, como os transportes (transportadoras), o comércio e os serviços (postos de gasolina, armazenagem, lojas de móveis, corretoras, empreendimentos imobiliários etc.) e a indústria (principalmente aquela ligada ao beneficiamento agrícola). Além disso, muitas empresas agrícolas localizam-se na própria zona rural dos municípios, e grande parte dos empresários e trabalhadores alterna sua permanência entre trabalho no campo e residências na cidade. A dependência de toda a região em relação ao setor primário torna as cidades, dessa fronteira agrícola, vulneráveis às sucessivas crises da agropecuária (DOS SANTOS, 2016).

No Oeste baiano, a economia urbana das cidades envolvidas é direta ou indiretamente atingida pela difusão do consumo produtivo agrícola, a partir do crescimento do número de estabelecimentos vendedores de insumos e prestadores de serviços agrícolas. É um reflexo da própria dinâmica da agricultura capitalista, afinal os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços sediados nas cidades facilitam a gestão do campo como uma empresa, que pode ser comandada da cidade (DOS SANTOS, 2010).

Segundo Elias (2003, 2006, 2011, 2012), o comércio de insumos agrícolas em Luís Eduardo Magalhães chega a impressionar qualquer visitante. Apesar de ser uma cidade menor que Barreiras e apresentar um terciário mais modesto, a difusão do consumo produtivo agrícola parece superar o da cidade mais importante da região. Perfilando-se ao longo da BR-242, comércios que negociam produtos agrícolas modernos existem numa quantidade tão elevada que melhor exemplo não poderia existir para situar Luís Eduardo Magalhães, definitivamente, conforme afirma a autora desde sua pesquisa sobre a região, como uma “cidade do agronegócio”.

São estabelecidas estreitas relações desenvolvidas pelo comércio e a agricultura moderna em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, pois as evidências estão em todas as partes. A produção agroexportadora, que impõe novas marcas ao espaço agrário dessa região, faz o mesmo com os elementos que redefinem o espaço urbano. Não é possível ficar indiferente aos fluxos (caminhões, pessoas, mercadorias), objetos (casas comerciais), comunicações (publicidade), entre outros, voltados para as demandas do campo.

O apelo ao consumo produtivo agrícola é muito grande na região. A presença de comércios apresenta o que há de mais moderno no mercado agrícola em termo de máquinas e insumos. A combinação de diferentes tecnologias vem sendo utilizada como estratégica para ampliar a produtividade nas lavouras mecanizadas e os resultados chegam ao Oeste baiano através da venda de modernos equipamentos.

Devido ao grande potencial agrícola da região, além de máquinas e equipamentos agrícolas, o comércio do Oeste baiano é destaque também no fornecimento de insumos químicos e biológicos. A melhor vitrine da difusão do consumo produtivo agrícola do Oeste baiano tem sido os eventos que promovem o agronegócio da região, sejam feiras agropecuárias, dias de campo, eventos de premiações etc. Em Luís Eduardo Magalhães acontece anualmente a Bahia Farm Show, maior exposição do agronegócio da região Nordeste (LIMA, 2016).

Apesar do processo de expansão da agricultura nos espaços de cerrado no Oeste baiano, as relações básicas não mudaram o perfil da propriedade da terra, visto que as relações econômicas de caráter mercantil permanecem presentes nos espaços que não foram atingidos pela modernização do setor. Santos (2007) afirma que o setor agrícola regional marcou um ponto de inflexão a partir do qual se aceleram as transformações no sentido da predominância das relações capitalistas no conjunto desse setor.

Dessa forma, essa nova dinâmica de ocupação dos cerrados brasileiros e dos cerrados baianos esteve inserida no amplo processo de modernização da agricultura brasileira, o qual foi determinado pelo capital. Neste contexto, a ocupação das áreas de cerrados no território brasileiro tratou-se “(...) antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase de globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional” (HAESBAERT, 1997, p. 113). Assim, esses espaços de cerrados baianos, com marcante modernização em seu processo produtivo, passaram a desempenhar, ao lado das Regiões Sul e Sudeste, papel importante na divisão interregional do trabalho do setor agrícola.

Com a difusão do agronegócio, os lugares incorporados são submetidos às mudanças nas suas formas e conteúdos. Elias (2006) constatou que ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no campo, provenientes da reestruturação produtiva da agropecuária, se processam mudanças também nas cidades próximas, como alterações nos seus padrões demográficos, além de uma reorganização do espaço urbano-regional.

As transformações ocorridas, associadas à difusão do agronegócio, promoveram profundas mudanças na região Oeste, como aumento do êxodo rural, crescimento acelerado da população, expansão da economia urbano-regional, alterações no mercado de trabalho e

formação de novos núcleos urbanos, inclusive o surgimento de uma nova cidade do agronegócio, Luís Eduardo Magalhães, que nasceu da necessidade técnica da agricultura científica e da disputa política entre sulistas (principalmente gaúchos) e nordestinos, que como diria Bernardes (2009, p.31), “o novo urbano da fronteira da agricultura moderna é constituído por cidades funcionais às novas exigências do campo”.

Houve, portanto, “um avanço da fronteira agrícola acompanhado do avanço da fronteira urbana” (FREDERICO, 2010, p. 59). A modernização agrícola nos cerrados da Bahia proporciona tanto o desenvolvimento de cidades tradicionais, quanto o surgimento de novas aglomerações urbanas, redefinindo assim a ocupação do espaço e a rede urbana regional, em consonância com o entendimento de Santos Filho (1989), no qual os núcleos urbanos passaram a desempenhar duplo papel: base de apoio à transformação do campo e constituição de um mercado de trabalho acessível aos capitais que se agrupam em torno da soja.

De fato, a difusão do agronegócio, com transformações no padrão produtivo e nas condições técnicas de produção agrícola regional, se expande e rebate na estrutura da força de trabalho. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2015) relativos aos vínculos ocupacionais analisados, segundo segmentos de atividades, revelam um movimento distinto do padrão brasileiro, pois, verifica-se uma queda proporcional do número de empregos no setor de serviços e um significativo aumento de importância do setor agropecuário em duas décadas, passando de 20,5% para expressivos 40,7% da geração de empregos no âmbito regional (Tabela 3).

Tabela 3 - Participação dos setores de atividades no total de empregos do Oeste baiano. 2000-2018

SETORES DE ATIVIDADES	% VALOR AGREGADO BRUTO (VAB)		
	2000	2010	2018
<b>Indústria</b>	13,5%	11,3%	10,8%
<b>Agropecuária</b>	20,5%	28,3%	40,7%
<b>Serviços</b>	66%	60,4%	48,5%
<b>Total</b>	100%	100%	100%

Fonte: BRASIL (2015). Elaborado pelo autor.

Os dados da tabela 3 mostram que, no período de 2000 a 2010, o setor agropecuário elevou sua participação em 7,8% e no período de 2010 a 2018 houve o ganho de 12,4% quase o dobro se comparada a década anterior. Isso demonstra o potencial econômico do setor se comparado aos demais que foram perdendo reduzindo seu percentual de participação no período analisado.

Além disso, com a pandemia de Covid-19 e as restrições de circulação decorrentes

desse contexto, o agronegócio foi o único setor produtivo que obteve resultados positivos na economia brasileira no primeiro trimestre de 2021, o PIB do país avançou 1,2% puxado pelo bom desempenho do setor, que cresceu 5,7%. Essa trajetória aponta que, a despeito da importância da atividade agrícola, a tendência é o ganho relativo do setor primário na força de trabalho global e a retração do comércio, serviços e indústria (atividades eminentemente urbanas).

Nota-se que o desenvolvimento da atividade agrícola reduz a quantidade necessária de mão de obra, com isso o emprego urbano torna-se importante para absorver o trabalhador que não teve a possibilidade de emprego nas atividades agrícolas, permanecendo na cidade. O cruzamento das informações sobre emprego *versus* setores de atividade evidencia que o agronegócio demanda bens e serviços necessários às atividades de produção. Neste sentido, as cidades se estabelecem como fixos fundamentais na organização do mercado de trabalho, assim como na reprodução da força de trabalho, em que a população busca formas de inserção em outras atividades econômicas que permitam sua sobrevivência e fazem girar o motor da economia.

Destacam-se, nesse âmbito, os segmentos de produtores e comercializadores de insumos (adubos, fertilizantes, defensivos e sementes), processadores de grãos, beneficiadores de algodão e serviços de assessoria agrônômica, contábil e imobiliária. Como resultado, vê-se uma contínua ampliação do setor de serviços no conjunto da estrutura de ocupação, cuja participação evoluiu de 12,8%, em 2005, para 15,3%, em 2010, alcançando 18% em 2015 (BRASIL, 2015).

Ainda com base nos dados da RAIS (BRASIL, 2015), observa-se que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães assumem o papel de polos no que tange à oferta de bens e serviços (indústria, comércio e serviços em geral), concentrando mais de 85% dos vínculos empregatícios. Entretanto, cabe salientar a predominância de Barreiras em praticamente todos os segmentos, à exceção do industrial e agropecuário. No caso de Luís Eduardo Magalhães, chama a atenção o crescimento da indústria e de serviços. De fato, a participação deste município na estrutura ocupacional da indústria regional se elevou de 24% para 43% entre 2005 e 2015, e nos serviços, de 25% para 36%.

Além de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, cabe salientar, sob o ponto de vista agrícola, a importância de Formosa do Rio Preto e São Desidério, que participam, respectivamente, com 31% e 22% da produção de soja na região. Ressalta-se que ambas mantêm a agropecuária como atividade principal na geração de renda, sugerindo uma diferenciação no desenvolvimento de suas atividades urbanas, a despeito da expansão do

agronegócio. Cabe destacar, conforme assinalado anteriormente, a emergência de novas nucleações e o crescimento da população urbana dos citados municípios (Roda Velha/São Desidério e Panambi/Formosa do Rio Preto), apontando para o potencial incremento de atividades ligadas aos setores de comércio e serviços nesses espaços.

O Oeste baiano torna-se um espaço economicamente dinâmico no contexto das economias nacional e estadual, concentrando um dos mais promissores e modernos polos agroindustriais do estado, com crescente relevância na produção de grãos, destacando-se a soja, um dos cultivos de maior importância no agronegócio nacional (RIOS FILHO, 2017). De acordo com dados do IBGE (PAM, 2016), no Oeste baiano está concentrada 92% de toda a produção de grãos do Estado, ressaltando que, alguns estudos estimam que a região tenha um grande potencial para expansão.

Identificamos em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães uma posição de destaque em relação à produção de soja e à extensão de suas zonas produtoras. Os dados da pesquisa Produção Agrícola municipal (IBGE, 2019) nos permitiram identificar a área plantada participação e renda gerada pela produção de soja 2018 nestes municípios (Tabelas 4, 5 e 6).

Tabela 4 - Participação da produção de soja na área plantada dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - 2018

<b>Municípios</b>	<b>Área plantada total (ha)</b>	<b>Área plantada com soja (ha)</b>	<b>Participação da área plantada com soja</b>
Barreiras	249.582	187.451	75,10%
Luís Eduardo Magalhães	235.259	179.540	76,31%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da PAM, 2018 (BRASIL, 2019).

Tabela 5 - Participação da produção de soja no total da produção agrícola dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - 2018

<b>Municípios</b>	<b>Produção total (tonelada)</b>	<b>Produção de soja (tonelada)</b>	<b>Participação da produção de soja</b>
Barreiras	1.123.949	772.788	68,75%
Luís Eduardo Magalhães	1.030.307	746.678	72,47%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da PAM, 2018 (BRASIL, 2019).

Tabela 6 - Participação da soja no total da renda agrícola dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - 2018

<b>Municípios</b>	<b>Valor total da produção (R\$ x 1000)</b>	<b>Valor da Produção de soja (R\$ x 1000)</b>	<b>Participação da soja no total da renda</b>
Barreiras	1.320.766	860.113	65,12%
Luís Eduardo Magalhães	1.160.896	858.680	73,96%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da PAM, 2018 (BRASIL, 2019).

Com base nos dados das Tabelas 4, 5 e 6, notam-se os altos índices de área plantada, produção total e valor da produção de soja em Barreiras, que a situa entre os maiores

produtores de soja do estado, com uma área plantada de 1.123.949 hectares de soja e valor de produção agrícola por volta de R\$ 1.320.766.000,00, tendo, portanto, a soja uma contribuição importante, atingindo 65,12% da renda do município. Luís Eduardo Magalhães, por outro lado, apesar de apresentar números similares, se caracteriza pela alta produtividade de soja, tendo uma área menor de plantio, mas obtendo resultados destacados na participação da soja na renda agrícola do município com 73,96% e como produto principal no percentual de área plantada (76,31%) e na produção de soja do município (72,47%).

Se analisarmos os municípios em relação aos seus PIBs (Tabela 7), podemos perceber que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães estão na contramão da realidade econômica brasileira, pois não param de crescer e são estimulados pelo agronegócio e pelos serviços correlatos ao setor.

Tabela 7 - Valor da agropecuária, PIB e PIB per capita a preços correntes - Bahia, 2013

<b>Municípios do Oeste baiano</b>	<b>PIB</b>	<b>PIB per capita (R\$1,00)</b>	<b>Atividade(s) econômica(s) predominante(s)</b>
Barreiras	2.889	19.143,50	Agropecuária/serviços
Luís Eduardo Magalhães	3.385	46.333,96	Agropecuária/serviços
Total municípios do Oeste	14.373	17.480,09	Serviços
Total municípios da Bahia	204.844	13.616,22	Serviços

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (BRASIL, 2016).

Com a leitura das informações colhidas foi possível identificar as principais transformações urbanas ocorridas nessa região a partir do desenvolvimento do agronegócio, compreendendo a dinâmica produtiva e social em que se inserem tanto Luís Eduardo quanto Barreiras. Hoje, a região Oeste é a principal área agrícola da Bahia, com o maior PIB agrícola do Estado. Com base nos dados disponíveis pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a região ocupa uma área de 28,5% do território baiano e é a maior fronteira agrícola da Bahia, com uma área cultivada de 1,5 milhões de hectares e uma capacidade de expansão de mais de três milhões de hectares, sendo a maior produtora de grãos da Bahia e uma das maiores do Brasil (BAHIA, 2017).

As consequências deste processo foram à expansão da urbanização com a criação de novos espaços urbanos, seja pelo surgimento de novas aglomerações ou pela reestruturação de antigos e pequenos centros urbanos para atender a nova demanda pela agricultura moderna.

As transformações do setor agropecuário têm não somente promovido mudanças nas bases técnicas, mas também transformado as relações sociais de produção no campo. Foram gerados impactos sobre diversos espaços agrícolas e urbanos, os quais são reorganizados para que se tornem funcionais à realização do agronegócio no interior, em especial nas áreas de

cerrado.

Segundo Elias (2012), tal reorganização espacial traz como consequência um fortalecimento da urbanização e cria processos de reestruturação urbana e regional, resultando na formação ou consolidação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPA), as quais correspondem a vastos territórios produtivos do agronegócio globalizado, composto por espaços agrícolas e urbanos. Nessas regiões encontram-se os focos dinâmicos da economia agrária moderna e são difundidos diversos ramos do agronegócio mundial.

Em consequência do grande desempenho agrícola, atraiu para região grandes empresas multinacionais e nacionais. Mendonça (2002) associa a aceleração do processo de urbanização e modernização da agricultura nos países periféricos (impulsionada pela Revolução Verde), com destaque para o Brasil, precisamente nas áreas de cerrado. A conjuntura internacional favorável à produção de *commodities*, principalmente a soja, assumiu proporções significativas mediante o aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado, além da infraestrutura necessária ao processo de ampliação e reprodução do capital em suas diversas expressões.

Apesar dos resultados favoráveis do ponto de vista econômico, essa “modernização” produziu impactos socioespaciais e transformações desiguais. Nota-se que os espaços urbanos das cidades em estudo têm passado por importantes dinâmicas nas últimas duas décadas, envolvendo a agregação de novos papéis urbanos, que decorrem da instalação de grandes empresas ligadas ao agronegócio e a expansão de serviços especializados no setor da saúde e educação (criação de hospitais, clínicas, universidades públicas e particulares); espraiamento de seus tecidos urbanos sem o devido acompanhamento das infraestruturas urbanas necessárias para o atendimento adequado das demandas das populações periféricas; além do surgimento de novas centralidades associadas à coesão espacial dos estabelecimentos de equipamentos agrícolas e a formação de condomínios privados.

As formas e os processos espaciais se refletem na segregação socioespacial, contrapondo os condomínios de classe média com os bairros periféricos no zoneamento das cidades. A própria formação dos condomínios residenciais privados de alto padrão decorre da dinâmica econômica do agronegócio que estrutura uma classe capaz de adquirir e sustentar o mercado imobiliário.

Os resultados são a expressão espacial das desigualdades sociais que, apesar das melhorias dos indicadores econômicos, ainda assolam de modo mais marcante as grandes cidades brasileiras, mas que se repetem nas cidades do agronegócio no Oeste baiano, revelando o caráter socialmente excludente e desigual do avanço da chamada “agricultura

moderna” nos Cerrados.

Segundo Brandão (2010), a transformação na dinâmica territorial do Oeste da Bahia teve caráter demográfico,

em decorrência, num primeiro momento, (a) da introdução de meios de transportes mais modernos, (b) da ampliação das relações capitalistas, (c) da maior presença do Estado e, em momentos mais recentes, (d) do avanço paulatino da agricultura de alto rendimento em direção à fronteira oeste da Bahia e (e) da crescente especialização do território, com consequência direta na urbanização da sociedade, o aparecimento de objetos técnicos se tornou cada vez mais comum no antigo Além São Francisco, subvertendo o tempo da natureza e implantando outro, caracterizado pela racionalidade plena que torna possível todo e qualquer interesse das forças hegemônicas da economia (BRANDÃO, 2010, p. 47-48).

Nas cidades mais influenciadas pela dinâmica da “agricultura moderna”, observa-se a coexistência de conteúdos urbanos e rurais na conformação das cidades, componente fundamental para compreender os processos socioespaciais e entender como se estruturam e se organizam um comércio voltado para as demandas do agronegócio. Trata-se de atividades comerciais, logo, urbanas, mas completamente implicadas com o desenvolvimento da agricultura moderna nos Cerrados. De acordo com o Brandão (2010), esses processos foram fundamentais na dinamização da vida urbana, muito por conta da influência dos migrantes advindos do centro-sul do país, com o surgimento de núcleos urbanos e a ascensão de antigos arraiais à condição de vilas e cidades, repercutindo, na consolidação de uma rede urbana-regional.

De acordo com Vieira (2007, p. 57), a maioria dos sulistas que atualmente compõe a população do município, “chegaram a este espaço nos anos de 1980, época de maior expansão da produtividade, e hoje possuem importantes funções na política, na economia”. Foi assim que muitos migrantes deixaram de ser agricultores para se tornarem empresários agrícolas no Cerrado baiano. Como considera Elias (2006), estes são signos da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola de produção, predominantemente em cidades que foram chamadas de cidades do agronegócio.

No entanto, a difusão do agronegócio tem-se traduzido não apenas na reestruturação produtiva da agropecuária, mas no reforço de históricos problemas regionais, como a concentração fundiária e de renda, a desarticulação dos pequenos produtores e a expansão da monocultura, bem como a criação de novos problemas, a exemplo da privatização da água, da degradação ambiental, da exploração da mão de obra do campo e da intensa urbanização (OLIVEIRA, 2015).

O uso corporativo do território propiciou eficiência produtiva e competitividade do

setor agropecuário em escala geográfica local, regional e global. As novas organizações espaciais resultam da relação de interdependência entre agricultura, indústria, população, urbanização e política. Esta interação promove o funcionamento, a estruturação e a dinâmica econômica da organização espacial do Extremo Oeste da Bahia (GÓES, 2011).

Nesse sentido, muitas empresas ligadas ao agronegócio globalizado oriundas do Centro-Sul se instalaram nas cidades do Oeste baiano. As grandes empresas, via de regra, oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocaram para a região Oeste baiana dispondo de instrumentos técnicos e tecnológicos que aumentaram o seu poder, mobilizando importantes recursos de capital para esse espaço, sejam em termos de instalações, maquinários e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infraestrutura e, conseqüentemente, gerando atração de mão de obra para essas atividades.

A despeito dos processos de crescimento de algumas cidades, verifica-se que o Oeste baiano se constitui em um espaço de baixa densidade de centros urbanos, exigindo grandes deslocamentos para a obtenção de serviços e infraestrutura. A expansão do comércio e dos serviços, estimuladas pelo agronegócio da soja, pode promover o desenvolvimento de algumas cidades e o surgimento de novas aglomerações urbanas no Oeste, de modo a resultar em uma redefinição do próprio espaço urbano regional (RIOS FILHO, 2012), mas não tendo ainda repercutido na criação de uma densa e articulada rede de cidades.

A incorporação dos cerrados baianos num contexto de modernização agrícola revela tendências de transformação socioespacial de recursos e investimentos que priorizaram uma parcela da população, composta por migrantes vindos de todas as partes do país (especialmente do sul e sudeste), mas que encontraram neste recorte as condições favoráveis para reprodução do capital. Esta parcela favorecida da população expandiu um modelo econômico em diferentes cidades, o que ratifica a questão de novos interesses de ocupação do território, produzindo cidades do agronegócio, que passam a desempenhar novas funções, transformando-se em lugares com as mais variadas formas impulsionadas pela globalização do setor.

A reestruturação produtiva e a incorporação dos cerrados baianos ao modelo de produção agrícola “moderna” impulsionaram um fenômeno expressivo nestas áreas de fronteira agrícola: o expressivo processo migratório, que vem acompanhado de repercussões socioespaciais importantes no processo de ocupação dos cerrados baianos, sendo verificado um intenso processo de urbanização, com o surgimento de novas cidades e o crescimento acelerado de cidades preexistentes. Fenômeno que focalizaremos no próximo capítulo.

### 3 OS EFEITOS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NOS CERRADOS BAIANOS

As migrações se constituem em um campo de estudo amplamente explorado, especialmente na Geografia, onde o tema foi trabalhado em grande parte pelos conceitos correntes na área e se observa o desenvolvimento de metodologias para a quantificação e qualificação do fenômeno. As migrações têm se destacado na realidade brasileira e são elementos fundamentais para a compreensão do processo de urbanização, assim como dos desdobramentos provocados na sociedade.

No contexto dos estudos populacionais, as migrações convivem com a confluência de abordagens que, cada qual com suas preocupações e objetos, compõem um grande quadro sobre os migrantes e seus movimentos, sobre os processos materiais, as consequências e implicações em diferentes escalas, sobre os simbolismos e as transformações culturais (MARANDOLA JR, DAL GALLO, 2010).

Os desafios encontrados pelos estudiosos na definição do conceito, mas também dos processos que as questões migratórias envolvem, têm gerado alguns questionamentos quanto as formulações teóricas das migrações (FERREIRA, 1986). Ao se analisar os conceitos e as abordagens sobre migração, podemos perceber que eles estão inseridos numa vasta e complexa literatura, que não devem ser pensadas no sentido de redimensioná-las apenas conceitualmente, mas também no sentido de compreender quais são os meios mais adequados para o deslocamento espacial das pessoas, incluindo a posição e motivação dos sujeitos para tal deslocamento.

Max Sorre (1984, p. 127) afirma que a Geografia traz reflexões a respeito das migrações ao analisar questões como a circulação, a distribuição e a formação dos territórios. O autor desenvolve uma teoria naturalista tendo como base o movimento no território, aproximando sociedade e natureza, tendendo “o estudo dos vínculos entre homem-meio e promove um estudo sobre a migração com base na ideia de que esses movimentos (de caráter temporário, diário ou definitivo) são reflexos de um desequilíbrio no *habitat*”.

No Brasil, segundo Baeninger (2011, p. 71), as migrações dos últimos 60 anos “estão fortemente relacionadas aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcadas pela intensa mobilidade populacional, e inseridas nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período”.

Para entender o modo como se estabelecem os movimentos migratórios, assim como os diferentes estilos de encarar o processo de inserção dos migrantes nos locais de destino e a manutenção de vínculos com a localidade de origem, é importante apresentar o conjunto das

principais teorias que conduzem os estudos das migrações.

Considerando os estudos sobre as migrações e os propósitos de analisar o fenômeno migratório para os cerrados baianos, este capítulo está estruturado em três seções. A princípio buscou-se sistematizar as abordagens e organizar o debate teórico sobre o fenômeno migratório, destacando alguns postulados, motivações e especificidades. Na seção seguinte será apresentado um quadro sumário dos processos migratórios no Brasil, apontando alguns casos que nos ajudam compreender a migração para os cerrados. Por fim, na terceira seção, será traçado o perfil e as motivações dos migrantes que residem nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

### **3.1 Migrações: aproximações conceituais**

A migração é um processo sócio-histórico complexo que subjaz inúmeras transformações e que possui múltiplos condicionantes como fatores históricos, políticos, econômicos, ambientais e culturais. Impactam nos processos migratórios a globalização, o desenvolvimento tecnológico e a inclusão de categorias como distância, tempo e local são fundamentais para entender o fenômeno (SINGER, 1980; SALIM, 1992).

O Dicionário Aurélio (2009) define “migrar” como mudar periodicamente, ou passar de uma região para outra, de um país para outro. Segundo Gregory (2009, p. 462, tradução nossa), a migração implica na “relocação residencial de um indivíduo, família ou grupo de um lugar para outro. É diferente do turismo ou de outras visitas de curta duração que não envolvem mudança de residência”. De acordo com autor, os geógrafos têm se interessado pelo estudo das migrações, “[...] uma vez que está claramente relacionada ao desenvolvimento de lugares e às relações entre eles”.

Segundo Vianna (1998), o migrante é definido como aquele que está mudando de lugar, dando a ideia de movimento. A autora reitera que o migrante é aquele que ao migrar muda também a si mesmo e provoca mudanças, sendo sujeito de história e de transformações sociais que se sucedem com seu deslocamento.

Migração é um fenômeno que costuma ser analisado por dois enfoques diferentes: a migração entre países e a migração interna, isto é, dentro do país. A migração internacional costuma, tradicionalmente, ser motivada pela busca por melhorias na qualidade de vida e renda, além de atrair aqueles que fogem de países em conflito, guerra ou miséria, enquanto a migração interna, trata das diversas questões que envolvem a mobilidade das pessoas dentro do mesmo país, em busca de melhores condições de vida, geralmente motivadas pela busca de

emprego.

A definição para as migrações internas, elaborada por Santos (1989, p.10) reforça que "são movimentos de população que se fazem não somente num quadro nacional como regional". O estereotipado migrante nordestino, personagem de tantas obras literárias e fonte inesgotável de vivências e experiências é quase sempre retratado como exemplo de "migrante interno", o indivíduo entre milhares de indivíduos, cuja experiência de vida é marcada por um processo de adaptação a um novo mundo, fruto do seu deslocamento impulsionado por causas econômicas, psicológicas ou sociológicas, que afetam e influenciam suas vidas.

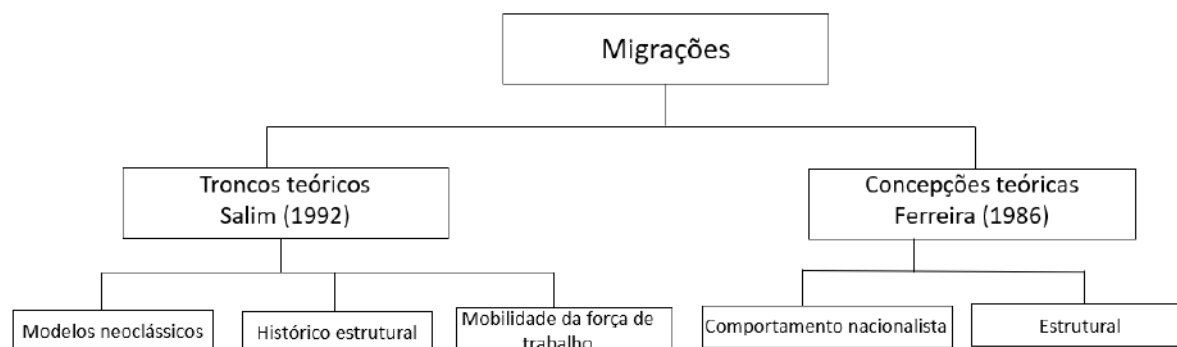
A busca por uma maior compreensão da migração deve privilegiar os papéis desempenhados pelos migrantes em seus contextos, ampliada e condicionada à outras variáveis da vida em sociedade, como crenças, valores, cultura, relacionamentos e representações (BRUMES e DA SILVA, 2011).

Ainda assim, ao analisar as migrações e suas consequências é importante compreender a capacidade que os fluxos de pessoas têm de trazer consigo elementos capazes de transformar a realidade dos locais de destino, através do saber, da força de trabalho, do conhecimento, do capital, do consumo etc. (MATOS e BRAGA, 2002).

Os enfoques teóricos e metodológicos que levam em conta microanálises (história de família, estudos de ciclo vital etc.) ganham força na tentativa de explicar a existência de continuidades nos fluxos migratórios. Massey et al (1999) afirmam que por meio da análise da migração e das relações dos sujeitos, podem ser observadas relações que vão além das estabelecidas pelo capital, como, por exemplo, as dinâmicas socioespaciais da mediação e do convívio. Seria a busca de uma análise sobre migração que relacione fatores econômicos integrados a fatores sociais.

As diferentes abordagens estão presentes nas análises atuais, mas elas possuem limitações que devem ser levadas em consideração no momento da escolha para abordar uma dada realidade. Autores como Ferreira (1986) e Salim (1992), realizam um esforço de sistematizar os principais troncos teóricos que organizam os estudos sobre os fenômenos migratórios (Figura 3).

Figura 3 - Organograma com as linhas explicativas do fenômeno migratório



Fonte: Organizado pelo autor, com base em Brumes, 2013.

Segundo Rocha-Trindade (1995), verifica-se que até finais do século XIX, era predominante a análise econômica no estudo da mobilidade populacional, posteriormente, as grandes teorias do campo social se estabeleceram e passou-se a estudar os aspectos estruturais associados ao deslocamento. De acordo com a autora, o crescente desenvolvimento científico proporcionou a multiplicação de quadros conceituais relacionados ao processo migratório, desenvolvendo estudos interdisciplinares que consideram os inúmeros aspectos envolvidos nos fenômenos atuais a partir da construção de novos modelos analíticos.

Os movimentos migratórios são movimentos coletivos, cujo impacto afeta o desenvolvimento das populações e não podem ser separados dos factos sociais e culturais que, em larga medida, os determinam. São fenômenos histórica e culturalmente determinados, irreduzíveis a comportamentos objetivos e racionais, quer individuais quer em grupos e obrigam a considerar o estabelecimento de redes de inter-relações entre indivíduos, grupos e sociedades, em contextos com graus de desenvolvimento diversificados, complexo e interdependentes (ROCHA-TRINDADE, p. 61, 1995).

Neste contexto teórico as análises sobre migrações implicam em abordagens que estudam apenas as relações dos migrantes no lugar e de forma isolada. Com a diferenciação crescente dos lugares é preciso que as abordagens geográficas dos espaços migratórios sejam capazes de captar os fluxos socioespaciais de forma mais abrangente e detalhada (BRUMES, 2013).

Em termos de esforço de síntese, os mais variados autores que se debruçam sobre os processos migratórios, podem ser agrupados em três diferentes perspectivas teóricas, conforme sistematização de Salim (1992) expressa na Figura 3: a neoclássica, a histórico-estrutural (neomarxista) e a mobilidade da força de trabalho.

A primeira perspectiva, reconhecida como abordagem neoclássica, também chamado por Ferreira (1986) de comportamental racionalista, se preocupa com a economia do espaço e

a gestão capitalista da mão de obra. Para esta corrente, as migrações decorrem dos “desequilíbrios espaciais dos fatores de produção: terra, capital e recursos naturais”, exercendo assim um papel fundamental na “[...] eliminação dessas mesmas diferenças (regionais, nacionais), atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço” (SALIM, 1992, p. 122-123).

De acordo com Raczynski (1983), essa perspectiva envolve alguns pressupostos básicos: as diferenças de emprego e salário em diferentes áreas, o cálculo de custos e utilidades, a permanência e mudança de local e o somatório das migrações fruto das decisões individuais. As teorias neoclássicas admitem as relações entre mercado e trabalho e bens e salários como fatores de deslocamentos migratórios, em função da busca de emprego e renda.

Um dos primeiros estudos sobre as migrações foi feito por Ernest Ravenstein (1980), investigando as estatísticas oficiais sobre os movimentos internos da população da Inglaterra, culminando na formulação de uma série de leis a respeito do fenômeno. Segundo o estudioso, havia fatores repulsivos e fatores atrativos que atuavam sobre as migrações, sendo que os fatores repulsivos estavam ligados à estrutura e à propriedade da terra, ao sistema de comercialização dos produtos agrícolas e à dispersão de renda.

Ravenstein (1980) observou um conjunto de regularidades empíricas, explicitando uma diversidade de tipos ou modalidades de fluxos migratórios, como por exemplo: curta e longa distância, rural-urbano, urbano-urbano, migrações seletivas e por etapas. Todas estas modalidades de deslocamento populacional foram associadas por ele ao desenvolvimento do capitalismo.

As leis das migrações enunciadas por Ravenstein podem ser aplicadas hoje em muitos casos e podem ser resumidas conforme segue: (1) os deslocamentos dão-se em direção aos centros manufatureiros e comerciais; (2) a maior parte dos migrantes procede de áreas próximas; (3) os naturais de cidades (ou vilas) emigram relativamente menos do que os naturais das áreas rurais; (4) a melhoria dos meios de transporte e de locomoção induz o aumento das migrações; (5) a cada corrente migratória, opõe-se uma contracorrente; (6) observa-se predominância de fatores econômicos entre as causas migratórias; e (7) há predominância de mulheres nas correntes de pequeno percurso. (KLEIN, MASSUQUETTI & SPRICIGO, 2012)

O autor defende a ideia de que o deslocamento populacional ocorre principalmente a curtas distâncias e para grandes centros comerciais e industriais, sendo importante verificar, quando se desenvolver estudos sobre migração, os quantitativos de migrantes nos locais de expulsão e nos locais de absorção. (RAVENSTEIN, 1980).

Everett Lee (1980) retoma as discussões sobre a mobilidade populacional, dedicando-se principalmente a compreensão dos fatores que produzem a migração, tendo em vista os aspectos presentes no local de origem e no local de destino (“modelo *push-pull*”). Lee aprofunda suas reflexões dando ênfase à questão da seletividade migratória, chegando a afirmar que, dado que os migrantes não constituem uma amostra aleatória da população, mas, sim, indivíduos com características pessoais específicas que respondem de maneira diferente a estímulos e obstáculos,

As migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e de destino, terem capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e diferenciam-se entre si em termos dos fatores pessoais. (LEE, 1980, p. 111).

O autor destaca uma generalização pretendida em todas as sociedades urbano-industriais, em que a decisão de migrar estava sempre vinculada a uma escolha racional entre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e nas áreas de destino dos fluxos migratórios, mediatizados pela maior ou menor força dos chamados fatores intervenientes entre essas duas áreas (LEE, 1980).

Ao invés da visão da migração como um ato de decisão pessoal, o economista Michael Todaro (1969) elaborou um modelo econômico baseado nas migrações rural-urbanas, considerando os diferenciais previstos de renda na origem e no destino, assim, a escolha ficaria na mão do indivíduo que seria o responsável para avaliar o melhor resultado. Como consequência desse fato, haveria um deslocamento de mão de obra do setor rural em direção ao setor urbano, gerando maior concentração da população no setor urbano e aumento do desemprego, visto não ter havido uma política de incentivo para o setor rural.

A teoria neoclássica abrange a migração como uma forma de alocação do trabalhador de áreas rurais e agrícolas para setores urbanos e industriais, considerado imprescindível para o crescimento econômico e um componente constituinte do processo de desenvolvimento (DE HAAS, 2010). O viés neoclássico lida com a questão do equilíbrio econômico e da função do trabalho nesse equilíbrio privilegiando a livre decisão do indivíduo.

Até a década de 1970, as ideias do pensamento neoclássico predominavam nos estudos sobre as migrações consideravam a mobilidade uma decisão individual. Os movimentos migratórios eram estudados de maneira descritiva e dualista pela mensuração dos fluxos demográficos, recebendo críticas de outros estudiosos por ignorar os aspectos sociais, políticos e econômicos que deveriam ser ponderados nas análises (BECKER, 1997).

A interferência da crise econômica dos anos de 1980, alterou o quadro de mudanças

demográficas e parecem ter conduzido à desconcentração populacional e à redução dos fluxos migratórios para as grandes metrópoles. Contudo, como qualquer outro fenômeno social de grande impacto na vida das pessoas, as migrações, ao serem historicamente condicionadas, são resultado de processos econômico-materiais de mudança. Assim, atentar-se aos limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo (BRUMES e DA SILVA, 2011).

Em contraposição ao modelo anterior, foi forjada a perspectiva histórico-estrutural, que trata a migração como um fenômeno social, tendo como elemento importante a concentração espacial e seu caráter histórico. O foco da análise foi direcionado para as relações sociais na perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas e para os mecanismos de dominação gerados por essas forças (WOOD, 1982). Segundo Marandola Jr (2011, p. 102-103), “a perspectiva neomarxista concebe à migração como mobilidade forçada, diretamente relacionada à formação de exército trabalhador de reserva, numa perspectiva histórico-estrutural”.

O paradigma histórico-estruturalista vê a migração como um agravante para os problemas do subdesenvolvimento, caracterizado por um ciclo de pobreza na periferia e de crescimento acelerado nas regiões polos (WOOD, 1982). Myrdal (1957) acrescenta que sem uma política de Estado forte o sistema capitalista fomenta crescentes desigualdades espaciais.

Segundo Paul Singer (1980, p. 212), a migração vai além da motivação puramente econômica e introduz os laços sociais, através de redes de familiares, amigos e conhecidos que são migrantes mais antigos, pois como um importante fator de atração “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Para o autor a natureza do processo que determinam o fluxo migratório são caracterizadas como rural-urbanas, em razão do processo de desenvolvimento do país.

A industrialização envolve um deslocamento significativo de atividades e de população do campo para as cidades, assim como das pequenas cidades para as grandes (migração urbana-urbana), sendo este um movimento que não ocorre de forma equilibrada, provocando desigualdades regionais, de tal modo que algumas áreas ficam esvaziadas e outras extremamente adensadas. As disparidades regionais são elementos-chave no processo migratório que caracterizam a industrialização capitalista. As populações das regiões empobrecidas, que não oferecem oportunidades econômicas, vivenciam um quadro de rebaixamento do nível de vida, surgindo uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos (SINGER, 1980).

Com base nas ideias de Singer, os fluxos migratórios ocorrem em virtude dos fatores de atração e expulsão, além da interação de ambos os fatores. Em consequência do aumento dos serviços e da atividade industrial nas grandes cidades, ampliou-se a necessidade por força de trabalho, promovendo também a atração dos migrantes, causada pela oferta de empregos, salários e pelas perspectivas de melhores oportunidades não disponíveis em seu local de origem. Os fatores de expulsão foram subdivididos em dois: (1) fatores de mudança, decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo tendo como principal característica a mecanização da agricultura, que resultou no aumento da produção, mas diminuiu a oferta de trabalho em áreas rurais; e (2) fatores de estagnação, cujos principais motivos seriam as dificuldades em se manter no campo e as limitações na disponibilidade de terra, pelo crescimento das áreas cultiváveis para a agricultura, aliadas às pressões por grandes proprietários relacionadas aos costumes tradicionais, dificultando o crescimento da produtividade.

Rocha-Trindade (1995) relata que o enfoque histórico-estrutural tem como principal categoria de análise as correntes migratórias e está inserido em inúmeros modelos tais como a teoria do centro-periferia que dá destaque as teorias da nova divisão do trabalho. A autora destaca como principais categorias de estudo a segmentação do mercado de trabalho, a composição e destino dos movimentos migratórios, os enclaves econômicos, além do estudo das redes sociais.

Apesar de ambas as perspectivas anteriores contribuírem para concepção e avançarem na discussão das migrações, elas foram objeto de críticas. Segundo Becker (1997), enquanto a abordagem neoclássica centra a compreensão no nível do indivíduo, a perspectiva histórico-estrutural apresenta dificuldade em atuar em diferentes escalas da mesma realidade, limitando-se a padrões e determinações de uma formação social.

A mobilidade da força de trabalho, outra perspectiva de análise sobre migrações, fundamenta-se especialmente na teoria marxista do trabalho, que leva em consideração a relação capital/trabalho e a produção e reprodução ampliada dessa relação. Marx (1983), em sua análise sobre o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, demonstra que a condição estrutural da qual emerge a mobilidade populacional teria a força de trabalho e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas.

Diferentemente das duas perspectivas anteriores, a mobilidade da força de trabalho, como terceira perspectiva, centra-se na análise da relação capital e trabalho, que se torna o

agente de transformação espacial. Sob a ótica de Gaudemar (1976, p. 179), “seria uma forma de justificar todas as políticas de mobilidade forçada, ou seja, a liberdade individual nada mais seria do que mais uma vontade imperante do mercado”. O autor destaca que a mobilidade da força de trabalho é compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo de explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico, assim estaria ligada ao capital e à produtividade do desenvolvimento das forças produtivas.

Entende-se este fenômeno dentro de um contexto político, econômico e social que propicia e estimula a mobilidade espacial de indivíduos, como o conceito discutido por Vainer (1996), a respeito da mobilidade e da imobilidade forçada da força de trabalho, enquanto forma de garantir a maximização da (re)produção do capital, evidenciando que os deslocamentos populacionais não ocorrem por meio de iniciativas individuais, mas sempre, por um conjunto de fatores que representam a necessidade da reprodução capitalista.

De acordo com Salim (1992), a mobilidade da força de trabalho conduz ao processo de produção e circulação entre as diferentes esferas de produção. Por conseguinte, enquanto o enfoque neoclássico analisa os reflexos das correntes migratórias tendo na migração um agente de transformação, na mobilidade da força de trabalho a análise recai sobre as formas concretas de sua mobilidade. Na visão neoclássica, portanto, os problemas estruturais são os possíveis causadores dos deslocamentos e na mobilidade da força de trabalho os enfoques recaem no processo de acumulação capitalista.

Segundo Peliano (1990), a atenção às migrações conduz necessariamente às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho em um determinado espaço. A condição estrutural da qual emerge a mobilidade seria a acumulação de capital como relação social, que vai se desenvolver tanto quantitativa como qualitativamente.

As teorias neoclássicas e da mobilidade da força de trabalho não permitem que muitas particularidades sejam apreendidas nos contextos migratórios, pois, não adentram além elementos que não derivam dos contextos das dinâmicas do capital. Um ponto limitante dessas análises está no fato das mesmas colocarem a migração como fator impulsionador da diminuição de desigualdades regionais (MENEZES, 2001; SALIM, 1992).

A intensificação do processo de migrações reproduziu novas formas de estruturação do espaço urbano e de produção. A reestruturação do capital (HARVEY, 1992) engendrou uma nova forma social e espacial de organização do sistema produtivo no âmbito mundial, produzindo repercussões diretas e indiretas nos modos de vida e nas possibilidades de escolha das pessoas. As transformações que vieram nos anos 1990, em termos de comunicação e

transporte, aumentaram a complexidade e as formas de interações espaciais.

Sayad (1998) é um autor fundamental que desenvolveu a caracterização da migração como um fato social, possibilitando uma ampla visão que dialoga com manifestações do fenômeno. O migrante acaba sendo visto pela sociedade como um sujeito transitório, unicamente na condição de trabalhador, sendo comuns a discriminação e o preconceito aos olhos dos residentes locais e por conta da sua condição vista como provisória dentro da cidade, não se deveria criar condições para sua permanência e nem sequer desenvolver políticas públicas para sua atração.

Nessa lógica os migrantes acabam sofrendo com a competição mercadológica, pois apesar que não queiram aceitar funções abaixo do seu nível de qualificação, acabam sendo pressionados a aceitar, pois são considerados pelo mercado como uma força de trabalho disponível, barata e provisória, que pode ser dispensada ou substituída a qualquer momento. Sendo assim, mesmo que a situação desses migrantes seja de vulnerabilidade e desconhecimento das leis trabalhistas, facilita ao empresariado violar e explorar os direitos desses sujeitos (LEVEL; SILVA; MAGALHÃES, 2020).

Nesse sentido, Sayad (1998) é fundamental para a compreensão do papel como trabalhador que caracteriza a dinâmica de inserção social do migrante, que busca melhores condições de vida em um lugar cultural e socialmente distinto e com o qual não possui nenhuma familiaridade, a situação de vulnerabilidade em relação à busca por um trabalho parece se intensificar.

No século XXI, nota-se as mudanças experimentadas pela sociedade brasileira. Alguns estudos mais recentes estão apontando a presença de mudanças nas características, na direção e no conteúdo dos fluxos migratórios no Brasil. Constata-se o predomínio dos fluxos de sentido urbano-urbano e uma redução do êxodo rural, com uma perspectiva de crescimento das cidades de porte médio. O crescimento da agroindústria, a urbanização das novas fronteiras, os grandes projetos voltados para os recursos naturais criaram novas alternativas frente à saturação das grandes metrópoles. O melhor desempenho da agricultura também contribuiu para um maior poder de atração para pequenos e médios núcleos urbanos do interior (MARTINE e CARVALHO, 1989).

Segundo afirma Brito (2006), diferentes classificações ou tipologias são encontradas na literatura sobre as migrações. A classificação dos diferentes tipos de fluxos, até mesmo para tornar mais preciso e operacional o conceito de migração, dentro da sua extensa gama de significados, leva à construção de tipologias combinando tipos de fluxos com os diferentes contextos históricos nos quais eles são predominantes.

Os estudos costumam trabalhar com o conceito de movimentos, mobilidade espacial ou fluxos migratórios, enquanto correntes populacionais que se deslocam de uma área considerada como de expulsão, aquelas com fraco crescimento demográfico (anecúmenas), para uma área de atração, que apresentam altas taxas de incremento populacional (ecúmenas).

Como correspondentes dos conceitos de atração e expulsão aparecem os de origem e destino dos fluxos, ou seja, locais caracterizados como de alta frequência enquanto pontos de chegada e de saída de migrantes, estando referidos, em geral, aos municípios, estados ou regiões de um país. Em função das evidências empíricas, que demonstram a existência de um percurso complexo entre a origem e o destino das correntes migratórias, os pesquisadores introduzem a ideia de etapas ou caminhos migratórios, que, embora de difícil reconstituição através das informações censitárias, é sempre ressaltada pela sua importância na compreensão das migrações. Outro aspecto destacado é a seletividade presente no processo migratório, questão que remete à existência de alguns atributos definidores de quem migra, considerando um determinado grupo social. Esses atributos têm referência em um quadro de variáveis demográficas (sexo, a idade e o nível de instrução) (BARCELLOS, 2008).

A maior diversidade de configurações do fenômeno das migrações, destaca-se a realização de movimentos sazonais e novas modalidades migratórias, como os movimentos pendulares e a migração de retomo, confirmando o aumento das migrações de curta distância.

Em relação aos grupos envolvidos nos deslocamentos, observa-se a presença de fluxos envolvendo setores das classes médias e os trabalhadores qualificados, atraídos por oportunidades de emprego em setores dinâmicos, ligados a produção agrícola e industrial fora do eixo metropolitano. Porém, não significa dizer que os deslocamentos de setores mais vulneráveis não permaneçam, essas populações continuam se movimentando, muitas vezes originados nas áreas agrícolas, passando a se orientar para outras regiões industriais mais atrativas e em busca de novas oportunidades. A crise das grandes cidades, que apresentam reduzidas oportunidades de emprego e oferta de serviços públicos, assim como as novas tendências quanto ao aumento da informalidade, cujas exigências implicam uma exclusão crescente dos segmentos sociais menos capacitados, produzindo deslocamentos das grandes metrópoles, invertendo a lógica de atração dos fluxos migratórios. A migração de retomo pode estar refletindo também a crise das políticas de colonização, problemáticas enquanto tentativas de implantação de um modelo fechado de desenvolvimento agrícola (SANTOS, 1986).

As transformações nos fluxos migratórios estão relacionadas a capacidade de retenção dessa população no interior e está intimamente ligada a dois fatores: (1) o processo de

reestruturação das bases da produção industrial, implicando na desconcentração industrial e a criação de novos polos de desenvolvimento no interior (MARTINE, CARVALHO, 1989); (2) as articulações econômicas relacionadas com o desenvolvimento do capital industrial e do agroindustrial, através das quais novas relações são estabelecidas entre o campo e a cidade.

A urbanização é ampliada para o campo e as formas de consumo crescem, através da incorporação de ciência e informação às áreas rurais, transformando a estrutura social e as relações sociais (SANTOS, 2005). A agricultura moderna passa a utilizar o trabalho de moradores das áreas urbanas, a indústria fora das grandes metrópoles desenvolve formas de produção que envolvem a utilização do trabalhador que vive nas áreas rurais.

Portanto, a migração é um fenômeno social e como tal está condicionada predominantemente aos processos sociais e não a vontade individual de cada um. Conforme Dias (2007), as dinâmicas sociais incidem sobre os grupos sociais estimulando-os ou desacelerando-os frente às oportunidades de movimentação entre um local e outro. Embora o que realmente se apresenta como os motivos do movimento seja a busca por melhores condições de vida, essas condições podem variar conforme a cultura, a posição na estrutura socioeconômica, a inserção no mercado de trabalho, o contexto ideológico, político e espacial.

Essas reflexões cumpriram o papel de sistematizar as abordagens e organizar o debate teórico sobre o fenômeno migratório, destacando alguns postulados, motivações e especificidades. Na próxima seção serão discutidas algumas constatações e proposições da análise das tendências migratórias, apresentando um quadro sumário dos processos migratórios no Brasil.

### **3.2 Breves apontamentos sobre as migrações no Brasil e no cerrado**

O estudo da migração no Brasil é um exercício complexo, dado o tamanho e a diversidade dos fluxos migratórios no País. A incorporação de novos métodos e técnicas de análise, como a correlação espacial, foram fundamentais na tentativa de compreender estes movimentos quanto aos seus locais de origem como de destino.

As migrações, no Brasil, podem ser analisadas por meio de vários aspectos. As transformações ocasionadas pela passagem da sociedade rural para urbana levou a impactos que tiveram repercussão na transformação da estrutura social brasileira. Diante disso, a migração, ao longo das décadas, passou a ser vista, pelos migrantes, como uma estratégia que os levaria efetivamente a uma mobilidade social, “forçados” a uma busca constante de trabalho, renda e melhores condições de vida. Entretanto, existem casos particulares em que

pessoas, grupos e famílias se deslocam por outros motivos, como o turismo, o comércio e as visitas e permanecem nos lugares diferentes de suas origens (BRUMES e DA SILVA, 2011).

As migrações internas são parte integrante das reformas estruturais que compõem o desenvolvimento e não podem ser entendidas se não forem considerados em seus aspectos sociais, econômicos e históricos. Em suma, as migrações e a distribuição populacional não são fenômenos aleatórios e isolados. No Brasil, os movimentos migratórios ocorrem como consequência dos fortes desequilíbrios regionais e sociais existentes, que estimulam a transferência de excedentes populacionais não absorvidos pela economia e pela sociedade dos locais de origem, provocando os deslocamentos para locais de destino nos quais existe oportunidade de ascensão (BRITO, 2002).

A dinâmica de mobilidade espacial da população brasileira foi influenciada pelos ciclos econômicos do país, a partir deles é possível compreender o processo histórico das migrações na Bahia ao longo dos anos. Porém, se faz necessário contextualizar, apresentando um breve histórico da migração no Brasil, com ênfase para os fluxos migratórios para os cerrados.

A história da migração no Brasil teve início na colonização pelos portugueses, buscando apropriação da terra, o que provocou um movimento migratório forçado com o tráfico de escravos africanos (PATARRA, 2012). Ao traçar a história econômica brasileira e baiana desde meados do século XVIII, Almeida (1977) aponta que este estado enfrentou graves crises econômicas desde a primeira metade do século XVII, tendo sua economia baseada em diferentes ciclos, como o do açúcar, do algodão, do cacau e da borracha, que aconteceram em diferentes momentos e em diferentes regiões do estado. Todos esses ciclos foram obrigados a conviver com oscilações climáticas e concorrência pela mão de obra advinda do café ou de eventos como a Guerra do Paraguai.

As migrações só ocorreram de forma “livre” no Brasil a partir do início do século XIX, com a implantação de projetos de colonização agrícola para defesa e povoamento da terra, além da ampliação de oferta de mão de obra assalariada europeia para substituir a mão de obra escrava. Esses incentivos atraíram alemães, italianos e outros imigrantes para o sul do país. Por volta de 1850, o Oeste Paulista recebeu imigrantes para trabalhar na cafeicultura, em obras de infraestrutura urbana e na construção de estradas. Com a falta de mão de obra e a expansão da produção cafeeira, o Brasil tornou-se um país aberto à imigração. Contudo, como reflexo da crise econômica mundial de 1929 e, conseqüentemente, com a crise do café, as primeiras medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais foram publicadas no fim de 1930 (PATARRA, 2012).

Os fluxos migratórios no Brasil sofreram grandes alterações por volta da segunda metade do século XX. Com o fim da II Guerra Mundial as migrações passaram a se orientar mais para as áreas de avanço da agropecuária (principalmente para as regiões Centro-Oeste e Norte), mais forte e claramente para as cidades médias. Esta tendência ocorre mesmo internamente nas regiões metropolitanas, com a busca por cidades de menor porte próximas aos grandes centros, em decorrência da forte influência dos eixos de mobilidade (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012).

No que tange à migração no Nordeste, a década de 1950, conhecida como período de maior migração interregional, foi marcada por um forte êxodo rural: 47,6% do total de migrantes rurais brasileiros originou daquela região. Alguns fatores podem explicar esse fenômeno como exemplos, a construção da nova Capital Federal, as grandes migrações para as áreas metropolitanas, ainda as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, motivados pelos grandes períodos de secas no Nordeste (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997).

A década de 1950 foi um período de longos percursos entre a origem e o destino dos migrantes de todo o País, que partiam de áreas rurais estagnadas para regiões metropolitanas, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Esta foi a década de maior crescimento urbano do Brasil, alimentado pelo grande crescimento natural da população, principalmente das áreas rurais, e pelos grandes projetos de colonização agrícola e de exploração mineral, que induziram uma ocupação desigual, gerando alta mobilidade populacional, provocando o esgotamento dos recursos naturais (RIGOTTI, 2011).

Os estudos sobre migração no Brasil dão conta de que, entre os anos de 1950 e 1960, a mobilidade populacional era fator altamente positivo tanto para o indivíduo quanto para o desenvolvimento nacional, já que a mobilidade espacial refletia uma crescente expansão econômica. Destacam-se as migrações internas visando a busca pela (re)territorialização que ocorreram no Brasil, nas décadas de 1950/60, com intensos fluxos populacionais marcados pela crescente concentração fundiária e pela industrialização nos centros urbanos do Sudeste brasileiro. Tal escassez de terras rurais eclodiu em movimentos sociais de resistência como o MST (Movimento dos Sem-Terra). Portanto, os deslocamentos interestaduais deram-se em 1970/80 pelas migrações de nordestinos para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e de sulistas para o Centro-Oeste e Amazônia (BECKER, 1997).

Nos anos de 1960 e de 1970, a concentração da atividade industrial urbana e o estímulo à modernização da agricultura foram fenômenos que caminharam juntos produzindo fluxos migratórios de grande magnitude, direcionados para os espaços urbanos. O fluxo

migratório da população rural em direção às cidades e vilas ocorreu por muitos fatores, pesando entre eles, a importância da industrialização, das grandes obras introduzidas pelo Governo Federal no interior do país, tais como a construção de Brasília, a abertura de rodovias federais e de usinas hidrelétricas, e, também, o processo de modernização do campo, que teve, especialmente no Centro-Oeste, um impacto territorial distinto, confirmando a transição do Brasil rural para o urbano (DOS SANTOS, 2016).

Um fator fundamental para esse resultado foi o estímulo que o governo militar concedeu à “ocupação do cerrado” e à expansão da fronteira agrícola, visto que o país adotou uma estratégia de gerar divisas e equilibrar sua balança comercial por meio do aumento de suas exportações. (WESZ JUNIOR, 2014, p. 119).

O processo de reestruturação produtiva no país é iniciado a partir do final dos anos 1970, mas nos anos 1990, ganha outra dimensão com a abertura econômica e a política neoliberal. Essa reestruturação acarretou transformações no processo produtivo, na organização e gestão do trabalho, bem como na dinâmica do espaço, fortemente associada à circulação de fluxos migratórios para os cerrados. As ações do Estado brasileiro foram decisivas para ocupação dos cerrados, tornando-os a nova fronteira agrícola do país.

O governo federal intensificou as políticas públicas através de créditos financeiros facilitados e de programas agropecuários. A criação da EMBRAPA, em 1972, possibilitou o direcionamento de pesquisas das potencialidades agrícolas dos cerrados. Posteriormente à atuação da EMBRAPA, foi criada uma série de programas e instituições que desenvolveram tecnologias para a expansão agrícola no cerrado, entre elas, destacamos o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), criado em 1974.

A EMBRAPA teve papel importante no processo de ocupação das áreas de cerrado do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. As pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA na década de 1970, além de identificarem os fatores limitantes, representados pelas propriedades químicas dos solos, de viabilizarem soluções técnicas (adubação química, mecanização, etc.) e apontarem as possibilidades de produção de sementes de grãos adaptáveis e com altos rendimentos, deixavam claro para quem se destinava o investimento na produção científica pelo Estado (BRANDÃO, 2010).

O PRODECER representou uma nova forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola nacional, implementado pela parceria entre o Japão e o governo militar brasileiro, com financiamento pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA), juntamente com órgãos públicos como EMBRAPA, Banco do Brasil e SENAR, além de

bancos privados do Japão e sob coordenação da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO). O Governo Federal responsabilizou-se pela criação das bases para que a acumulação capitalista no setor agrícola pudesse se reproduzir com ampla participação de outros setores organizados do sistema, o capital financeiro e o industrial, principalmente, nas áreas de cerrados do país (DOS SANTOS, 2016).

Esse programa ganha destaque pela implantação de 21 projetos que ocuparam uma área em torno de 353.748 hectares em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia e Maranhão. O projeto teve três fases: o PRODECER I (1979-1984), que centrava suas políticas em Minas Gerais; o PRODECER II (1985 – 1993), que concebia uma política de expansão da soja para o Nordeste, começando pela Região Oeste da Bahia, além de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; o PRODECER III (1995-2001), que avançou ainda mais pelo Nordeste, englobando o Maranhão e o Piauí, incorporando políticas para a região Norte (nos estados do Tocantins, Pará e Rondônia).

Estima-se que os investimentos nas três fases giram em torno de US\$ 850 milhões distribuídos pelos 7 estados beneficiados pelo programa, com o plantio de uma área aproximada 286.000 hectares, atingindo uma produção de 448.000 toneladas de grãos com valor estimado da produção de US\$ 102 milhões e, por consequência a geração de 47.000 empregos diretos e indiretos. Havia a previsão de uma quarta fase, PRODECER IV, que pretendia intensificar e estender a fronteira agrícola da soja, porém ainda não foi implantado, visto que os acordos pré-estabelecidos entre o governo brasileiro e japonês ainda não foram cumpridos em sua totalidade.

A transformação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura em bases empresariais provocaram mudanças significativas na estrutura fundiária e produtiva desses espaços, pois os objetivos do programa estavam voltados para a criação de fazendas de grande porte, com agricultores com suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital (SANTOS, 2007). Essa nova realidade incentivou a migração de produtores do Sul e Sudeste do Brasil, implantando novas características de trabalho e novos costumes, diferentes da população nativa. A chegada desses migrantes acompanhou a expansão das áreas de produção agrícola do Cerrado, concentrou a estrutura fundiária e promoveu o êxodo rural.

A ocupação da fronteira agrícola provocou significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios, especialmente com a aceleração dos processos de urbanização e de industrialização. Alves (2006) afirma que os agrupamentos de migrantes passam a ocupar as novas fronteiras agrícolas, aproveitando as ações

governamentais e o baixo preço das terras, sendo que os sulistas lideraram a corrente migratória para os cerrados baianos e se tornaram os principais responsáveis pela produção de grãos nos cerrados, com destaque para a soja, que vem ganhando cada vez mais importância na pauta das exportações brasileiras.

A década de 1980, considerada como a “década perdida” devido à crise econômica de 1981 a 1983, o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendentes mudou completamente no país. Segundo Brumes e Da Silva (2011), os anos 1990 trouxeram um conjunto de mudanças econômicas e sociais, fez com que o processo migratório também passasse por mudanças e se transformasse, assim como a própria natureza do migrante. Tais contextos fizeram com os estudos que apenas relacionavam a análise de processos de mobilidade social aos processos de mobilidade espacial fossem parcialmente abandonados.

No início do século XXI, vivemos o processo de desconcentração metropolitana (associada à alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular, as industriais), oportunidade em que assistimos a uma complexificação da rede urbana. O sentido de cidade e região é redefinido não a partir da metrópole, mas das cidades pequenas e médias, que passam a se articular de maneira mais intensa sem a mediação metropolitana. Há processos novos que têm se difundido pela rede urbana brasileira, que não são comandados pelas metrópoles, embora, evidentemente, estejam conectados às redes e sistemas que organizam toda a estrutura urbana nacional (OJIMA, MARANDOLA JR, 2012).

O cenário atual indica o descolamento da relação migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva (BAENINGER, 2011).

As migrações internas possibilitaram a reorganização da população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos (BAENINGER, 2011, p. 73).

O IBGE adota como metodologia o uso da informação de data fixa, àquelas pessoas de cinco ou mais anos de idade na data de referência do censo, caso o lugar de residência seja diferente nas duas datas, o indivíduo é computado como um migrante, caso o lugar de residência atual seja o mesmo de cinco anos atrás, a pessoa é considerada como não-migrante, mesmo que dentro do intervalo tenha sido realizado algum tipo de movimento migratório (RIGOTTI, 2011).

Grande parte dos conceitos presentes nas análises e nas discussões do IBGE exprimem uma preocupação em avaliar a dimensão quantitativa das migrações. Poucas noções revelam um olhar mais voltado para aspectos qualitativos do processo migratório, como é o caso da migração de retomo, a qual, embora de difícil mensuração através dos dados existentes, é sempre alvo de discussão visando alcançar outros meios empíricos de análise, sendo representativa da complexidade dos elementos constitutivos desse processo. Do mesmo modo, a ideia da seletividade impressa nas migrações envolve também uma busca no sentido de caracterizar dimensões qualitativas do fenômeno. As principais vantagens de se utilizar essa metodologia são obter as informações de data fixa, possibilitando calcular o saldo migratório e identificar os locais de origem-destino do período. Porém, enfrenta-se como limitação a impossibilidade de se corrigir possíveis problemas de subenumeração da estatística de migrantes e encontra dificuldades em coletar os fluxos migratórios dentro dos cinco anos adotados pela data fixa (BAPTISTA, 2017).

O país contabilizou nos censos demográficos de 2000 e 2010, aproximadamente 15 e 14 milhões de migrantes municipais de data fixa, portanto, isso quer dizer que 9,0% e 7,4% da população residente nos períodos, respectivamente, fizeram algum tipo de deslocamento entre municípios, ou seja, trata-se de um volume grande de informações que possuem uma componente espacial para serem analisadas. No Brasil, um país em desenvolvimento e que no último Censo Demográfico de 2010 registrou uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 35% do total destas pessoas não residem no município onde nasceram (IBGE, 2010).

Uma das consequências das migrações no Brasil é o processo de urbanização, envolvendo as novas relações entre o campo e a cidade, desencadeadas pelas novas necessidades de consumo, com o aparecimento das chamadas cidades do agronegócio, transformando-se em lugares com variadas formas impulsionadas pelo agronegócio globalizado, que passam a desempenhar novas funções (ELIAS, 2006).

Segundo a autora, cidades tais como Jataí, Rio Verde e Cristalina em Goiás, Sinop, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste no Mato Grosso, Dourados no Mato Grosso do Sul, entre outras, são exemplos de “cidades do agronegócio” no Centro-oeste do país.

Os reflexos da reestruturação produtiva associados as migrações nos cerrados podem ser notadas com o crescimento urbano acelerado e a conformação de cidades médias importantes que ocupam um papel fundamental na expansão e na operação do agronegócio. As cidades de Sinop (MT) e Dourados (MS) são alguns dos diversos exemplos espalhados pelo país de cidades do agronegócio, pois são cidades que antes tinham um contingente

populacional relativamente baixo, crescendo consideravelmente em poucos anos, criando uma nova dinâmica urbana. Os dados dos censos demográficos do IBGE entre 1980 a 2019 revelam a evolução populacional e a proporção do crescimento urbano em ambas as cidades (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Sinop-MT entre 1980 – 2019

<b>Ano</b>	<b>População Total</b>	<b>Percentual de Crescimento</b>
1980	19.891	-
1991	38.374	92,9%
2000	74.831	95,0%
2010	113.099	51,1%
2019	142.996	26,4%

Fonte: IBGE (BRASIL, 1980, 1991, 2000, 2010, 2019).

Nota: Os dados de 2019 são uma projeção.

Tabela 9 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Dourados-MS entre 1980 -2019

<b>Ano</b>	<b>População Total</b>	<b>Percentual de Crescimento</b>
1980	106.493	-
1991	135.984	27,7%
2000	164.674	21,1%
2010	196.068	19,0%
2019	222.900	13,6%

Fonte: IBGE (BRASIL, 1980, 1991, 2000, 2010, 2019).

Nota: Os dados de 2019 são uma projeção.

O município de Sinop, que tinha uma população total de 19.891 habitantes em 1980, atinge 113.099 habitantes em 2010 e 142.996 habitantes, segundo a previsão do IBGE para 2019 (Tabela 8). O município hoje é referência no estado do Mato Grosso na produção agropecuária, sendo considerado a Capital do Agronegócio de Mato Grosso. Segundo levantamento feito pela Geofusion (2016), empresa especializada em inteligência geográfica de mercado, Sinop está entre os 10 municípios do interior brasileiro que apresentou maior crescimento populacional (Sinop ficou em 9º lugar), entre 2010 e 2015, com crescimento populacional médio de 2,8% ao ano.

O estado de Mato Grosso do Sul possui limites territoriais com cinco estados brasileiros, sendo eles: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de dois países da América do Sul: Paraguai e Bolívia. O município de Dourados em função do agronegócio e da sua localização torna-se atraente como um local de oportunidades para esses migrantes. Com base na Tabela 9, observa-se que em quatro décadas a população mais que

dobrou, passando de 106.493 habitantes em 1980 para 222.900 habitantes pela projeção para 2019, tornando Dourados um dos municípios de mais expressivos em termos populacionais e socioeconômicos do estado.

Em Goiás, por exemplo, vários municípios perderam centralidade para Rio Verde, tornando-se dependentes do comércio e serviços especializados, do setor financeiro, de serviços hospitalares e educacionais. Tradicionalmente, Jataí era referência no Sudoeste Goiano, em termos políticos, no entanto, a pesquisa das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) revela que Rio Verde ampliou sua área de centralidade regional. Alguns distritos se emanciparam, cidades cresceram e se equiparam com comércio e serviços antes inexistentes e, portanto, a área de polarização de Jataí reduziu (OLIVEIRA, 2016).

A cidade de Rio Verde experimentou enorme crescimento populacional em decorrência do agronegócio, pois o município sai de 74.699 habitantes em 1980, para uma população de 176.424 habitantes em 2010, sendo a projeção do IBGE para 2019 de uma população de 235.647 (Tabela 10). A vinda de novas empresas aumentou a oferta de emprego, atraindo grande contingente populacional, tornando o município um polo regional. Os números revelam o forte crescimento populacional que continua a acontecer, apresentando um crescimento populacional projetado de 33% entre 2010 e 2019.

Tabela 10 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Rio Verde (GO) entre 1980 -2019

<b>Ano</b>	<b>População total</b>	<b>Percentual de crescimento</b>
1980	74.699	-
1991	96.309	28,9%
2000	116.552	21,0%
2010	176.424	51,3%
2019*	235.647	33,5%

Fonte: IBGE (BRASIL, 1980, 1991, 2000, 2010, 2019).

Nota: Os dados de 2019 são uma projeção.

Entre as décadas de 1980 e 1990, houve um arrefecimento do crescimento urbano no país. Em paralelo à desaceleração, ocorreu uma pequena redução da importância das grandes cidades e o surgimento de um fluxo urbano-urbano, de curta distância, em direção a cidades de médio porte. Apesar dos reflexos da crise econômica, que marcou a década anterior, São Paulo continuou recebendo o maior contingente de emigrantes oriundos do Nordeste e ficou marcado por seu potencial de absorção migratória (SEI, 2006).

Em relação ao Nordeste, até 1970 os estados nordestinos contribuíram amplamente para a consolidação da força de trabalho na indústria do Sudeste. Entre 1960 e 1980, na

Região Nordeste, ocorreram dois fatos concomitantes: “a tendência à diminuição da emigração e a persistência do êxodo rural na região, dirigido para as próprias áreas urbanas nordestinas” (LOPES, 1996, p. 11). Tais fatos caracterizaram o processo de reversão dos movimentos migratórios entre regiões, traduzido pelas tendências à diminuição da emigração e de aumento da imigração, inclusive pelo aumento de retorno de migrantes (LOPES, 1996).

Ainda em relação ao Nordeste, a partir de 1980, houve uma redução da emigração rural com destino às grandes cidades do Sudeste, sobretudo para Região Metropolitana de São Paulo. Naquela década, o país experimentou uma grave crise econômica. A queda do produto industrial, a recessão e a elevação do desemprego provocaram uma estagnação econômica no final da década, com isso novos padrões migratórios se delinearam com a intensificação de um fluxo urbano-urbano.

Com a diminuição do volume de migrantes que se deslocaram do campo para a cidade, no final da década de 1980 e no início da década de 1990, observou-se a formação de novos fluxos migratórios, destacando-se as migrações de retorno. Este tipo de migração vem sendo observado desde a década de 80. No entanto, foi na década de 90 que tal fenômeno tornou-se mais expressivo, sendo a Região Nordeste o principal destino desses migrantes. Devido à própria natureza desse acontecimento, o Sudeste figurou entre os principais pontos de saída dos migrantes (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEILL, 2011).

A Região Nordeste apresentou o maior número de estados com altos percentuais de imigrantes vindos de outras Grandes Regiões do País. Dos nove estados que compõem o Nordeste brasileiro, seis apresentaram, em 2010, mais de 50,0% do total de imigrantes de última etapa nesta condição, destacando-se o Estado da Bahia, onde 73,5% de seus imigrantes são oriundos de outras Grandes Regiões. O percentual de imigrantes vindos do exterior para as Unidades da Federação nordestinas foi maior nos Estados de Pernambuco, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia, contudo, esses percentuais não ultrapassam 2,6%.

Deve-se destacar que há indícios de que estas tendências de reversão dos fluxos migratórios no território nacional sejam estabelecidas pelo fortalecimento das migrações de retorno, principalmente como mecanismo de reversão dos saldos migratórios regionais e estaduais – especialmente nas regiões Sul e Nordeste, onde nesta última destacam-se os superávits registrados pelos estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

Segundo Bezerra (2008, p. 163), “a Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da sojicultura”. Para Rogério Haesbaert (1997), o migrante sulista é lembrado como o principal agente dessa modernização agropecuária dos cerrados brasileiros, modernização esta que objetivava ampliar a produtividade agrícola, mas que também trouxe

consigo grandes problemas ambientais, com a abertura de novas fronteiras, que foram incorporadas em grande parte pelo baixo preço da terra, o que levou à concentração da terra, à expropriação camponesa e acentuou a desigualdade socioespacial.

A ebulição econômica e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do ‘eldorado da soja’ fazem com que muitos denominem estas áreas de o ‘Novo’ Nordeste, e alguns políticos já começam a articular novos recortes políticos-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1997, p.382).

Nas quatro últimas décadas, vem se consolidando no Nordeste um processo de urbanização, de rapidez e intensidade significativas. No entanto, os processos de crescimento econômico e social dessa mesma região têm sido profundamente heterogêneos e descontínuos entre as áreas que atingem. Isso caracteriza-se como um novo espaço regional, onde se distinguem os eixos diferenciados, marcados por aglomerações e centros com dimensões e perfis urbanos os mais variados, além de novas tendências no desenho da rede de cidades. Essa concentração da produção e da riqueza, além do consequente processo de migração que a acompanhou, impulsionou à elaboração de políticas de desconcentração que visavam fortalecer cidades de médio porte no sentido de conter e amenizar os problemas tipicamente urbanos que começavam a preocupar os moradores das grandes cidades, como o problema das moradias, por exemplo (DANTAS e CLEMENTINO, 2012).

As ideias trazidas ao longo da seção tiveram a função de contextualizar os migrantes no Brasil, especialmente nas áreas de cerrados, como movimento de aproximação à nossa empiria e ao foco de nossa investigação, isto é, as migrações para os cerrados baianos. Este é o fenômeno que focalizaremos na próxima seção, apresentando os elementos que promoveram o crescimento urbano, traçando o perfil e as motivações dos migrantes que residem nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

### **3.3 Migrações para os cerrados baianos**

A Bahia sempre apresentou um histórico de concentração de terras e de capital na mão de uma elite, o que contribuiu para reprodução de desigualdades socioeconômicas. A história econômica baiana mostra que foram enfrentadas graves crises econômicas desde a baseadas em diferentes ciclos, como do açúcar, do algodão, do cacau, entre outros. Desde a época colonial a situação dos grandes latifúndios se perpetua, através da concentração fundiária (PEREIRA, 2011).

O Estado teve a maior participação de migrantes no país, consolidando-se como

emissor de população no âmbito nacional, enquanto os imigrantes eram originados de outros estados. Contudo, o crescente saldo migratório negativo do estado como consequência do aumento da emigração até 1970, demonstrou que a Bahia exercia pouco poder de atração da população, pelo seu baixo grau de urbanização. O estado, por sua vez, estaria invertendo a sua situação quanto à migração, com uma maior capacidade de fixação da sua população em relação demais estados nordestinos (BORGES, 1993).

O Censo demográfico de 2010 mostrou que 35,4% da população brasileira não residia no município onde nasceu, sendo que a Bahia com 3,1 milhões foi um dos estados com os maiores volumes de população natural que foram morar em outras unidades da federação, correspondendo a 11,7% da população nascida no estado.

No que se refere aos cerrados baianos, em especial às cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, os movimentos migratórios se revelaram com uma tendência distinta, pois, trata-se de uma região que experimentou consideráveis fluxos migratórios se comportando como áreas de atração populacional em decorrência da agricultura “moderna” e seus desdobramentos urbanos, com a densificação do comércio e serviços. Estes fluxos migratórios engendraram um processo de urbanização, com crescimento urbano das duas principais cidades dos cerrados baianos.

### *3.3.1 Crescimento Urbano em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães*

Os cerrados da Bahia passaram a atrair significativos contingentes populacionais de maneira intensa a partir dos anos 1970, quando se verificou uma enorme transferência de agricultores especializados no cultivo da soja do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo. Em um segundo momento vieram migrantes nordestinos, a maioria de baianos de outras regiões deslumbradas pelo “Novo Nordeste”, rotulado de “Eldorado” da soja, que migraram para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho (SANTOS FILHO e RIOS FILHO, 2008).

Apesar dos atrativos, não se pode deixar de lembrar e considerar os investimentos públicos e privados adotados para tornar essa área no que ela se transformou hoje. Se por um lado, o agronegócio alavancou altos índices de produção, muito por conta da participação dos migrantes, por outro lado, reproduziu pobreza nas cidades e no campo devido à concentração de terra e renda.

Os programas governamentais, a exemplo do PRODECER, tiveram como principal função a criação de mecanismos de crédito oficial para o financiamento de compra de terras,



Rios Filho (2017) considera que a difusão da “agricultura moderna” nos cerrados tem provocado uma nova organização de parte do território brasileiro, pautada, entre outras características, pelo surgimento de cidades funcionais ao campo cada vez mais mecanizado, processo que se deu por conta da chegada dos migrantes sulistas, que se distanciaram de seu estado por motivos econômicos, tendo o propósito de buscar terras mais baratas e mais extensas. Foram eles que trouxeram junto com a abertura de novas fronteiras no cerrado baiano a modernização da agricultura, a exemplo das cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

O movimento agrícola impulsionou um intenso fluxo migratório, criando uma nova dinâmica urbana, pois cidades que antes possuíam um contingente populacional relativamente baixo cresceram consideravelmente em poucos anos. Os dados dos censos entre 1970 a 2010 revelam a evolução populacional e a proporção do crescimento urbano tanto na cidade de Barreiras (Tabela 11), assim como em Luís Eduardo Magalhães (Tabela 12).

Tabela 11 - Evolução populacional e proporção de crescimento da cidade de Barreiras. 1970-2010

Ano	População Total	Percentual de crescimento	População Urbana		População Rural	
			Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
1970	20.864	-	9.831	47,12%	11.033	52,88%
1980	41.462	98,70%	30.055	72,50%	11.407	27,50%
1991	92.640	123,40%	70.870	76,50%	21.770	23,50%
2000	131.335	41,80%	115.331	87,81%	16.004	12,19%
2010	137.427	4,40%	123.741	90,04%	13.686	9,96%

Fonte: IBGE (BRASIL, 1970; 1980; 1991; 2000; 2010). Elaborado pelo autor.

Tabela 12 - Evolução populacional e proporção do crescimento da cidade de Luís Eduardo Magalhães

Ano	População Total	Percentual de crescimento	População Urbana		População Rural	
			Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
1991	6.600	-	0	0%	6.600	100%
2000	18.757	184,2%	15.699	83,70%	3.058	16,30%
2010	60.105	220,4%	54.881	91,30%	5.224	8,70%

Fonte: IBGE (BRASIL, 1991; 2000; 2010). Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados nas Tabelas 11 e 12 revelam pelo menos três processos fundamentais para avaliarmos o impacto da ocupação dos cerrados baianos: o forte crescimento populacional dos dois municípios, o intenso processo de urbanização e o surgimento de uma nova cidade, que experimenta um crescimento elevado, em especial de sua população urbana.

O município de Barreiras, que tinha uma população total de 20.684 habitantes em 1970, atinge 137.427 habitantes em 2010, com projeção de 155.439 habitantes para o ano de

2019, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um exponencial crescimento populacional da ordem de 651% em apenas cinco décadas. Outra característica revelada com os dados são os números crescentes de população urbana, pois, até o início da década de 1970, a população rural era levemente superior (52,8%), mas em 2010, a população urbana atinge o expressivo patamar de 90,04%, muito em função das migrações do campo para a cidade e oriundas de outras partes do estado e do país.

Outra consequência foi o surgimento de um novo núcleo urbano na região, a cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães, cujos dados revelam um intenso crescimento, pois o município sai de 18.757 habitantes em 2000, ano de sua emancipação, para 87.519 habitantes, projeção do IBGE para o ano de 2019, indicando um crescimento superior a 367% em apenas duas décadas. A cidade deixou de ser um povoado com 6.600 habitantes em 1991, para se tornar uma cidade média em menos de 30 anos, ou seja, era essencialmente formado por uma população rural até 1999, tornando-se uma cidade média com população urbana que atingiu o patamar de 91,30% em 2010.

Uma importante questão se impõe com esses números: as cidades apresentaram um elevado crescimento urbano em razão dos intensos fluxos migratórios que decorrem da atração gerada pela agricultura moderna, porém a população rural vem experimentando acentuado decréscimo a cada década, reforçando o desemprego estrutural que o agronegócio impõe e a consequente saída da população do campo em direção a cidade.

As amostras do Censo Demográfico mais recente correspondem ao ano de 2010 e indicam que Barreiras recebeu 14.072 imigrantes. Além disso, foi possível estipular a origem da população residente total, sendo 91,3% de origem da região Nordeste, distribuídos entre população nativa e deslocamentos intermunicipais e interestaduais, [ponto e vírgula] em seguida vem Centro-Oeste (3,2%), Sudeste (2,4%), Sul (2%) e Norte (0,3%) entre o número de pessoas que viviam na cidade em 2010 (Tabela 13).

Tabela 13 - Amostra da origem da população residente em Barreiras-BA

<b>Lugar de Nascimento</b>	<b>População absoluta</b>	<b>População relativa</b>
<b>Região Nordeste</b>	125.435	91,3 %
<b>Região Centro-oeste</b>	4.412	3,2%
<b>Região Sudeste</b>	3.307	2,4%
<b>Região Sul</b>	2.823	2,0%
<b>Região Norte</b>	466	0,3%
<b>Estrangeiros</b>	88	0,1%
<b>Sem especificação</b>	897	0,7%
<b>Total</b>	<b>137.427</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (BRASIL, 2010). Elaborado pelo autor.

A Tabela 13 revela a origem dos fluxos migratórios para cidade de Barreiras, em contraposição ao que a literatura enfatiza quanto a expressividade dos fluxos oriundos do Centro-Sul do Brasil, os dados do último censo demográfico informam que os fluxos mais substanciais ocorrem na escala intra-regional. Contudo, os dados dos fluxos inter-regionais não são desprezíveis, pois, 11.008 habitantes são originários das regiões Centro-oeste, Sudeste, Sul e Norte, que equivale a 4,9% da população residente.

Barreiras como principal núcleo urbano se configura territorialmente também como espaço de convergência e circulação de fluxos migratórios, na medida em que a modernização e a expansão de novas atividades vinculadas à agropecuária promoveram o processo de urbanização, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade.

As amostras de Luís Eduardo Magalhães indicam o município recebeu 21.318 migrantes, com base nos dados do Censo demográfico de 2010. A população residente total é predominantemente de origem da região Nordeste (com 77,2%), mas destaca-se também a região Sul com 10,5%, em seguida o Centro-oeste (4,5%), o Sudeste (4,1%) e o Norte (2,1%), incluindo 1,5% de pessoas oriundas de outros países entre o número de pessoas residentes na cidade (Tabela 14).

Tabela 14 - Amostra da origem da população residente em Luís Eduardo Magalhães-BA

<b>Lugar de Nascimento</b>	<b>Quantidade de pessoas</b>	<b>População relativa</b>
<b>Região Nordeste</b>	46.405	77,2%
<b>Região Centro-oeste</b>	2.685	4,5%
<b>Região Sudeste</b>	2.468	4,1%
<b>Região Sul</b>	6.310	10,5%
<b>Região Norte</b>	1.231	2,1%
<b>Estrangeiros</b>	65	0,1%
<b>Sem especificação</b>	941	1,5%
<b>Total</b>	<b>60.105</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (BRASIL, 2010). Elaborado pelo autor.

Considerando que Luís Eduardo Magalhaes era um povoado com 6.600 habitantes em 1991, tendo atingido uma população de 60.105 habitantes em 2010, podemos deduzir que isso foi devido ao substancial fluxo migratório, não ao crescimento vegetativo. Os dados da Tabela 14 revelam que, 21,20% da população residente é oriunda de outras regiões brasileiras, mas a origem principal dos fluxos advém do deslocamento inter-regional, tanto de populações que migraram de outros estados nordestinos, quanto da migração inter-regional no contexto baiano.

Podemos observar que pouco mais de 77% dos migrantes residentes são naturais (por se tratar de um município de emancipação recente, sugere-se que as pessoas que são naturais são filhos de imigrantes provenientes de outros municípios ou até mesmo estados) e provenientes de outros municípios da Bahia. O segundo maior fluxo migratório, ainda que distante, é proveniente da Região Sul, com histórico para o cultivo da soja, inclusive são indicados por Haesbaert (1997) como os responsáveis pela implantação desta cultura nos cerrados baianos, além da participação no processo de emancipação. Na sequência estão as pessoas originárias da região Centro-Oeste e Sudeste, a primeira região faz divisa com o município e que compartilha do mesmo bioma, enquanto a segunda região historicamente seus habitantes são praticantes da agricultura científica, inclusive para exploração dos cerrados. Também imigrantes da região Norte em número menor, mas com forte influência de migrantes do Tocantins, que faz fronteira com o município, e de Roraima. Foram identificados também estrangeiros e aqueles que não informaram o local de origem, mas a maior concentração está para pessoas de classe média e alto padrão.

Apesar de apresentar similaridades com Barreiras, Luís Eduardo Magalhães tem características específicas. Com o avanço do processo de reestruturação produtiva, a reorganização do espaço urbano e a ampliação do cultivo de soja nos cerrados baianos, a necessidade da emergência de um centro urbano mais próximo à zona produtora elevou a posição de Luís Eduardo Magalhães, cidade que vai gradativamente substituindo a cidade de Barreiras (núcleo urbano mais antigo e importante do Oeste da Bahia) como localidade central no arranjo produtivo do agronegócio da soja, com melhor localização e posição de centralidade urbana.

Com isso, muitos migrantes deixaram de ser agricultores para se tornarem empresários agrícolas nos cerrados. De acordo com Elias (2006), estes são signos da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola no qual se desenvolve a atividade produtiva, podendo em grande medida serem chamadas de cidades do agronegócio. Esses empresários agrícolas se tornaram os difusores da soja nos cerrados da Bahia.

As reflexões apresentadas permitiram entender como as migrações passaram a desempenhar papel fundamental na dinâmica dos cerrados baianos. A seguir serão apresentados os resultados empíricos em relação ao perfil e características dos migrantes em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

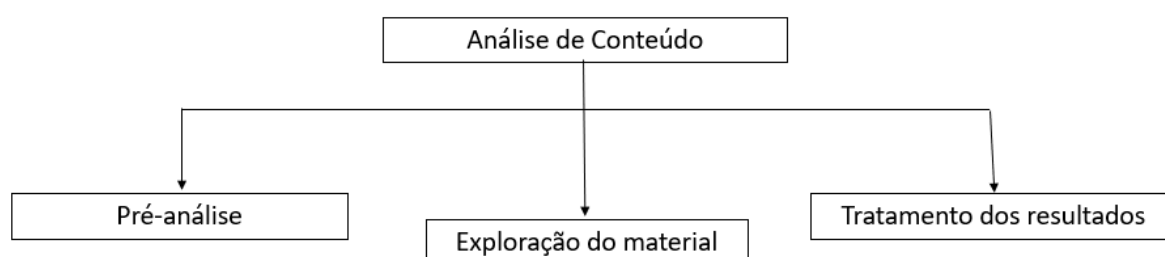
### 3.3.2 Os migrantes de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: perfil e características

Esta seção será dedicada a identificar as características dos migrantes que vivem nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, com base no questionário aplicado, destacando inicialmente as informações sobre sexo, faixa etária, escolaridade, profissão, composição familiar e setor de trabalho. Procuramos também traçar o perfil desse migrante apresentando as características desse deslocamento, destacando o local de origem, data da migração, motivações quanto escolha dessas cidades, relações com outros migrantes, bairro de residência e dificuldades enfrentadas pelos migrantes.

Antes de compor a análise dos dados obtidos, iremos destacar o percurso deste trabalho. Utilizamos como referência a literatura de Laurence Bardin, referência em análise de conteúdo como uma forma de tratamento em pesquisas qualitativas e quantitativas, apesar de não se tratar de uma metodologia para análise espacial. Segundo Bardin (2016, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Para o autor, configura-se como um conjunto de técnicas para análise dos dados que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das informações.

Bardin (2016) indica que a utilização da análise de conteúdo está dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, conforme o esquema apresentado na Figura 5.

Figura 5 - Fases da análise de conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Com base em Bardin (2016), a pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de executá-lo, sistematizando as ideias iniciais propostas. A fase está organizada em quatro etapas: (1) leitura flutuante seria o contato inicial com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a definir o sujeito da pesquisa; (2) escolha dos documentos que será realizada a coleta de dados; (3) formulação das hipóteses

e dos objetivos a serem alcançados; (4) referenciação e elaboração de indicadores que envolve a determinação por meio de recortes nos documentos de análise.

Em relação a nossa pesquisa, a pré-análise foi realizada através da pesquisa prévia e definição dos migrantes como público-alvo para obtenção das informações. A partir das necessidades de informações para contemplar a pesquisa, definiu-se que o questionário seria a técnica de investigação que atenderia a esta demanda.

A segunda fase constitui a exploração do material com a definição de categorias, a identificação das unidades de registro e de contexto nos documentos. Essa etapa vai possibilitar a codificação, a classificação e a categorização, influenciando na riqueza das interpretações e inferências a serem realizadas, (BARDIN, 2016).

Nesta etapa, definimos toda a estrutura e categorias que compõem o questionário, disponíveis no apêndice A. Além disso, foi definida a amostragem para coleta das informações nas duas cidades. Apesar de Barreiras apresentar uma população superior em relação a Luís Eduardo Magalhães ambos apresentam quantitativos similares quanto ao número de migrantes, 14.072 e 21.318, respectivamente. Com base nesses valores foi utilizada a calculadora *SurveyMonkey* para a definição dos quantitativos de questionários a serem aplicados e com base na metodologia, são considerados três aspectos: (1) tamanho da população, sendo o número total de pessoas do grupo a ser estudado; (2) margem de erro, uma porcentagem que indica o nível de correspondência dos resultados da pesquisa com as opiniões da população total; (3) Nível de confiança da amostra, uma porcentagem que revela o quanto você pode estar confiante de que a população selecionaria uma resposta dentro de um determinado intervalo. A pesquisa foi definida com base grau de confiança de 95% e margem de erro de 10%, sendo estes percentuais considerados estatisticamente relevantes para a análise proposta nessa pesquisa e com base nos valores apresentados foram aplicados 96 questionários em Barreiras e 96 em Luís Eduardo Magalhães, totalizando 192 pessoas participantes.

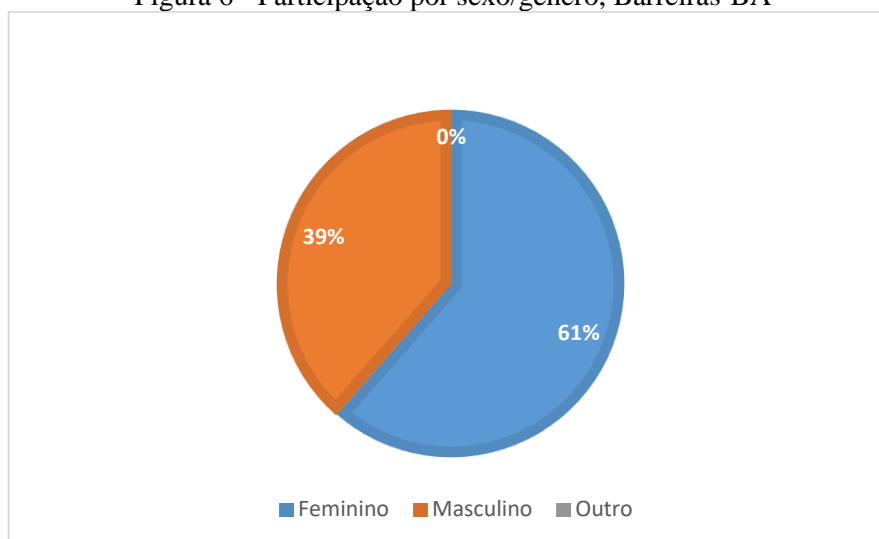
A última fase diz respeito ao tratamento dos resultados, envolvendo a condensação das informações para análise, culminando no momento de análise reflexiva e crítica. Na fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação. Torna-se necessário incluir a ferramenta tecnológica para análise profunda dos dados, no caso as ferramentas computacionais, capazes de simplificar e realizar tarefas que as pessoas não conseguem atingir (BARDIN, 2016).

Nesse contexto serão apresentados os resultados da pesquisa após o tratamento dos dados, foi utilizado o *Google Forms* para compilar as informações levantadas e o *Microsoft*

*Excel* para gerar os gráficos que comporão a análise.

A cidade de Barreiras será analisada primeiramente. Quanto à identificação dos migrantes, 61% dos participantes foram do sexo feminino e 39% do sexo masculino, corroborando a proporção demográfica quanto ao gênero e as mulheres estando mais presentes e mostraram-se mais solícitas em responder aos questionamentos (Figura 6).

Figura 6 - Participação por sexo/gênero, Barreiras-BA



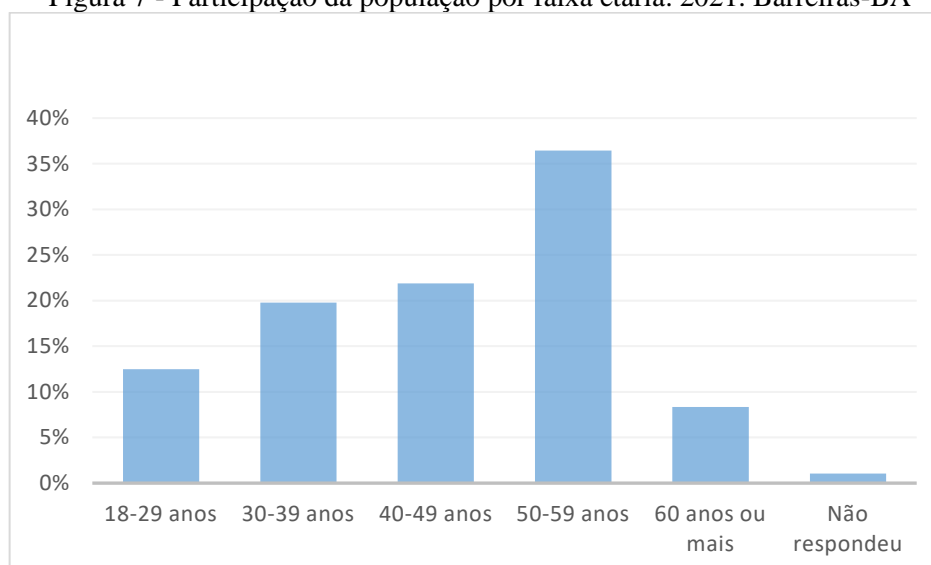
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Em relação a faixa etária (Figura 7), cerca de 36% dos migrantes estão entre 50-59 anos, 22% correspondem aqueles com 40-49 anos, 20% representam as pessoas com 30-39 anos, outros 13% estão entre os 18-29 anos, apenas 8% respondem aqueles acima dos 60 anos e 1% preferiu não informar a idade. Por se tratar de uma cidade consolidada desde o fim do século XIX e apresentar um grau de atratividade maior pela sua importância para região, os resultados apontam que pela faixa etária informada pelos migrantes coincide justamente no momento no período em que houve a intensificação das atividades agropecuárias, consequentemente a presença de pessoas numa faixa etária mais velha.

Os migrantes questionados foram categorizados em função da escolaridade (Figura 8), sendo que a maioria possui ensino médio completo (45%), na sequência ensino superior (27%) e o ensino fundamental completo (11%). Os demais obtiveram resultado inferior a 10%, sendo 7% com pós-graduação, 4% com nível superior incompleto, 3% não informaram e apenas 2% com ensino médio incompleto.

Figura 7 - Participação da população por faixa etária. 2021. Barreiras-BA

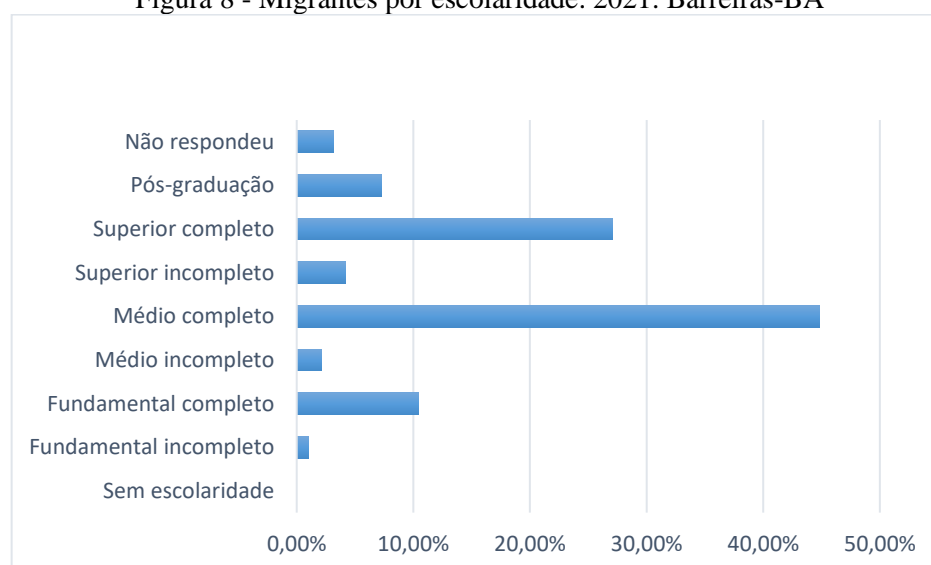


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Apesar dos baixos índices educacionais, os resultados são melhores em comparação do estado da Bahia indicam pouco mais de 60% dos adultos não completam o ensino médio, com base nos resultados do módulo sobre Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente ao ano de 2019, enquanto quase a metade dos migrantes tem o ensino médio completo, acrescidos de quase 1/3 de pessoas com ensino superior. Esses resultados têm influência direta quanto a ocupação de postos de trabalho, tendo em vista que o mercado é cada vez mais competitivo e o agronegócio, assim como os demais setores, exige formação e especialidade para desempenhar as atividades.

Figura 8 - Migrantes por escolaridade. 2021. Barreiras-BA

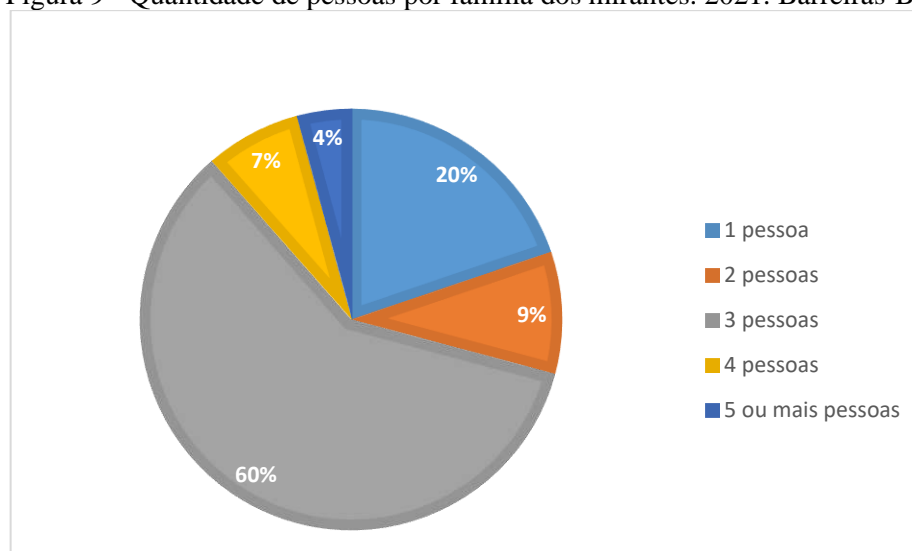


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Uma pergunta colocada aos migrantes diz respeito a quantidade de pessoas que reside com elas (Figura 9). Cerca de 59% vivem com três pessoas, 20% com uma pessoa, 10% com duas pessoas, 7% com quatro pessoas e 4% com cinco ou mais pessoas. Os resultados obtidos se aproximam do número médio de pessoas por família da região que é de 3,6 pessoas e no caso dos migrantes foi perceptível durante a aplicação dois perfis principais: de um lado predominam pessoas com família consolidada (marido/esposa com filhos) e na sequência pessoas buscando constituir família no novo lugar de moradia (casais iniciando vida juntos).

Figura 9 - Quantidade de pessoas por família dos mirantes. 2021. Barreiras-BA

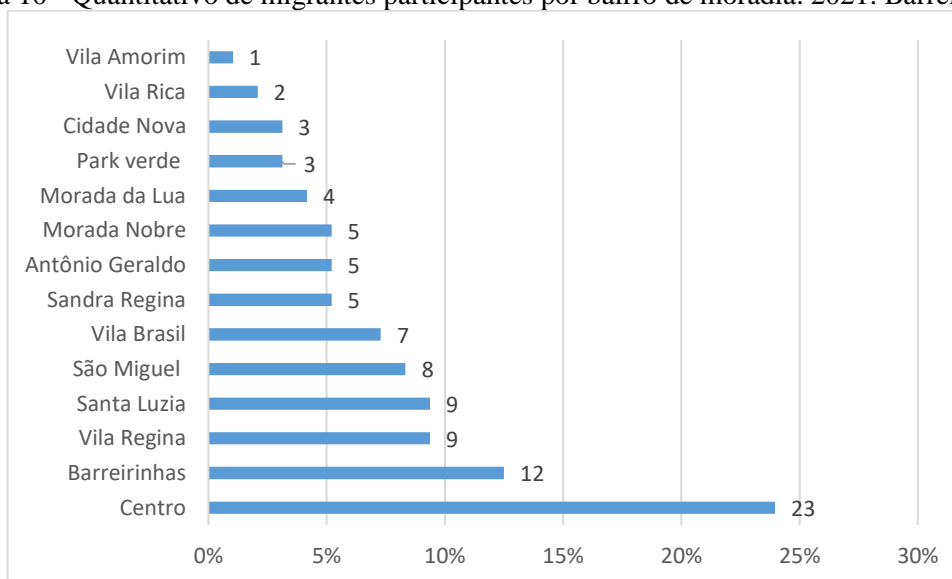


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Outra informação levantada foram os bairros em que residem. Durante o preenchimento do questionário buscou-se diferentes locais com grande circulação e passagem de pessoas, como praças, feiras livres e pontos de ônibus. Foram questionados migrantes de 14 bairros diferentes: São Miguel, Park Verde, Centro, Vila Regina, Barreirinhas, Sandra Regina, Vila Brasil, Vila Rica, Vila Amorim, Antônio Geraldo, Santa Luzia, Cidade Nova, Morada da Lua e Morada Nobre (Figura 10).

Com isso obteve-se uma grande variedade de bairros e realidades dentro da própria cidade. Bairros como o Centro, Sandra Regina e Vila Regina são áreas que concentram populações de alto padrão em virtude da proximidade das áreas comerciais e do alto valor solo. A nível intermediário, bairros como Barreirinhas e Morada Nobre são áreas de médio padrão que rodeiam as áreas de alto padrão que apresentam infraestrutura e proximidade com a oferta de serviços disponíveis. Por fim, bairros como a Vila Amorim, Santa Luzia e Morada da Lua são áreas ocupadas pelas camadas mais populares, em que o valor do solo é menos valorizado, justamente, pela distância do centro comercial e oferta de infraestruturas.

Figura 10 - Quantitativo de migrantes participantes por bairro de moradia. 2021. Barreiras-BA

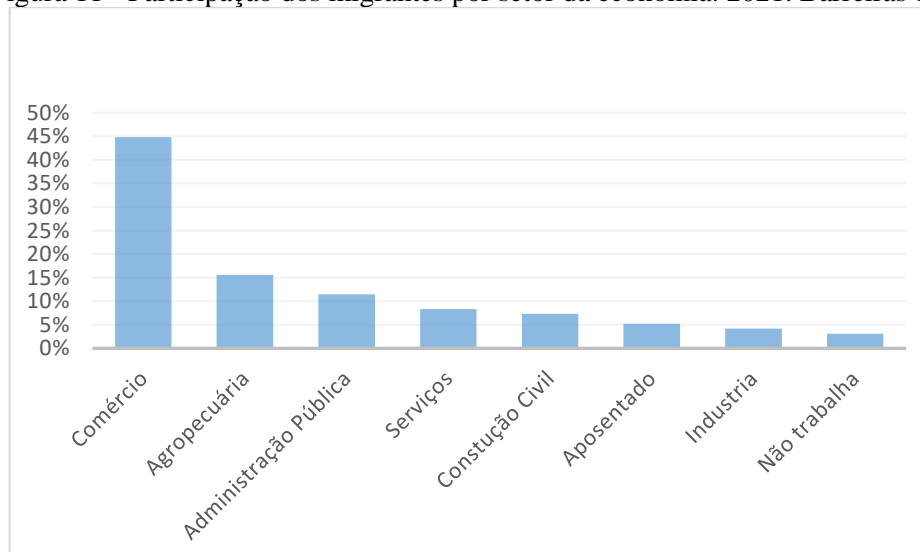


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista econômico, foi perguntado quanto ao setor ocupado pelos migrantes (Figura 11). Os resultados apontaram que predomina a participação no comércio, com 45%, a agropecuária corresponde a 16%, já a administração pública representa 12%, os serviços contam com 8%, construção civil possui 7%, 5% são de aposentados, a indústria corresponde a 4% do total e os 3% restantes não possuem trabalho. Considerando a participação dos setores da economia no PIB municipal (apresentados no capítulo 2) o comércio é a atividade que mais emprega, confirmando a tendência quanto a participação desses migrantes nesse setor, sem contar o vínculo desse comércio com as atividades agrícolas e a prestação de serviços.

Figura 11 - Participação dos migrantes por setor da economia. 2021. Barreiras-BA

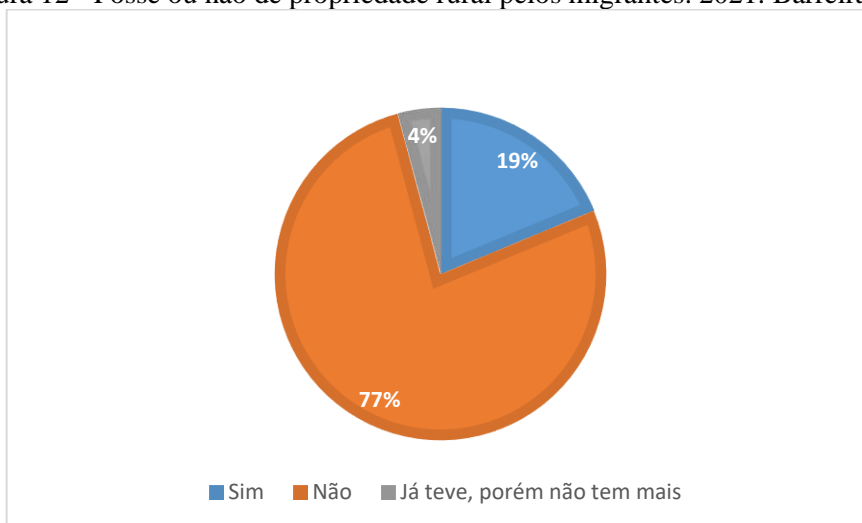


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Os dados apresentados na Figura 11 revelam alguns processos recorrentes no contexto brasileiro. Em primeiro lugar, a força que o comércio ocupa na oferta de empregos urbanos. Revela também o peso empregatício da administração pública que opera como importante agente de geração de emprego e renda nos municípios brasileiros. Todavia, a agropecuária continua ocupando uma posição expressiva na geração de emprego para os migrantes, especialmente se considerarmos o intensivo nível de mecanização da agricultura “moderna”.

Figura 12 - Posse ou não de propriedade rural pelos migrantes. 2021. Barreiras-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

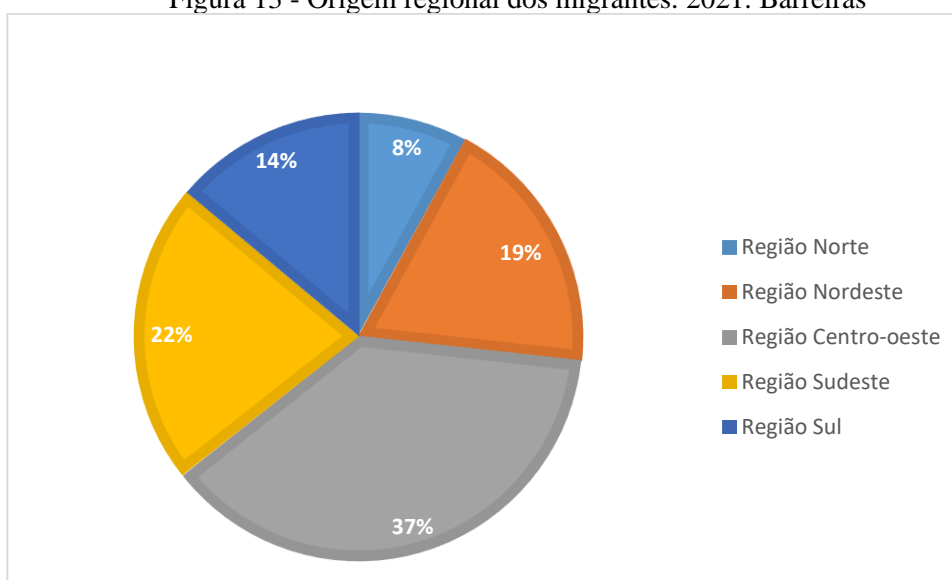
Quanto a posse de propriedade rural (Figura 12), os migrantes que não possuem representam cerca de 77%, somente 19% possui alguma propriedade e os outros 4% já tiveram em algum momento uma propriedade, porém não possuem mais. Como a grande maioria dos migrantes que procuraram Barreiras para viver não tem propriedade, é possível depreender que parte significativa está fora do setor agropecuário (84%), trabalhando principalmente no comércio e na administração pública, em consonância com o que foi apontado na Figura 11. Este dado pode ser correlacionado com a Tabela 13, que revelando a predominância da origem nordestina dos migrantes.

Após a compreensão inicial de identificação dos migrantes, as próximas perguntas buscam traçar o perfil quanto à origem e motivações da sua ocupação. O primeiro aspecto levantado foi em relação a naturalidade, sendo identificado uma grande variedade de locais, cidades e regiões, dentre os mais citados estão as cidades de Chapecó-SC, Palmeira das Missões-RS, Rio de Contas-BA, Água Boa-MT, Angical-BA, São Desidério-BA.

Além disso, destacamos os números de origem dos migrantes quanto a distribuição por

regiões do país (Figura 13). Nota-se que os migrantes do Centro-oeste tiveram um resultado expressivo (37%), tendo em vista que o processo de expansão da fronteira agrícola brasileira teve nos cerrados do MATOPIBA grande espaço de materialização e que as formas assumidas para a ocupação dos espaços foram baseadas em projetos de colonização, reforçando a tendência da seletividade migratória apontada nos estudos de Lee (1980), mostrando a grande integração e proximidade entre essas duas Unidades da Federação. No caso do sudeste (que teve 22% dos respondentes) chama a atenção o processo de inversão, no qual o cenário de migração de regiões economicamente desfavorecidas para os grandes centros urbanos abre espaço para pessoas que, por diversos motivos, vão tentar a vida em cidades de menor porte que as de origem.

Figura 13 - Origem regional dos migrantes. 2021. Barreiras

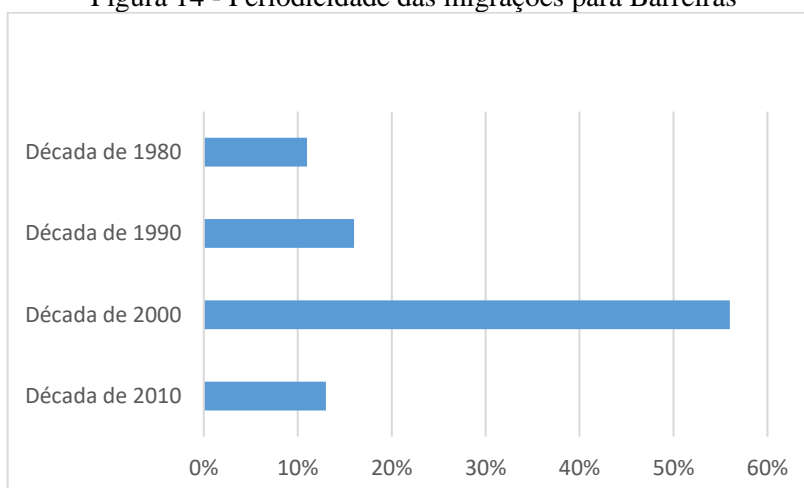


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Outro quesito envolve saber se o migrante morou em outra cidade. Dentre os 96 questionados, 81 não moraram em outras cidades (84%) e 15 já moraram em outras cidades (16%). Esses dados revelam que a imensa maioria veio para Barreiras diretamente de onde nasceram, a minoria viveu em uma ou mais cidades antes de se fixar em Barreiras, dentre as cidades intermediárias aparecem Brasília-DF, Juiz de Fora-MG, Goiânia-GO, Bom Jesus-PI, Salvador-BA.

Quanto ao ano de mudança para Barreiras, a maioria concentra-se na década de 2000, com cerca de 56%. Entre a década de 1990 chegaram 16% dos respondentes, na sequência a década de 2010 com 13% e a década de 1980 com 11%. Nota-se a concentração nas quatro décadas informadas na Tabela 11, no qual houve um salto nos quantitativos populacionais da cidade de Barreiras e refletiram na periodicidade dos deslocamentos.

Figura 14 - Periodicidade das migrações para Barreiras

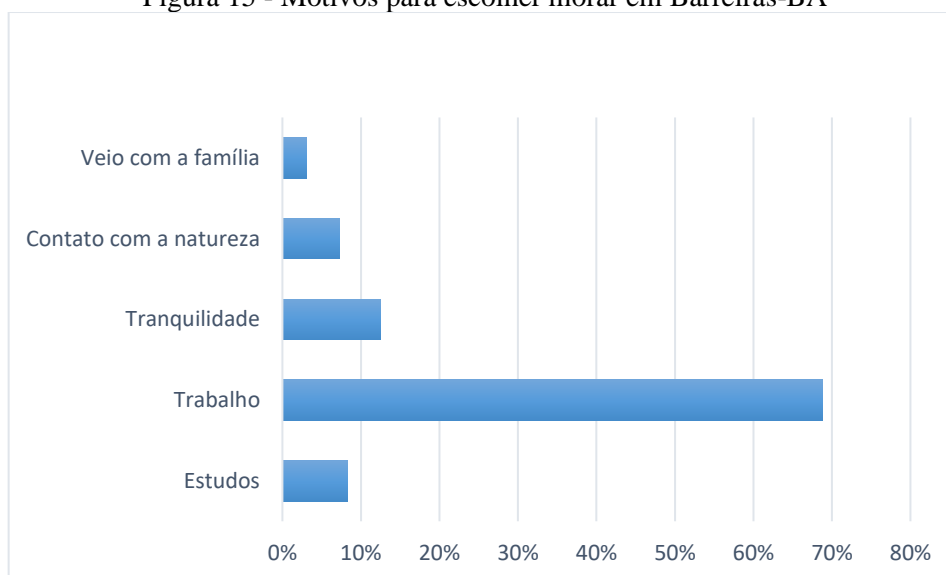


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Em relação as motivações (Figura 15), a grande maioria veio em função de trabalho (cerca de 69%) e deixa claro que a mobilidade foi motivada pela força de trabalho. O fator tranquilidade veio na sequência com 13%, os estudos representam 8%, o contato com a natureza representa 7% e os 3% restantes são de pessoas que vieram em função da família. Os dados revelam que o principal quesito de atração está relacionado a busca de trabalho, em função dos investimentos que atraíram empresas a serem implantadas na cidade. Fora isso, fica claro que cerca de 20% vieram em busca de se distanciar dos problemas vivenciados nos grandes centros urbanos, para um contato e convívio com a natureza de forma mais próxima.

Figura 15 - Motivos para escolher morar em Barreiras-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

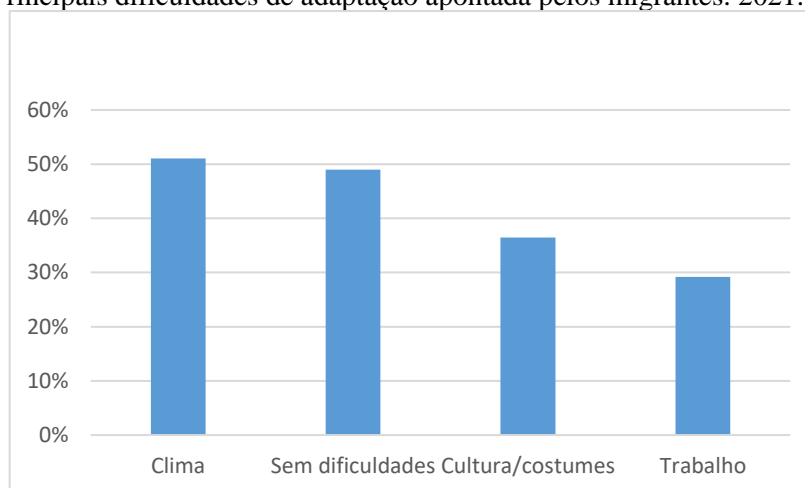
Elaborado pelo autor.

Com base no local de trabalho, buscou-se saber se as pessoas trabalhavam na mesma

cidade em que residem. Cerificou-se que 87,5% pessoas trabalham na área urbana de Barreiras, 3,1% pessoas não trabalham e 9,4% não trabalham na cidade. Neste último caso, 78% trabalham em outra cidade e 22% trabalham na zona rural do Município. Por se tratar de uma cidade média, as atividades produtivas concentram-se na área urbana, porém é perceptível a realização de migração pendular para trabalhar em cidades menores próximas à Barreiras e a relação com a zona rural do Município por parte de alguns migrantes por desempenharem atividades de cunho agrícola.

Para o estabelecimento no novo lugar de moradia, a maior parte dos migrantes (58%) informou que procuraram morar perto de outros conterrâneos ou de familiares que migraram antes. Isso ajudou no processo de adaptação aos seus novos lugares de vida, sobretudo em decorrências das dificuldades enfrentadas para adaptação a cidade de Barreiras (Figura 16).

Figura 16 - Principais dificuldades de adaptação apontada pelos migrantes. 2021. Barreiras-BA<sup>6</sup>

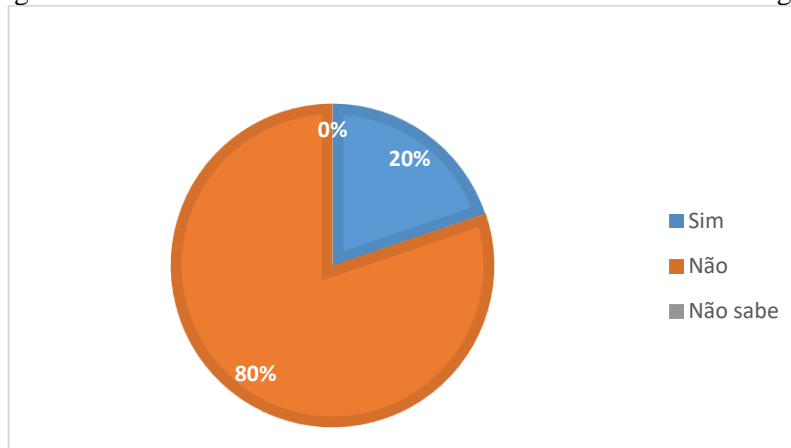


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

O clima foi a dificuldade mais apontada (por 51%) pelos migrantes, justificada em parte pela diferença climática de outras regiões e cidades do país que parte desses migrantes vivenciavam anteriormente. Outros 36% indicaram que enfrentaram dificuldades em decorrência das diferenças culturais e dos costumes, situação explicada pela enorme diversidade cultural brasileira, em especial quando se trata de uma região (e cidade) que recebeu migrantes de diferentes regiões brasileiras. A dificuldade de encontrar trabalho também foi apontado por 29% dos migrantes, desmistificando em parte a visão de local próspero e de oportunidades que o *marketing* tenta vender para atrair cada vez mais pessoas para a cidade.

<sup>6</sup> As pessoas questionadas tinham a possibilidade de escolher mais de uma opção dentre as dificuldades de adaptação.

Figura 17 - Possibilidade ou vontade de retornar ao seu local de origem



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

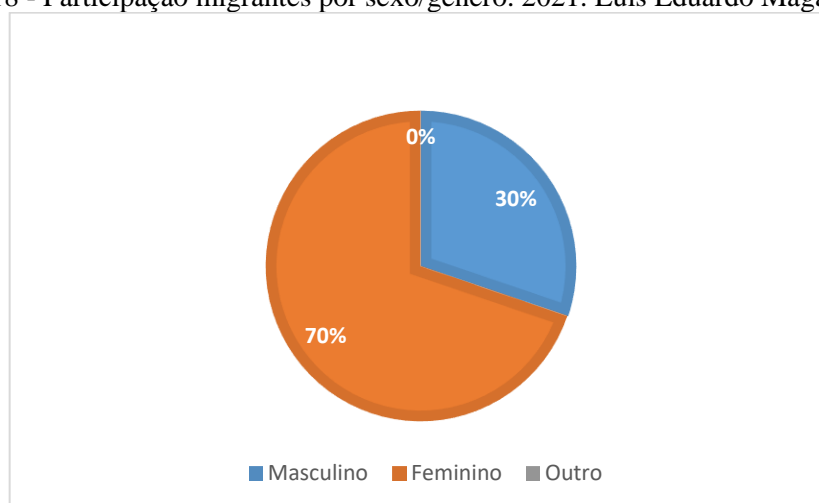
Por fim, destaca-se a possibilidade de retorno ao local de origem (Figura 17) e as motivações por optar a ficar em Barreiras. Aproximadamente 80% não tiveram oportunidade e nem vontade de retornar a sua cidade de origem, já os 20% restantes puderam retornar, porém preferiram permanecer em Barreiras, justificada em sua maioria pela adaptação dos familiares ao novo lugar e os benefícios da cidade em oferecer oportunidades de trabalho e lazer.

A partir dos resultados apresentados, no que se refere aos migrantes, pode-se dizer que Barreiras apresenta duas grandes realidades: a primeira ligada ao processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas e a segunda relativa ao acelerado crescimento urbano. Os anos 1980 foram determinantes para explicar o comportamento diferencial de crescimento demográfico da cidade e, principalmente, da região Oeste.

Os dados analisados sobre características dos migrantes em Barreiras, especialmente no que se refere à inserção produtiva dos migrantes e das atividades agropecuárias, fica clara a relação entre os processos de transformação produtiva e redução gradual dos fluxos migratórios e, como consequência está a inserção econômica dos migrantes e na concentração fundiária da cidade.

Do mesmo modo, no que se refere ao perfil dos migrantes residentes em Luís Eduardo Magalhães, 70% dos participantes foram do sexo feminino e 30% do sexo masculino, apesar de demograficamente os homens representarem a maioria da cidade (51,67%), as mulheres mostraram-se mais abertas para responder ao questionário (Figura 18).

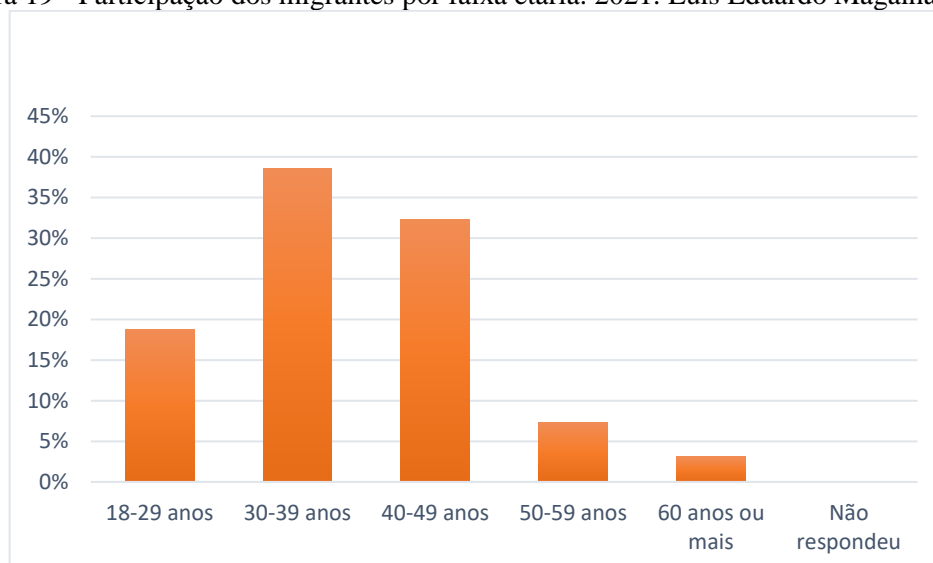
Figura 18 - Participação migrantes por sexo/gênero. 2021. Luís Eduardo Magalhães-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Em relação a faixa etária (Figura 19), cerca de 39% dos migrantes estão entre 30-39 anos, 32% correspondem aqueles com 40-49 anos, 19% representam as pessoas com 18-29 anos, outros 7% estão entre os 50-59 anos e apenas 3% dos respondentes têm acima dos 60 anos. Os dados revelam que a maioria significativa dos migrantes está na faixa etária produtiva, pois 90% deles tem idade equivalente à população economicamente ativa, isto é, estão concentrados na faixa etária entre 18 e 49 anos. Esse dado apresenta perfeita correspondência com a Figura 27 (apresentada e discutida mais à frente), mostrando que mais de 70% dos migrantes se deslocaram para Luís Eduardo Magalhães, motivados pela busca de trabalho e por se tratar uma cidade mais nova, indica uma população mais jovem.

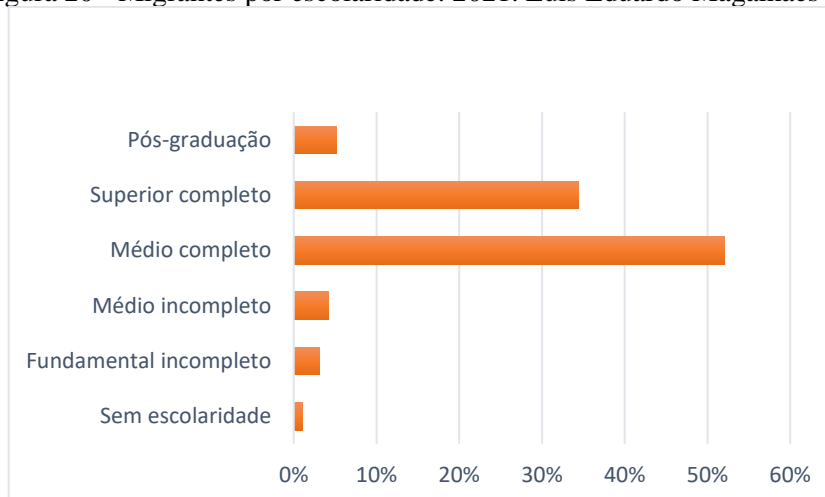
Figura 19 - Participação dos migrantes por faixa etária. 2021. Luís Eduardo Magalhães -BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Os migrantes questionados foram categorizados em função da escolaridade (Figura 20). Entre os pesquisados 52% possuem ensino médio completo e 35% têm ensino superior completo. Os demais obtiveram resultado inferior a 10%, sendo 5% com pós-graduação, 4% com ensino médio incompleto, 3% com ensino fundamental incompleto e apenas 1% informou não possuir escolaridade. Os dados retratam os bons índices educacionais dos migrantes, pois somente 7% das pessoas questionadas não completaram tanto o ensino fundamental quanto o médio, revelando um elevado grau de escolaridade, sendo mais da metade tendo concluído ensino médio e 40% com formação superior (considerando graduação e pós-graduação).

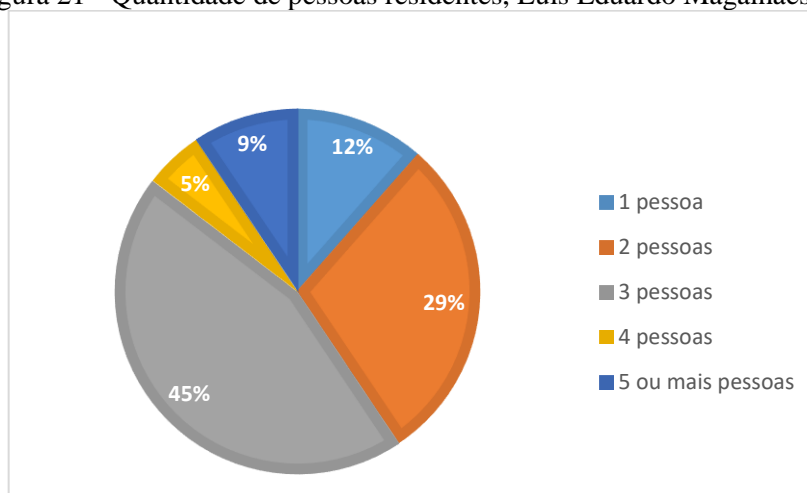
Figura 20 - Migrantes por escolaridade. 2021. Luís Eduardo Magalhães-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Outra pergunta colocada aos migrantes diz respeito a quantidade de pessoas que reside com elas, cujos resultados estão apontados na Figura 21. Cerca de 45% vivem com três pessoas, 29% com uma pessoa, 12% com duas pessoas, 5% com quatro pessoas e 9% com cinco ou mais pessoas. Assim como em Barreiras, foi perceptível em Luís Eduardo que boa parte dos migrantes possui cônjuge e de 2 a 3 filhos, em menor proporção formada apenas por casais e uma quantidade bem inferior de pessoas que compartilham residência com familiares de 2º e 3º graus (tias/tios/avôs/avós).

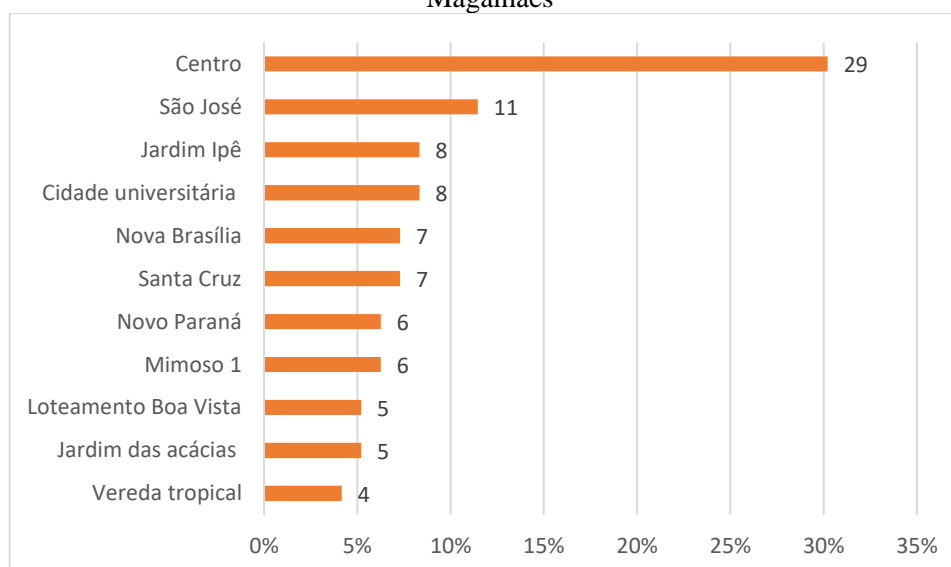
Figura 21 - Quantidade de pessoas residentes, Luís Eduardo Magalhães-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Outra informação levantada foram os bairros em que residem. Destaca-se que durante o preenchimento do questionário buscou-se diferentes locais com circulação e passagem de pessoas, como praças e centros comerciais. Os respondentes informaram 11 bairros diferentes de moradia: Cidade universitária, Jardim das Acácias, Mimoso 1, Santa Cruz, Centro, Loteamento Boa Vista, Jardim Ipê, Nova Brasília, São José, Vereda Tropical, Novo Paraná e Loteamento Jardim Paraíso (Figura 22).

Figura 22 - Quantitativo de migrantes participantes por bairro de moradia. 2021. Luís Eduardo Magalhães



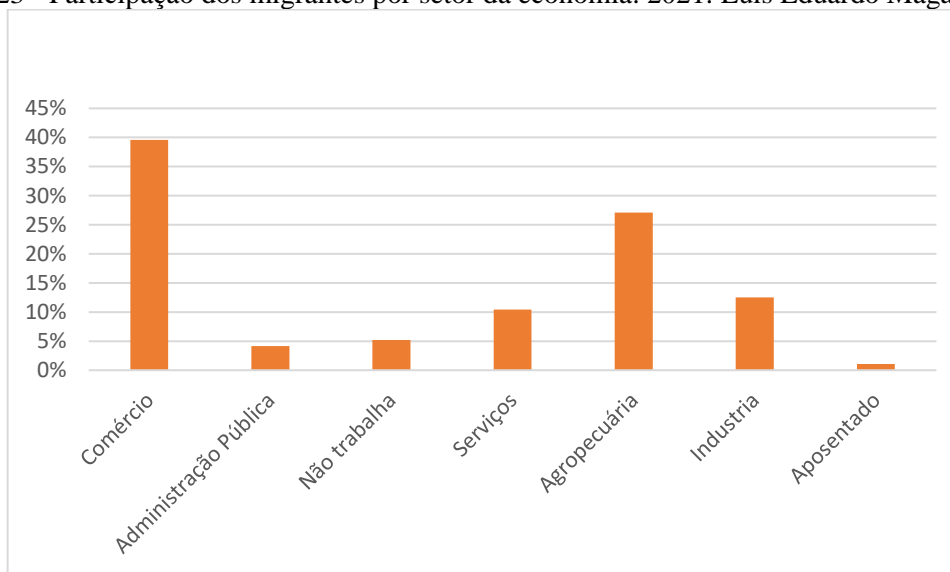
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Com isso obteve-se uma grande variedade de bairros e realidades dentro da própria cidade. Luís Eduardo Magalhães apresenta de um lado bairros como Santa Cruz e Mimoso 1,

com problemas de infraestrutura (saneamento básico e pavimentação asfáltica) e ocupadas por pessoas de baixa renda, e do outro lado bairros como o Jardim Paraíso, que concentra residências de alto padrão e localização privilegiada próximo a oferta de comércio e serviços da cidade.

Do ponto de vista socioeconômico, foi perguntado quanto ao setor ocupado pelos migrantes (Figura 23), predominando a participação no comércio com 40%, na agropecuária com 27%, ficando a indústria com 13%, os serviços com 10% e a construção civil com 7%. Entre os migrantes, 5% não trabalham, 4% atuam na administração pública e o 1% restantes representam aposentados. Com base nos valores relativos ao PIB municipal o comércio é a atividade que mais emprega, porém a participação da agropecuária, se comparada aos resultados de Barreiras, é maior justamente pelo tamanho da prática na atividade, mensuradas principalmente pela área plantada e colhida, conforme dados das Tabelas 1 e 4, apresentadas anteriormente.

Figura 23 - Participação dos migrantes por setor da economia. 2021. Luís Eduardo Magalhães-BA



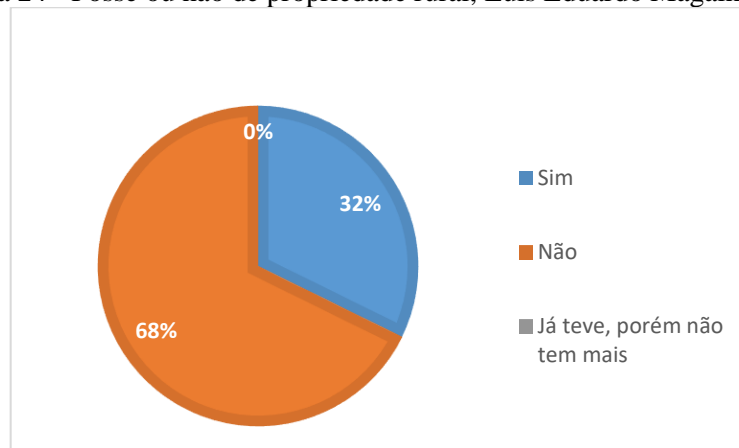
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Elaborado pelo autor.

Os dados de ocupação da população migrante em Luiz Eduardo Magalhães, que revelam a força empregatícia do comércio e da agropecuária, podem ser explicados por uma característica marcante assumida pelas “cidades do agronegócio”. No segundo caso, em decorrência do peso do setor agropecuário que lhes é peculiar, demandando mão de obra assalariada, e no primeiro caso, pela formação de um comércio diversificado que responde em parte pelas demandas da atividade agropecuária (comércio especializada em produtos agrícolas), mas, também, pelas demandas mais gerais e crescentes da população que cresce em patamares significativos, como verificado na Tabela 12.

Quanto a posse de propriedade rural (Figura 24), os migrantes que não possuem representam cerca de 68%, somente 32% possui alguma propriedade e não foi registrada nenhuma pessoa que já teve em algum momento uma propriedade, porém não possuem mais.

Figura 24 - Posse ou não de propriedade rural, Luís Eduardo Magalhães-BA



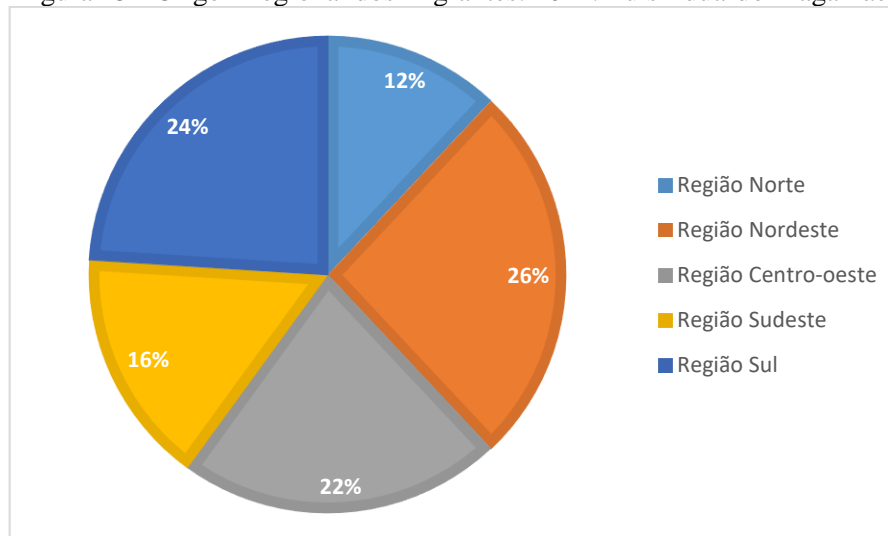
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Os dados trazem uma mudança para hábitos mais urbanos, em alguns casos foi relatada a saída das atividades agrícolas justamente pela competitividade em relação a grandes latifundiários e a pressão pela posse da terra, que acabaram gerando a mudança definitiva para a área urbana. Assim como, podemos relacionar que a maioria dos migrantes vai atuar como trabalhador assalariado, seja no comércio e serviços, seja na agropecuária, como mostra a Figura 23.

Em relação a naturalidade dos migrantes, houve uma grande diversidade de lugares relatados pelos migrantes, dentre os mais citados estão as cidades de Pérola-PR, São Luiz Gonzaga-RS Irecê-BA, Barreiras-BA, Ruy Barbosa-BA, Jardim-MS, Brejo Santo-CE.

Destacamos os números de origem dos migrantes quanto a distribuição por regiões do país (Figura 25). Notam-se a diversidade regional e o equilíbrio entre as regiões de origem dos migrantes, porém assim como apresentado anteriormente na tabela 14, o Nordeste teve mais respondentes, (26%), seguidos do Sul (24%) e Centro-oeste (22%), regiões que tiveram os resultados mais expressivos, muito por conta da busca por uma maior quantidade e disponibilidade de terras nas novas fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas nos cerrados, criando novas relações econômicas. Esse tipo de deslocamento se aproxima com as ideias de Singer (1980) relacionados aos fatores de atração e expulsão dos migrantes, que seriam atraídas pelas perspectivas de melhores oportunidades não disponíveis em seu local de origem e repelidas por fatores de estagnação, ligadas às dificuldades em se manter no campo e limitações na disponibilidade de terra, dificultando o crescimento da produtividade.

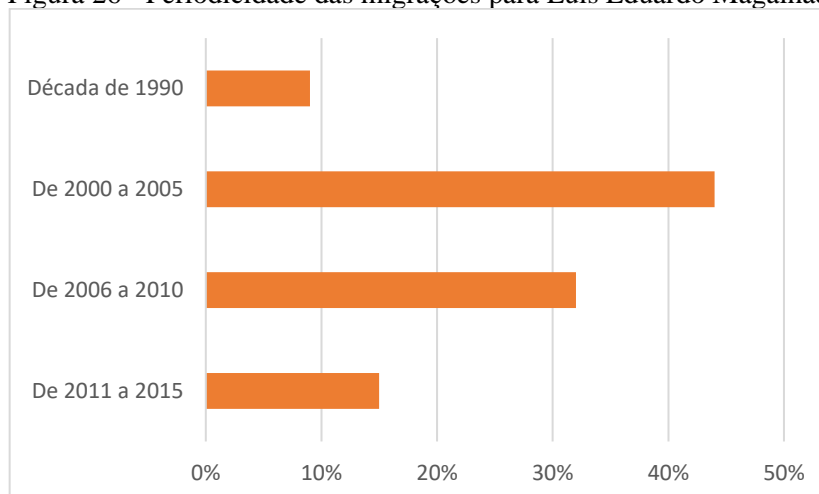
Figura 25 - Origem regional dos migrantes. 2021. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Quanto ao ano de mudança para Luís Eduardo Magalhães, a imensa maioria concentra-se entre os anos de 2000-2005, com cerca de 43%, 2006-2010 com 31% e entre 2010-2015 com 14%, os 8% vieram na década de 1990. Os resultados reforçam que o maior fluxo nos deslocamentos ocorreu após o momento de emancipação da cidade, dado que foi reforçado anteriormente em relação a faixa etária dos migrantes (Figura 19). Além disso, também fica perceptível a desaceleração no crescimento populacional, tendo como base as projeções populacionais, afetando também na redução do quantitativo de migrações a partir de 2006.

Figura 26 - Periodicidade das migrações para Luís Eduardo Magalhães

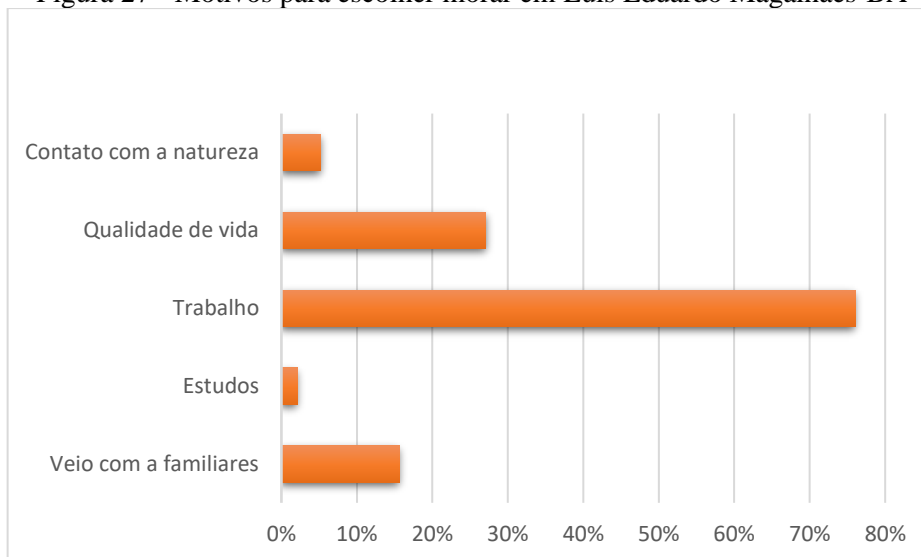


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

Em relação as motivações (Figura 27), a grande maioria veio em função de trabalho correspondendo a 76%, o fator qualidade de vida veio na sequência com 27%, 16% representaram as pessoas que vieram com seus familiares, o contato com a natureza representa 5% e os 2% restantes são de pessoas que vieram em função do estudo.

Os dados da Figura 27 mostram a centralidade e a expressividade do trabalho como condicionante para os fluxos migratórios destinados à cidade de Luís Eduardo Magalhães (mais de 70% dos migrantes). Esta constatação nos permite dialogar com as ideias de Gaudemar (1976), que centrou sua reflexão sobre a mobilidade da força de trabalho, considerando que o fenômeno migratório promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador com o objetivo de explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. Trata-se, portanto, de um processo que se insere na lógica de reprodução do capital e do desenvolvimento das forças produtivas. Sayad (1998) considera fundamental o papel do trabalho na dinâmica de inserção social do migrante, pois, o movimento migratório se justifica pela busca melhores condições de vida em um lugar distinto de sua origem (neste sentido 22% apontaram a qualidade de vida como motivador da migração).

Figura 27 - Motivos para escolher morar em Luís Eduardo Magalhães-BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

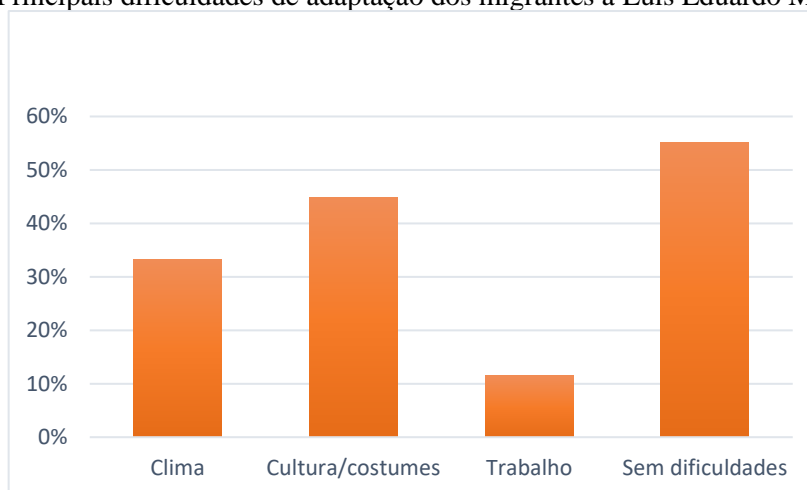
Elaborado pelo autor.

Com base no local de trabalho, buscou-se saber se as pessoas trabalhavam na mesma cidade em que residem. O resultado indicou que 76% das pessoas trabalham em Luís Eduardo Magalhães, 5% das pessoas informaram que estão desempregadas e 24% não trabalham na cidade em que residem, sendo 4% destes trabalham em outra cidade (migração pendular) e os 96% restantes trabalham na zona rural de Luís Eduardo Magalhães. Os dados demonstram

que as atividades econômicas assalariadas se concentram no meio urbano, conforme as informações apresentadas anteriormente na tabela 12 e ratificados figura 23. Além disso, por conta da forte presença do setor agrícola nos setores da economia, há uma relação dos migrantes com a zona rural, tanto pelas atividades desempenhadas, quanto pela adoção de costumes similares ao campo.

Quanto ao processo de adaptação, 65% dos migrantes buscaram morar próximos a outros conterrâneos, isso se justifica inclusive para formação de bairros como Novo Paraná e Nova Brasília, fazendo alusão as cidades de origem desses migrantes, no qual foram se reunindo e constituíram-se na estruturação de um bairro. Esses resultados contribuíram no processo de adaptação à cidade, sobretudo em decorrências das poucas dificuldades enfrentadas para adaptação ao chegar em Luís Eduardo Magalhães (Figura 28).

Figura 28 - Principais dificuldades de adaptação dos migrantes a Luís Eduardo Magalhães-BA<sup>7</sup>



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

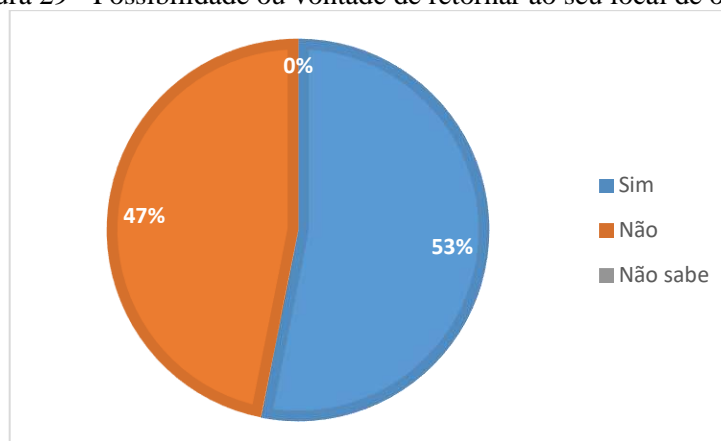
Alguns migrantes que vivem em Luís Eduardo Magalhães enfrentam dificuldades de adaptação a nova cidade, conforme dados mostrados na Figura 28. A principal dificuldade apontada pelos pesquisados foi em relação à cultura/costumes, cujos números atingiram 44,8%. Importante lembrar que esta cidade recebeu significativo contingente populacional de outras regiões brasileiras, que, conforme dados da Tabela 14 revelaram o patamar de 21,20%. Em um país com enorme dimensão territorial e que apresenta uma grande diversidade cultural, certamente encontramos um choque de culturas, costumes e valores que desafiam os migrantes. A dimensão territorial também repercute na diversidade climática do território brasileiro. Se considerarmos que parte dos migrantes são oriundos das regiões Sul e Sudeste, conseguiremos explicar que 33,3% dos migrantes apontaram como dificuldade de adaptação

<sup>7</sup> Os respondentes tinham a possibilidade de escolher mais de uma opção dentre as dificuldades de adaptação.

as condições climáticas do Oeste baiano.

Por fim, destaca-se a possibilidade de retorno ao local de origem (Figura 29) e vantagens para permanecer em Luís Eduardo Magalhães. Aproximadamente 53% tiveram oportunidade e/ou vontade de retornar a sua cidade de origem, já os 47% restantes não puderam retornar, porém, aqueles que optaram por ficar o fizeram justamente por estarem adaptados e gostarem da cidade, além da presença familiar e as oportunidades geradas pelo crescimento urbano.

Figura 29 - Possibilidade ou vontade de retornar ao seu local de origem



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.  
Elaborado pelo autor.

A utilidade da análise das características dos migrantes em termos socioeconômicos e demográficos além de permitir uma visão qualitativa do fenômeno, mas também possibilita entender a forma como as especificidades do processo de ocupação territorial acabam influenciando no perfil da migração.

Os resultados e perspectivas apontados pelos dados mostram que Luís Eduardo Magalhães se tornou uma área de atração migratória e de alta circulação de população. Para tanto, o aumento da participação econômica do setor agrícola tem aumentado seu poder de absorção, se comparado a outros centros urbanos regionais tradicionais, que tem passado por alterações, fruto do processo de modernização e transformação da estrutura econômica regional.

Em termos demográficos, as especificidades dos processos de ocupação e emancipação do município refletiram na composição etária e familiar dos migrantes. No que tange ao perfil socioeconômico, os migrantes concentraram-se com bons níveis de escolaridade, que apresentavam uma base produtiva mais diversificada e fortemente voltada às atividades do setor terciário.

Dessa forma, as tendências que já vinham se configurando após a emancipação mantiveram-se na década de 2010, indicando uma nova etapa para a Luís Eduardo Magalhães. Passado o momento de intensa ocupação, a cidade terá que enfrentar novos desafios, como tentar mitigar os impactos causados pelo avanço do cultivo de grãos e pela concentração de terras, assim como os problemas causados pelo processo de urbanização, no que se refere a criar condições de absorver os migrantes e excedente gerado na zona rural dos pequenos e médios proprietários rurais que resistiram a pressão dos latifundiários.

A partir do perfil obtido pelas respostas dos questionários pudemos extrair certas similaridades e interesses dos entre os migrantes de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. O processo de expansão da fronteira agrícola brasileira teve nos cerrados baianos seu grande espaço de materialização, em que as formas assumidas para a ocupação dos espaços foram, em grande medida, baseadas em projetos de colonização e assentamentos agrícolas envolvendo, famílias em grande parte, de chefes migrantes do tipo “casal com filhos”.

Além disso, as origens variam de cidade para cidade, embora perceba-se que as principais origens dos imigrantes são da região Sul, Centro-Oeste do país e, em casos específicos, até mesmo algumas cidades do próprio estado e da própria região, esta composição é diversificada, espelhando processos específicos de cada cidade.

Em suma, mais do que nos atentarmos somente aos dados, o objetivo foi demonstrar como os migrantes foram se estruturando nas cidades. O acúmulo de serviços faz com que as cidades se transformem e passem a receber diversos tipos de migrantes, concentrando a população e investimentos para a reorganização do território. O resultado é uma geração de riqueza cada vez mais concentrada, assim como da pobreza cada vez mais difundida, gerando um espaço fragmentado.

Portanto, considera-se que os dados apresentados nessa seção deixam claro a relação entre o comportamento migratório nos cerrados baianos e as principais transformações em sua estrutura econômica e, particularmente, no processo de ocupação espacial. A seguir, detalha-se um pouco mais a situação de cada uma das cidades, buscando identificar especificidades em seus comportamentos migratórios, em relação aos rebatimentos espaciais.

## 4 (RE)ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS CERRADOS BAIANOS

Um dos objetos de estudo da geografia é a sociedade e sua objetivação ocorre por meio de sua organização espacial. A organização espacial é o modo geográfico de analisar totalidade social, mas também é um fenômeno da sociedade, configurando-se como um objeto, uma materialidade social, isto é, a própria sociedade espacializada (CORRÊA, 2003).

Segundo Corrêa (2003), a análise geográfica se dedica ao estudo da organização espacial por meio de suas abordagens escalares. A primeira abordagem, numa escala urbano-regional, analisa a cidade como centro regional. Neste caso analisa-se o papel do comércio na articulação e na criação de uma rede de cidades, configurando uma divisão inter-regional do trabalho. A segunda abordagem considera a cidade como espaço urbano, ou seja, numa escala intraurbana. Este enfoque permite-nos observar as manifestações do comércio no espaço urbano, produzindo formas e funções urbanas, hábitos, enfim, organizado o espaço interno da cidade. Adotaremos a segunda abordagem para compor as análises que serão abordadas ao longo do capítulo.

Neste capítulo, buscaremos discutir inicialmente os elementos teóricos no processo de organização espacial, analisando os processos endógenos que compõem a dinâmica urbana. Em seguida, busca-se compreender o processo de (re)produção do espaço urbano e a ação dos agentes importantes na conformação do espaço urbano das cidades objeto desta investigação. Por fim, pretende-se compor o cenário atual e as transformações urbanas produzidas tanto em Barreiras quanto em Luís Eduardo Magalhães, destacando a segregação socioespacial (bairros periféricos *versus* condomínios privados), os sinais crescentes da verticalização, as condições de infraestrutura urbana e a coesão espacial dos estabelecimentos comerciais de equipamentos e insumos agrícolas.

### 4.1 (Re)organização espacial e transformações intraurbanas

O espaço é produto e condição da dinâmica socioespacial. De acordo com Santos (1979), há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo.

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, [...] a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. [...] Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar

as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, pp. 42-43).

Nesse sentido, Santos (1979) advoga que o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e de distribuição. A urbanização é resultado de conjunto de tais processos historicamente determinados como localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais.

O espaço geográfico é considerado neste estudo como uma produção social, partindo da compreensão de que este é base que possibilita a manutenção e o desenvolvimento da atividade humana, que ocorre mediante as transformações geradas no processo histórico, e que o homem age para atender as suas necessidades, as quais se diferenciam no decorrer do tempo histórico e do espaço geográfico (CARLOS, 2007).

O modo de produção capitalista apresenta em sua essência a desigualdade como condição para a sua manutenção, sendo que as relações sociais ocorrem atendendo a lógica da acumulação do capital. Mesmo que cada parcela do espaço apresente suas particularidades, este é utilizado de modo a garantir o interesse geral para efetivar a acumulação do capital, definindo como e por que ocorre a produção do espaço.

Mediado pelo trabalho, o homem vai produzindo o espaço para satisfazer seus interesses, o que permite verificar que a produção espacial é dinâmica e se encontra em constante transformação, possibilitando a compreensão de que “[...] o espaço é também a história de como os homens, ao produzirem sua existência, fazem-no como espaço de produção, de circulação, da troca, do consumo, enfim, da vida” (CARLOS, 2007, p. 36).

Os processos sociais e tecnológicos modelam o espaço de acordo com os sistemas de objetos e ações incorporados que vão dando lugar a outros sistemas que gerarão uma nova organização do espaço. Esses sistemas desempenham um papel de fluxos na organização espacial e isso revela uma abordagem histórica e geográfica. Conforme Santos (1979), os fluxos podem ser compreendidos através dos circuitos inferior e superior. O fluxo do sistema superior é formado pelos negócios bancários, indústria, transporte e comércio, enquanto o inferior está relacionado aos mecanismos de fabricação como o varejo.

Além dos sistemas, segundo Moreira (1985), a existência das relações humanas é garantida por meio do trabalho. Com isso, a organização espacial é a própria sociedade materializada, no qual o trabalho realizado pelos seres humanos converte a natureza em objetos que sejam adequadas as suas necessidades. Portanto, a relação trabalho-homem beneficia a produção de relações socioespaciais.

Inerente ao processo de organização do espaço social estão às questões ambientais, fundamentais para compreender o contexto atual. Não é possível entender este processo sem pensar que as relações de trabalho ocorrem visando lucro, com isso a natureza se transforma em mercadoria e, por consequência, a destruição da natureza torna-se parte integrante do processo, a medida em que o capitalismo se intensifica e se internacionaliza.

[...] Como o processo de trabalho é uma relação homem-meio apontada para o lucro pela via da produção de mercadorias de baixo custo, a relação é de depredação. A destruição e degradação da natureza que realiza o trabalho capitalizado intensificam-se com o aprofundamento da divisão capitalista de trabalho e sua internacionalização. (MOREIRA, 1985, p. 77).

Para Corrêa (2003), a expressão organização espacial possui vários sinônimos, como: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço. O autor conceitua organização espacial como um conjunto formado de objetos fixos ou formas espaciais distribuídas ou organizadas sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica, logo, ela pode ser entendida como a segunda natureza, sendo a natureza primitiva que foi transformada pelo trabalho social.

A “[...] reprodução ampliada do espaço é uma expressão espacializada do processo da reprodução ampliada do capital” (CORRÊA, 2003, p. 61). As relações socioespaciais não podem ser entendidas, sem compreender a dependência dessas relações ao modo capitalista de produção. O espaço reflete a forma de produção e o consumo dos bens materiais pela sociedade.

[...] a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORRÊA, 2003, p. 56).

A organização espacial é, para Corrêa (2003), fruto da própria necessidade de reprodução da sociedade, visto que o espaço social/geográfico é formado pelos objetos produzidos pelo trabalho social, e estes, por sua vez, viabilizam a reprodução da sociedade. Sendo o trabalho o responsável pela produção do espaço social/geográfico, não podemos deixar de considerar como o modo de produção capitalista acontece dependente do capital. Além disso, o Estado participa e legitima as ações do capital. Neste sentido os poderes econômico e político são os principais agentes produtores/organizadores do espaço social/geográfico no modo de produção capitalista.

Organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (CORRÊA, 2003, p. 61).

O espaço urbano tem sua produção ligada aos interesses dos agentes produtores do espaço. Tomando como base que as transformações e a apropriação do espaço são determinadas pelos agentes, na medida em que tais relações vão sendo modificadas, o espaço é simultaneamente produzido, variando de acordo com as condições materiais, históricas e sociais construídas em cada período. Por isso, a produção do espaço está relacionada às relações sociais construídas ao longo do tempo no desenvolvimento da existência humana

A ação dos agentes de produção do espaço urbano responde pelas transformações promovidas nas cidades, orientadas por uma série de decisões ligadas à regulação dos espaços, na medida em que a produção e o consumo do espaço significam uma de reserva de valor.

A separação entre homem e natureza, valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano, transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais volatilizando relações sociais e gerando individualismo (CARLOS, 2007, p. 50).

O espaço urbano, segundo Carlos (2007), é o meio que possibilita o desenvolvimento das atividades, das relações e das manifestações humanas, geralmente produzidas, a partir de intervenções de diferentes agentes em função dos seus interesses e que refletem as desigualdades existentes na sociedade. Esse espaço pode ser produzido através das ações desses agentes, sejam eles individuais ou coletivos, públicos ou privados.

Segundo Corrêa (2012), os agentes podem ser os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os principais agentes da organização do espaço são os proprietários fundiários e o Estado. A ação de ambos não se verifica de maneira constante no espaço e no tempo, possuindo diversas estratégias de ação nas dimensões econômica, política e ideológica, refletindo na realidade social exploratória e excludente dos centros urbanos brasileiros.

A ação do Estado como agente produtor do espaço urbano deixa aberta várias possibilidades de atuação na organização da cidade pelo número de papéis que pode cumprir. Ele pode, ao mesmo tempo, ser um promotor fundiário, já que tem sob seu controle as terras públicas, pode ser um promotor imobiliário, na medida em que proporciona meios para

implantações de habitações, como também provedor das infraestruturas e regulamentação do uso do solo, sendo alvo das ações dos grupos sociais que reivindicam a disponibilidade dos serviços públicos.

Nesse contexto, os promotores imobiliários buscam as melhores localizações para valorização dos seus imóveis e com isso render maiores resultados. A especulação imobiliária acaba sendo um dos mecanismos para induzir essa valorização, em que muitos espaços ociosos da cidade não cumprem sua função social, conforme indica o Estatuto das Cidades, ficando à espera da valorização a partir do investimento em infraestruturas urbanas e criação da oferta de serviços.

No que se refere aos agentes do setor imobiliário, as formas de moradia nas cidades do agronegócio revelam a presença espacialmente concentrada da produção conduzida pelo setor privado, reunindo promotores imobiliários e a construção civil em duas localizações, na área central e nos bairros pericentrais, e ao longo de eixo de segregação, corroborando o papel estruturante do sistema viário no processo de segregação residencial apontado por Villaça (1997).

Paralelamente à atuação dos promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção também necessitam de terrenos estrategicamente localizados e que satisfaçam as condições de seus negócios, em locais estruturados e que facilitem o consumo para atender a multiplicidade de funções da cidade como a serviços, comércio e lazer.

O Estado interfere na produção do espaço urbano por meio do provimento de infraestruturas, além de ser responsável pelo controle urbanístico da cidade. O Estado tem papel fundamental para criação das condições gerais da sociedade e da produção e vida. Porém, as intervenções do capital privado em detrimento do público vêm transformando os grupos sociais excluídos como coadjuvantes do processo, a cidade tem se tornado um espaço de segregação e fragmentação socioespacial. A ação e investimento em políticas públicas são adotadas como uma estratégia para diminuir as tensões das classes sociais, muitas vezes excluídas do processo de construção, acesso e direito à cidade.

Outra contribuição do autor acerca do conceito de organização espacial se refere à relação entre forma-função-estrutura-processo, categorias que permitem a compreensão da totalidade social e sua espacialização.

No estudo da organização espacial é possível considerar conjuntamente quatro categorias analíticas do espaço (SANTOS, 1985), pois ao considerar alguma das categorias isoladamente conseguimos apenas realidades parciais. Corrêa utiliza estas categorias propostas por Milton Santos como arcabouço teórico de sua reflexão sobre o conceito de

organização espacial. Dessa forma, Corrêa (2003) define: (1) a forma como os aspectos visíveis, exteriores de um objeto, e também o arranjo de um conjunto de objetos, que passam a constituir um padrão espacial; (2) a função corresponde à tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado por um objeto; (3) a estrutura refere-se ao modo como os objetos estão organizados e a maneira como estão inter-relacionados; e (4) o processo é a estrutura num movimento de transformação, visando um resultado e implicando em tempo e mudança.

Segundo Santos (1985), sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções. Para ele, os conceitos de forma, função, processo e estrutura, considerados em conjunto e relacionados entre si, poderão servir para a compreensão da organização espacial em sua totalidade.

Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças (SANTOS, 1985, p. 53).

Castells (2014) afirma que a forma das cidades, a sua evolução e as suas funções vão depender do tipo de processo social que está subjacente a esta e, nesse processo, estão incluídos os processos espaciais. O autor exemplifica a existência de uma casa, por exemplo, constituída como uma forma. A residência em relação a um bairro ou uma cidade variaria apenas a escala, mas todas constituiriam em formas.

No modo de produção capitalista, as formas de uso e exploração da força de trabalho estiveram historicamente articuladas com as formas de uso e ocupação do espaço. Submetidos à lógica de acumulação ampliada do capital, tanto o trabalho quanto a terra, de modos diferenciados, foram destituídos do seu sentido original e das funções constitutivas de sua essência, devido aos processos de expropriação que estão na base deste modo de produção.

Consequentemente, existe o acúmulo de formas espaciais herdadas, que possuem uma origem ligada a outros propósitos do passado, mas que permanecem no presente por terem sido adaptadas às necessidades atuais. Milton Santos (1979) denomina as formas herdadas do passado de rugosidades. Essas formas apresentam uma funcionalidade econômica ou um valor simbólico que justifica a sua permanência. Segundo Corrêa (2003, p.71) pode-se dizer que as formas espaciais atuais também condicionam o futuro da sociedade, pois representam sua reprodução social.

A função já implicaria numa tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, passa a possuir um aspecto exterior, também visível, a forma, e desempenha uma atividade, a função. A estrutura se relacionaria à maneira como os objetos se organizam e como se relacionam entre si. Seria, ainda segundo Corrêa (2003), a natureza social e

econômica de uma sociedade em um recorte de tempo. A estrutura espacial de um dado lugar é o resultado da interação de várias estruturas que subsistem indissociavelmente

A estrutura espacial seria uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 1985, p. 17).

No momento que há uma transformação na estrutura social, conseqüentemente, ocorre também mudanças no espaço urbano, podendo-se falar na existência de processos espaciais. Os processos espaciais são os elementos mediadores que viabilizam meios para os processos sociais transformarem o espaço geográfico. Nesse sentido, Santos (1985) reforça a ideia de que os processos espaciais são de natureza social, através do movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade.

O processo produtivo é a base para compreender a dinâmica que existe na produção do espaço. Para que ocorra a produção, distribuição, circulação e consumo, entre outras coisas, é necessário, produzir o espaço de forma a garantir a realização de cada etapa do ciclo do capital. E à medida que estas vão se estabelecendo com o desenvolvimento das relações sociais e da diversificação da divisão social e territorial do trabalho, o espaço é produzido para garantir a efetivação de cada um em sua totalidade, sendo construídas as formas necessárias, ou simplesmente apropriando-se das condições já existentes para que isso ocorra.

A dinamicidade do espaço amplia a possibilidade de acumulação em escala global, para isto, utiliza as condições que lhe forem mais adequadas, a fim de alcançar este intuito, ao mesmo tempo em que produz aquelas que são necessárias, mas ainda não existem, desde as condições materiais, que podem ser observadas no espaço, até as sociais, evidenciadas na disponibilidade do trabalhador (HARVEY, 2006).

Desse modo, o estudo do processo se faz necessário na medida em que se busca entender a produção das formas, isso acaba por facilitar a compreensão das funções por elas exercidas. Nesse sentido a estrutura se constitui numa ferramenta que evidencia como o espaço e o tempo não podem se separar. Em relação aos tipos de processos espaciais, iremos discorrer sobre os seguintes processos: coesão, fragmentação e segregação.

O processo espacial de coesão está relacionado com a tendência de especialização e concentração de certas atividades em uma determinada área da cidade. Esse processo busca atrair os consumidores, além de possibilitar uma complementaridade entre algumas atividades, como bancos e sedes de companhias de firmas. Esse processo está relacionado

com as economias de aglomeração que podem ser geradas por meio do conjunto de atividades espacialmente coesas (CORRÊA, 2003).

A malha urbana torna-se um dos principais determinantes do movimento e do fluxo de pessoas em um dado espaço urbano poderá permitir, forçar ou limitar comportamentos e desenvolvimento de atividades específicas em um determinado espaço público. A integração de um espaço em relação a todos os demais espaços de um sistema urbano é um aspecto fundamental para a promoção da interação entre pessoas de diferentes grupos sociais.

A fragmentação é outro processo que se expressa pela própria matriz da sociedade de classes na qual alguns grupos privilegiados são beneficiados pelos investimentos em infraestrutura e serviços e os grupos formados pelos trabalhadores são impossibilitados de ter acesso a essa mesma infraestrutura e serviços. A lógica da fragmentação material das cidades é a existência das disparidades no mesmo cenário, onde há de um lado bairros de luxo, mansões, parques e saneamento básico para poucos e do outro favelas, transporte público precário, lixões e esgoto a céu aberto para muitos outros.

Mas, a fragmentação vai além das diferenças físicas e sociais,

[...] a fragmentação [...] é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas [...] agora, novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 305).

Segundo as autoras, a fragmentação tende a alterar as unidades territoriais que constituem o complexo mosaico que caracteriza o espaço de atuação da corporação, estabelecendo unidades cada vez menores. No processo de fragmentação a corporação elege primeiramente os lugares que apresentam maior potencial face à natureza das unidades a serem implantadas.

No contexto de novas expressões de multi e policentralidades urbanas, uma segunda dinâmica vincula-se à realização de novas práticas espaciais voltadas ao consumo segmentado do espaço urbano. Tais dinâmicas explicitam características da fragmentação socioespacial que perspectivam rebatimentos, relativos à manutenção das segregações socioespaciais. Além disso, a fragmentação socioespacial não é mais um processo exclusivo às cidades metropolitanas, mas também passaram a se processar e com características próprias em cidades médias

De acordo com o Sposito (2013), o processo de segregação socioespacial se amplia e se transforma em fragmentação socioespacial. A autora parte do conceito de segregação,

identificando suas possibilidades e limites, passando pela discussão sobre a multidimensionalidade do conceito, a partir da discussão de centralidade urbana. A segregação se manifesta pelo modelo residencial, na medida em que novos centros e centralidades são produzidos nas cidades.

[...] para se compreender a realidade contemporânea, não apenas nas metrópoles, mas em cidades de diferentes portes e que têm níveis diversos de complexidade na combinação de seus papéis urbanos, pode-se falar de um processo que não é mais apenas de segregação socioespacial, nela incluída as iniciativas de autosegregação. Trata-se de aprofundamento das desigualdades, negando as possibilidades de diálogo entre as diferenças, o que justifica a adoção da noção de fragmentação socioespacial [...]. (SPOSITO, 2011, p. 142).

Para a autora, pensar a segregação exige identificar que um processo mais amplo se manifesta nas cidades, que é a fragmentação socioespacial, a autora entende que a segregação deve ser analisada a partir do cruzamento entre as dimensões espacial e temporal, principalmente em termos de mobilidade, um papel de orientação do processo de fragmentação socioespacial.

No âmbito deste trabalho será considerada a segregação socioespacial, especialmente no que diz respeito à segregação residencial, como um processo referente ao desenvolvimento urbano desigual que se configura nas cidades, fruto da própria dinâmica estruturante da produção do espaço. De um lado, a população com elevado poder aquisitivo se apropria das melhores áreas da cidade, dotadas dos melhores serviços de infraestrutura e do outro, predomina os assentamentos da população de baixa renda nas áreas carentes de serviços urbanos.

Segundo Sposito (2004), nas cidades médias a expansão urbana também começa a ser orientada pela lógica da reprodução do capital, através da construção de apartamentos e condomínios em locais com melhor infraestrutura, somada a tendência de construções habitacionais para as populações mais pobres nas periferias urbanas das cidades. Proporcionado pelo poder público e em parceria com os agentes privados, esse processo intensificou as relações urbanas e a formação de periferias. Considerando as construções dos empreendimentos voltados para classe média e alta nos últimos tempos, percebe-se uma tendência nas suas localizações que tem contribuído para formação de novas centralidades para a cidade média.

Muitos autores trabalham periferias apenas sob a ótica da pobreza, porém, hoje temos uma nova configuração de espaço com condomínios fechados de classe média e alta, praças bem equipadas, áreas verdes, próximos as ruas e avenidas principais, que foram se instalando

nos bairros periféricos e transformando algumas periferias.

Villaça (1997), em grande medida, alinha-se às argumentações de Castells (2014), pois ambos reconhecem à tendência de segregação por setores, regiões ou grandes áreas, considerando a realidade dos espaços urbanos no contexto da luta de classes atribuída às lógicas do modo capitalista de produção.

Com a expansão urbana da cidade para espaços vazios e, principalmente, para os locais estratégicos, próximos a vias e rodovias, algumas periferias foram se reestruturando com a ação de agentes imobiliários que viram nesses espaços a proximidade da mão de obra barata e de locais centrais e estratégicos, área ambiental com potencial para marketing imobiliário e arrecadação de maior lucro na venda de moradias, além de potencial para instalação de indústrias. Esses fatores contribuem para que tenhamos periferias com diferentes organizações, estruturas e equipamentos urbanos que produzem diferentes paisagens nos espaços periféricos.

Villaça (1997) aborda o conceito de diferenciação de áreas considerando os espaços urbanos ocupados pelas classes de alta renda, no qual tendem de que se estabeleça uma forte homogeneidade interna nos setores urbanos sem considerar, no entanto, as características e funcionalidades dos espaços residenciais ou a presença de continuidades e descontinuidades, a partir do processo de segregação socioespacial.

A dimensão socioeconômica de produção do espaço urbano torna-se, portanto, fundamental para o entendimento da diferenciação de áreas, como a baseada na ideia de centro *versus* periferia, processos pelos quais, inicialmente, se reproduziram áreas periféricas distantes do centro espaço urbano, uma segregação imposta e, mais recentemente, a autosegregação, com novas lógicas de ocupação de grandes equipamentos comerciais e de serviços (CORRÊA, 1989; SPOSITO, 2004).

Nesse sentido, a segregação imposta e a autosegregação em áreas localizadas, para mitigar o processo de diferenciação de áreas, mas também para alterar a representação socioespacial de bairros periféricos, como locais de concentração voltados somente para a população mais pobre (SPOSITO, 2004). Esse redimensionamento do processo de segregação socioespacial em autosegregação e segregação imposta contempla um duplo papel:

[...] o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte (dos grupos dominantes) e o de um meio de controle [socioespacial por estes mesmos grupos] sobre os outros grupos sociais [...]. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, [...] papéis impostos (pelos grupos dominantes que precisam) controlar um grande segmento da

sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção (CORRÊA, 1989, p. 64).

Portanto, a segregação imposta e autosegregação se distinguem, a partir do tipo de separação que estabelecem. Com base na citação anterior e nas ideias de Corrêa (1989, p. 65), os agentes de produção do espaço urbano, sobretudo, o poder público, empreendedores imobiliários e proprietários de terras podem induzir um maior nível de autosegregação (envolvendo ações relativas à ocupação de espaços autosegregados, como os loteamentos fechados e condomínios verticais) e de segregação imposta (pelas dinâmicas de produção e de ocupação de espaços segregados áreas consolidadas), ocasionando impactos no nível de articulação e interdependência entre os agentes que compõem a cidade.

Na fase atual do capitalismo, as grandes corporações multifuncionais desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Este controle constitui-se em um dos meios através dos quais a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção.

A gênese dos primeiros núcleos do Oeste baiano está intimamente relacionada com o processo de ocupação dessa região, marcada pela prática agropecuária, sendo a fazenda o embrião de grande parte dessas nucleações. Nesse sentido, o modo de ocupação e de penetração no território garantiu a contiguidade do povoamento, controlado pelas pioneiras oligarquias rurais.

A organização socioespacial do Oeste baiano se refletiu em sua embrionária rede de vilas, no final do século XIX, que, por suas características peculiares, apresentou-se de uma maneira simples, com baixa conectividade entre seus núcleos, resultado de concentração fundiária e forma espacial herdada do período colonial, com circulação vinculada aos caminhos fluviais junto à finalidade do abastecimento do mercado interno.

Destacam-se, nesse processo, às novas e especializadas territorialidades emergentes ligadas aos setores do agronegócio globalizado na fronteira agrícola do Cerrado Baiano. No entanto, como veremos, para além do crescimento econômico proliferaram em todos os lugares da região, territórios de precariedade, instabilidade, pobreza e exclusão social.

As cidades do agronegócio passam a ser um mosaico de interações, devido ao estabelecimento de uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho. Nas cidades do agronegócio convivem dois tipos de migrantes: os que possuem condições de consumo e cuja infraestrutura urbana é feita para seu usufruto; e os excluídos do consumo moderno migrantes expulsos do campo pela modernização agrícola ou provenientes das áreas mais pobres do

território brasileiro, que alojam nas áreas periféricas e aumentam o número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais. (FREDERICO, 2011, p. 19).

Neste sentido, de acordo com as ideias do autor, pode-se verificar que a acentuada desigualdade social existente no Oeste baiano nada mais é do que uma consequência do modelo econômico voltado para o agronegócio, uma vez que a concentração de capital ocasiona uma ampla disparidade social, que se torna visível à medida que se observa a heterogeneidade social da população nos bairros das cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, quando se compara o desenvolvimento destas cidades em relação às demais que compõem o Oeste da Bahia.

A precariedade de um território pode ser explicada a partir de diversos fenômenos gerados pela desigualdade social, tais como: acesso a infraestrutura básica (moradia, redes de água, luz, esgoto e comunicações, por exemplo), educação saúde, má gestão pública e má distribuição de renda, que na maioria dos casos é gerada pela concentração do capital.

No caso do Oeste baiano, o rápido avanço do agronegócio culminou no êxodo rural, e em intensos fluxos migratórios direcionados principalmente para os três municípios considerados polos agroindustriais, reconfigurando, desde então, uma nova dinâmica populacional urbana nas cidades que antes possuíam um contingente de habitantes relativamente baixo.

Diante da capacidade de construir e reconstruir com o trabalho, o espaço é produzido à medida que existe uma determinada demanda. Criam-se, portanto, condições infraestruturais e sociais para supri-las, de acordo com a lógica do modo de produção. Com o capitalismo se observa a produção destinada a garantir a acumulação do capital de forma cada vez mais intensa.

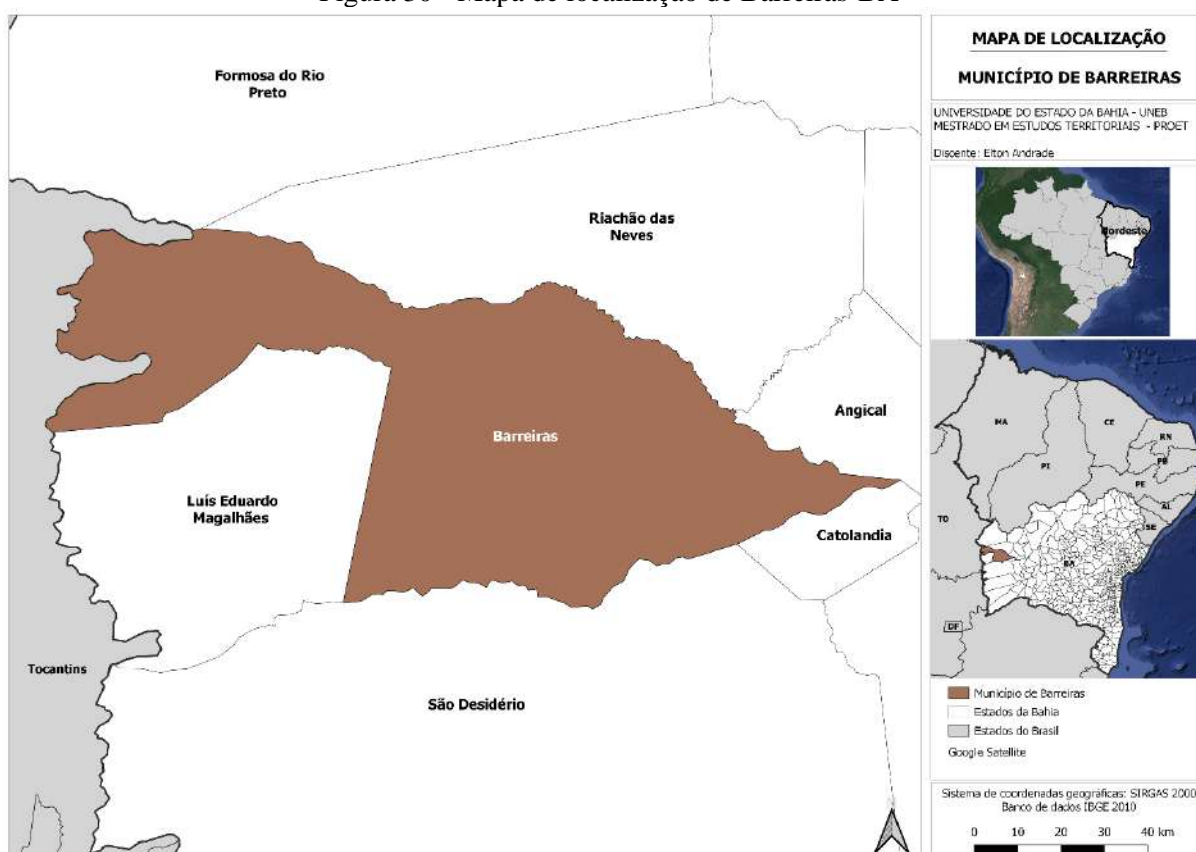
As cidades passaram a acomodar um expressivo número de pessoas, gerando um crescimento urbano excludente, que resultou na formação de periferias nas cidades agroindustriais. Esses desdobramentos no espaço urbano serão detalhados nas seções seguintes com os casos de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

## 4.2 Barreiras: capital do Oeste

O município de Barreiras está localizado Oeste baiano (Figura 24), possui uma área de 7.859,128 km<sup>2</sup> e faz fronteira com os Municípios de Angical, Catolândia, Riachão das Neves, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e no estado do Tocantins os Municípios de Novo Jardim e Ponte Alta do Bom Jesus. O maior e mais importante município da região, Barreiras tem sua emancipação consolidada na segunda metade do século XIX (no ano de 1891), porém, o período de maior dinâmica econômica e demográfica do município ocorreu a partir dos anos finais da década de 1970, pois em função do processo de reestruturação produtiva avançaram as atividades de caráter agroexportador e, conseqüentemente houve intensificação no fluxo de capital e população para a cidade.

Observando o cenário urbano do Oeste da Bahia, diante do processo histórico de reestruturação produtiva, a primeira cidade a se destacar foi Barreiras, que passou de uma cidade local sem expressão econômica para a condição de principal centro urbano da região agrícola, concentrando as atividades mais importantes no que se refere ao consumo produtivo, ocorrendo uma reorganização de seu espaço intraurbano, para se tornar uma cidade do agronegócio.

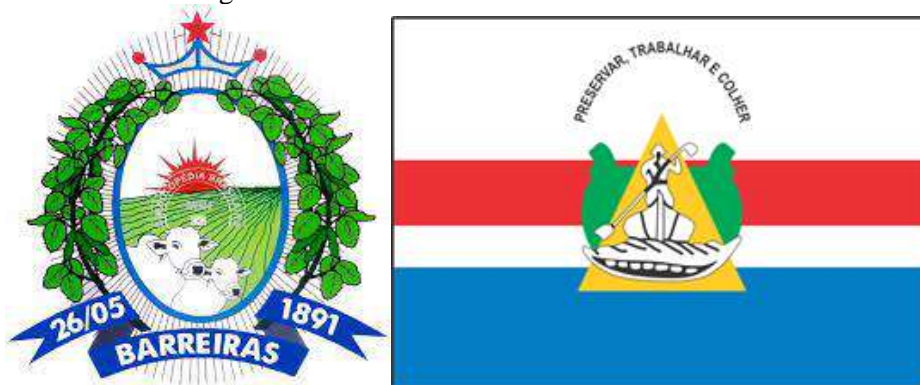
Figura 30 - Mapa de localização de Barreiras-BA



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2021.

A cidade apresenta duas simbologias bastante representativas, que podem ser observadas na bandeira e brasão (Figura 25), relacionando elementos tradicionais e modernos. O brasão de Barreiras possui uma forma oval, com a imagem de um par de bovinos à frente de uma lavoura e dois ramos de soja fazendo referência a atividade agropecuária, enquanto à bandeira nas cores vermelha, azul e branca, no centro há um triângulo amarelo com um grão de soja, um barco com um pescador e na parte superior as palavras “preservar, trabalhar e colher”.

Figura 31 - Bandeira e brasão de Barreiras-BA



Fonte: Prefeitura Municipal de Barreiras, 2021.

Em ambas as simbologias existem elementos que se referem a conteúdos identitários do município, abordando por um lado a pequena agricultura, pecuária extensiva e pesca artesanal, e do outro lado, a existência de elementos que fazem referência às relações de poder e os interesses dos agentes vinculados ao poder econômico. Apesar da presença da data de emancipação municipal no brasão (1891), tanto à bandeira, quanto ao brasão foram criados na década de 1990, sendo incorporados como símbolos do novo momento da história econômica municipal ligada aos migrantes, demarcando a sua importância política e econômica do signo de grãos nos cerrados.

A cidade de Barreiras é cortada pelo rio Grande e foi a partir de suas margens que a cidade começou a ser povoada e se expandir. Na cidade, as atividades agroindustriais são concentradas por meio de uma rede de atividades produtivas e de serviços modernos, expandindo-se e interligando vários municípios do Oeste do estado. Foi assim que alguns migrantes deixaram de serem agricultores (ou diversificaram suas atividades econômicas) para se tornarem empresários agrícolas no Cerrado baiano.

Dessa forma, Barreiras é a cidade que polariza a região Oeste, sendo ao longo de sua história, centro de acumulação de capital e concentração humana, além de sediar os mais importantes escritórios de fazendas, a exemplo da Bunge, Cargil, John Deere, Busato, Horita e Misote, pequenas indústrias, aeroportos e grandes associações, com destaque para AIBA

(Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia) e ABAPA (Associação Baiana dos Produtores de Algodão).

Figuras 32 e 33 - Sedes da ABAPA e do escritório da Horita em Barreiras



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A cidade se torna uma centralidade devido ao suprimento de demandas originadas da reestruturação produtiva no campo, assim como se projeta no cenário regional podendo influenciar outros municípios pela oferta de bens e serviços que vai delimitar a cidade enquanto seu nível de relação com a produção agropecuária, o que nos permite pensar nos termos de Harvey (1992), quanto ao entendimento dos espaços regionais a partir da integração dos espaços em eixos e redes.

As transformações ocorridas no espaço urbano barreirense foram amplas e conduzidas pelas forças de mercado, pela intensa dinamização econômica instalada. Deste modo, o capital comandou a produção espacial da cidade e o Estado atuou com um ritmo menor que as forças econômicas capitalistas. Então, a maior parte dos equipamentos urbanos que surgiram de maneira quase imediata na cidade, foram aqueles favoráveis à fluidez das relações comerciais no espaço urbano. Saúde e educação apareceram em segundo plano, fato que se confirma com a construção do Hospital do Oeste, fundada apenas em 2006.

A cidade também ganhou novas faculdades particulares, como a Unirb, a Unopar, a Fasb e a Dom Pedro II, além da presença do Campus de universidades públicas, como a Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Figura 34) e Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB<sup>8</sup>, processo esse que foi se expandindo à medida que novos migrantes foram chegando, conseqüentemente, a população foi crescendo e requerendo novos equipamentos educacionais para ampliação qualificação profissional.

<sup>8</sup> A UFOB é resultado do desmembramento do *campus* de Barreiras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi sancionada pela lei nº 12.825 de 5 de junho de 2013.

Figura 34 - *Campus* da UNEB em Barreiras

Fonte: Acervo do autor, 2019.

Barreiras mesmo não estando nas proximidades da zona produtora de soja, concentra uma quantidade significativa de comércios e serviços. Na Tabela 15 foram levantados os quantitativos referentes a participação dos estabelecimentos por setor de atividade, relacionando quanto ao estoque de emprego formal e a renda média dos trabalhadores.

Tabela 15 - Participação dos estabelecimentos por setor de atividade do município de Barreiras. 2017

Setores de atividades	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda média por trabalhador formal
<b>Extrativa mineral</b>	4	15	R\$1.427,72
<b>Industria de transformação</b>	206	2.100	R\$1.654,62
<b>Serviços de indústria de utilidade pública</b>	7	144	R\$5.426,47
<b>Construção civil</b>	156	850	R\$1.564,68
<b>Comércio</b>	1.405	8.154	R\$1.462,02
<b>Serviços</b>	1.164	9.324	R\$2.337,44
<b>Administração pública</b>	7	4.719	R\$2.930,22
<b>Agropecuária</b>	397	3.249	R\$1.957,09
<b>TOTAL</b>	<b>3.346</b>	<b>28.555</b>	<b>R\$2.084,77</b>

Fonte: RAIS, 2018.

Elaboração: Elton Andrade, 2021.

A representatividade do setor de comércio e serviços é preservada quanto ao número de estabelecimentos deste tipo, pouco mais de 76% de todos os estabelecimentos existentes de Barreiras, corroborando os dados da tabela 3 quanto a participação do comércio e serviços, assim como as informações relativas à participação dos migrantes no setor (Figura 11). Em 2017, o rendimento médio do emprego formal (excluso os valores relacionados às atividades informais) no município de Barreiras, foi de R\$ 2.084,77. De acordo com dados da SEI (2018), em relação ao estoque de emprego formal, entre 2014 e 2017, houve uma redução de 4%. Enquanto em 2014, o município contava com 29.743 postos de trabalho em estoque, no

ano de 2017 havia um estoque de 28.555 postos, em que os maiores estoques de emprego formal pertenciam aos seguintes setores de atividade econômica: serviços (9.324), comércio (8.154), administração pública (4.719), agropecuária (3.249), indústria de transformação (2.100) e construção civil (850).

Para se compreender melhor a vinculação da cidade com o campo, conforme os preceitos teóricos trabalhados anteriormente, a média salarial dos trabalhadores formais revela que apesar da maioria estar empregada comércio, serviços, agropecuária e indústria (importante lembrar que se trata de uma indústria de transformação da produção agrícola, portanto agroindústria), os maiores salários concentram-se nos serviços de indústria de utilidade pública e na administração pública, que contém o menor número de estabelecimentos e remunera melhor se comparado aos demais.

A questão que se coloca é o papel de centralidade econômica e política que historicamente a cidade sempre desempenhou na Região Oeste. Antes mesmo da introdução da região à cadeia produtiva da soja, a cidade já desempenhava este papel, inclusive por este motivo, ela foi o primeiro centro urbano da região a promover a função de suporte à agricultura científica globalizada, não somente do Oeste baiano, mas do Nordeste.

Figuras 35 e 36 – Estabelecimentos comerciais próximos à margem da BR-242. Barreiras



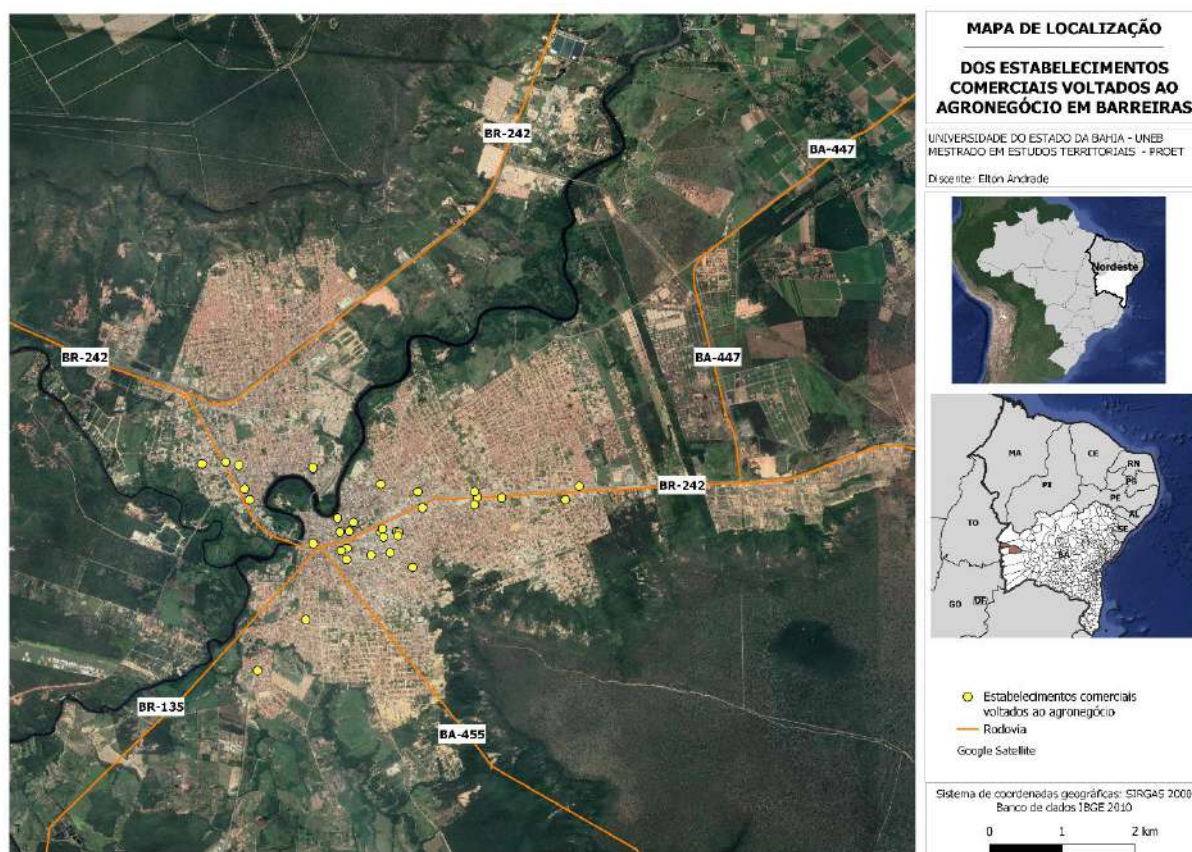
Fonte: Acervo do autor, 2020.

As figuras 35 e 36 remetem a densidade dos estabelecimentos de consumo produtivo (sementes, fertilizantes e maquinários agrícolas) e sua relação com os centros urbanos do arranjo territorial da cadeia produtiva da soja, permitindo pensar no papel na organização espacial das empresas com a intensificação das trocas comerciais, possibilitando a integração com outros serviços. É possível observar que as empresas procuraram se localizar estrategicamente mais próximo possível do produtor e que possa facilitar o seu acesso. Sem contar que muitas empresas têm sua sede em Barreiras e acabam abrindo filiais em Luís

Eduardo Magalhães, multiplicando a quantidade de fixos, e disseminando diferentes arranjos produtivos.

A expansão de novas atividades vinculadas à agropecuária promoveu o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas de Barreiras, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas atividades se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. Com base nessas informações foram levantadas as informações quanto a localização dos principais estabelecimentos comerciais ligados ao agronegócio (Figura 37) e entender a lógica de ocupação e distribuição pelo espaço urbano.

Figura 37 - Mapa de localização dos estabelecimentos comerciais voltados para o agronegócio em Barreiras-BA



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2021.

Nota-se que os comércios agrícolas se concentram na área central, às margens da rodovia que corta a cidade (BR-242), reafirmando a ocorrência do processo de coesão espacial, no qual essas atividades encontram-se próximas umas das outras, justamente como estratégia para atração dos consumidores, além de possibilitar que estes busquem realizar outras atividades complementares, sem demandar grande esforço de deslocamento.

Esse processo de coesão reforça a tendência de comércios e serviços do mesmo tipo se aglomerarem, apesar de não manterem negócios entre si. A proximidade fornece garantias quanto à circulação dos consumidores em torno dos estabelecimentos, gerando conjuntos coesos. Em Barreiras esses conjuntos coesos possuem duas características principais: (1) a presença de estabelecimentos com linhas de produtos diferentes, forma um conjunto espacialmente coeso na medida em que, induz a compras não previstas; (2) a complementaridade presente no comércio de Barreiras, sendo que outras atividades econômicas tendem a se localizar juntas por terem atividades que se completam, através do qual a relação custo benefício tende a favorecer a reprodução do capital, o processo de coesão insere-se na linha de acumulação flexível.

Nesse contexto de crescente complexificação das relações sociais, econômicas e políticas, alguns agentes consolidaram a sua participação histórica, enquanto outros, até então inexpressivo ou mesmo inexistentes, passaram a ter papel preponderante na dinâmica territorial do município. Barreiras é um dentre os muitos casos de municípios brasileiros localizados em regiões estratégicas, consideradas preferenciais para criação de sistemas agroindustriais com elevada base técnica voltada à produção agrícola, em que os agentes passam a impor uma lógica de organização que influenciou diretamente na aceleração do processo de urbanização.

Nas palavras de Souza, et al. (2015, p. 96):

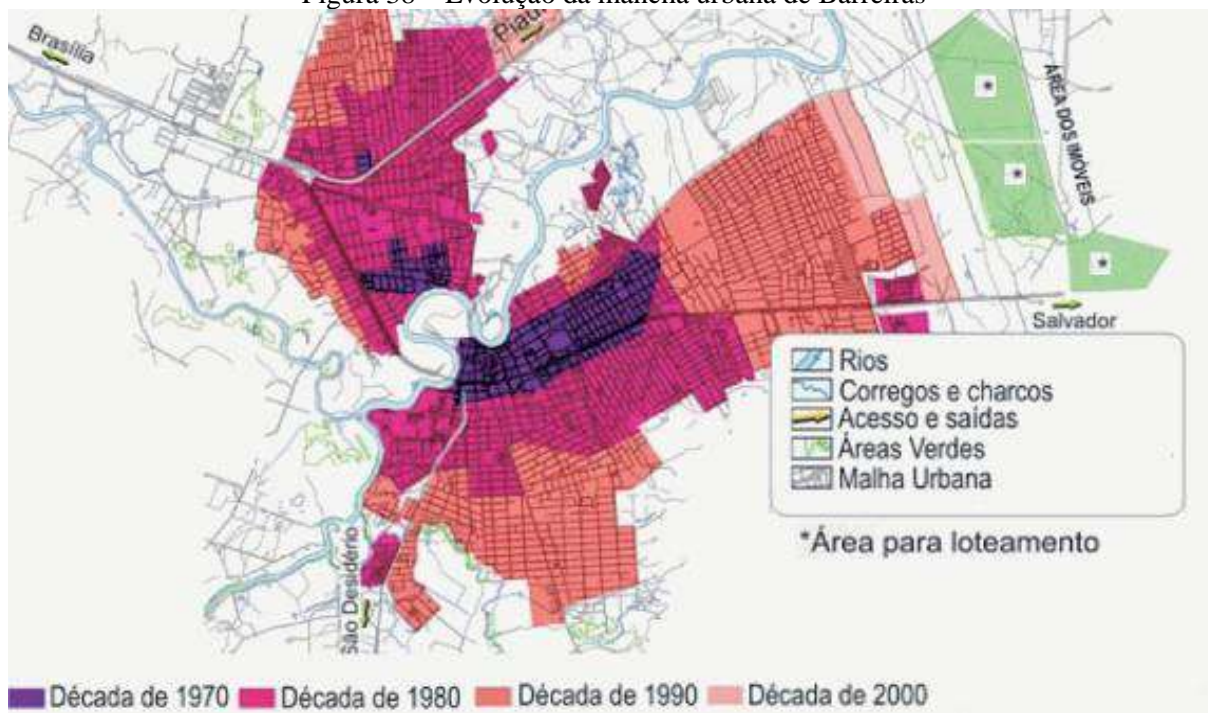
Assim, Barreiras que já figurava como centro do terciário em âmbito regional, graças ao papel de entreposto de fluxos comerciais advindos pela via fluvial e por caminhos terrestres, passou a ser dimensionado também como um importante polo agroindustrial no estado da Bahia (antes da criação do município de Luís Eduardo Magalhães), tendo se transformado em um espaço luminoso, inserido no circuito econômico mundial, com a instalação de grandes multinacionais cuja produção de soja está voltada para a exportação.

A ocupação espacial do município tem sua estrutura e desenho no espaço urbano condicionada por marcos físicos determinantes, como o rio Grande e as rodovias. Durante a ocupação urbana mantiveram-se os meandros do rio Grande, respeitando os recursos naturais, porém não houve preocupação ambiental em relação ao rio Grande.

Tendo como parâmetro o Plano Diretor Urbano, elaborado em 2004, realizado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, com o apoio do Governo do Estado da Bahia e do Banco Mundial. Ressaltamos que o Plano Diretor Urbano de 2004 é o único instrumento de planejamento urbano desde a criação do município. O plano define que até o ano 2000 a cidade havia crescido de forma radial, muito por conta do processo de ocupação que a

Nordeste fica localizado o parque industrial da cidade, ao Norte e Sudoeste encontram-se as maiores declividades, a Noroeste é uma área militar, a Oeste estão áreas de proteção ambiental, ao Sul a existência do programa de irrigação da CODEVASF (Figura 38).

Figura 38 – Evolução da mancha urbana de Barreiras



Fonte: PDU, 2004.

A evolução da mancha urbana da cidade mostra que na década de 1970 a ocupação predominante era na área central, bem próximo ao Rio Grande, e somente em uma parte da rodovia. Já na década de 1980, a ocupação já extrapola a BR-242 e isso avança ainda mais na década de 1990

A partir da década 2000 a mancha urbana está se encaminhando para a saída da cidade em direção a Salvador. Em parte, isto pode estar ocorrendo porque na saída da cidade em direção a Brasília há uma grande área pertencente ao Exército Brasileiro que inicia junto ao Rio de Ondas até o pé da serra, o que daria uma descontinuidade na cidade se avançasse nesta direção. A direção leste segundo o PDU seria o sentido mais propício para a ocupação (Figura 39), por apresentar grandes extensões de áreas planas e sem obstáculos naturais ou de uso.

Essa legislação é a vigente, porém encontra-se defasada, sendo que no ano de 2016 este plano iniciou seu processo de revisão, contudo, sua conclusão não foi materializada. A primeira observação que se deve fazer é a que o tema função social não está bem definido nas diretrizes gerais do PDU, de modo que não delimita o objetivo das propriedades urbanas, suas obrigações sociais e sua missão para com a população do município. A sustentabilidade é outro conceito que não fica suficientemente claro, o conceito abordado pelo PDU não

contempla com o apresentado pelo Estatuto da Cidade, em que a sustentabilidade nas cidades deve englobar a consideração de cidades sustentáveis, compostas de uma infraestrutura satisfatória para preservar as cidades e sua função para esta e as futuras gerações. Já o conceito apresentado pelo PDU traz uma delimitação mais socioeconômica para o conceito de sustentabilidade em que as cidades devem preservar o meio ambiente, o emprego e o trabalho, muito voltado para os interesses das atividades econômicas que são desempenhadas.

Figura 39 - Tendência de crescimento de Barreiras

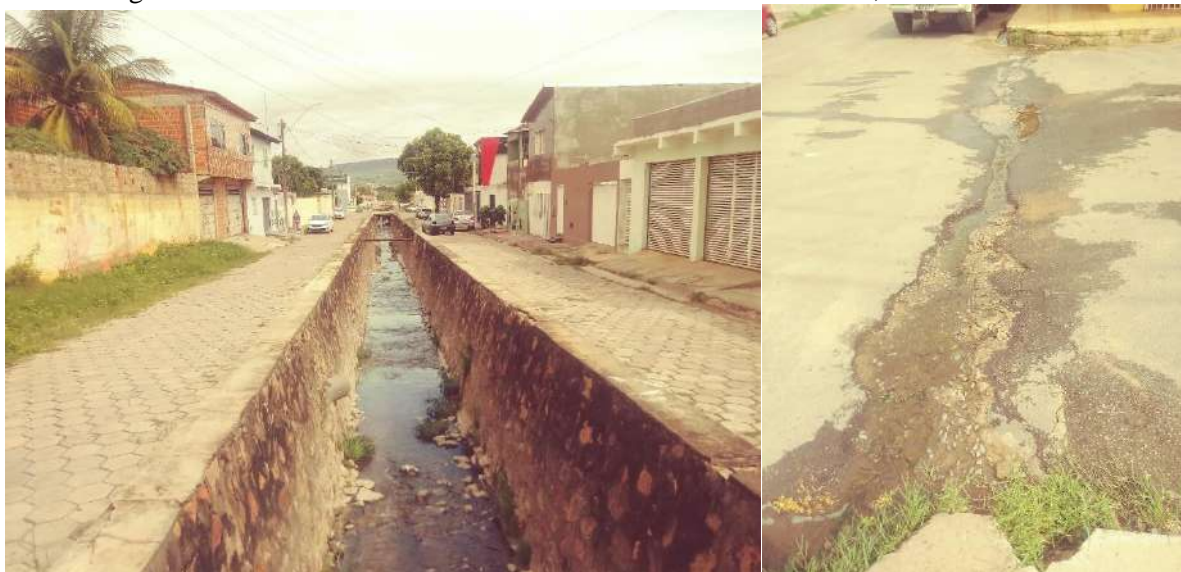


Fonte: PDU, 2004.

Quanto aos aspectos urbanos de Barreiras, fica clara a ocorrência de um processo acelerado de expansão, com poucas iniciativas no que diz respeito ao ordenamento. Por conta disso, atualmente, a sua população convive com problemas típicos de cidades de maior porte, como violência urbana, carência de infraestrutura e serviços básicos, como, por exemplo, os relativos ao saneamento básico (Figuras 40 e 41).

Cabe registrar ainda que, com relação a infraestrutura, os dados do SNIS revelam que 100 % dos domicílios possuem abastecimento de água encanada. A maioria das residências, ou seja, 99,57 % possuem seu lixo coletado, porém, 73,97% são atendidos por rede de esgotamento sanitário, boa parte dos domicílios de Barreiras ainda despejam seus resíduos em fossas sépticas ou rudimentares.

Figura 40 e 41 – Rua Custódio Moreno e Avenida José Bonifácio, Centro de Barreiras



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Desta forma, o município ainda apresenta problemas de ordenamento e infraestrutura urbana que foram geradas pela ausência de bases legais atualizadas e a falta de continuidade na aplicação das diretrizes propostas pelo PDU. A não atualização do plano somado a especulação imobiliária gerou a fragmentação para o zoneamento e uso e ocupação do solo.

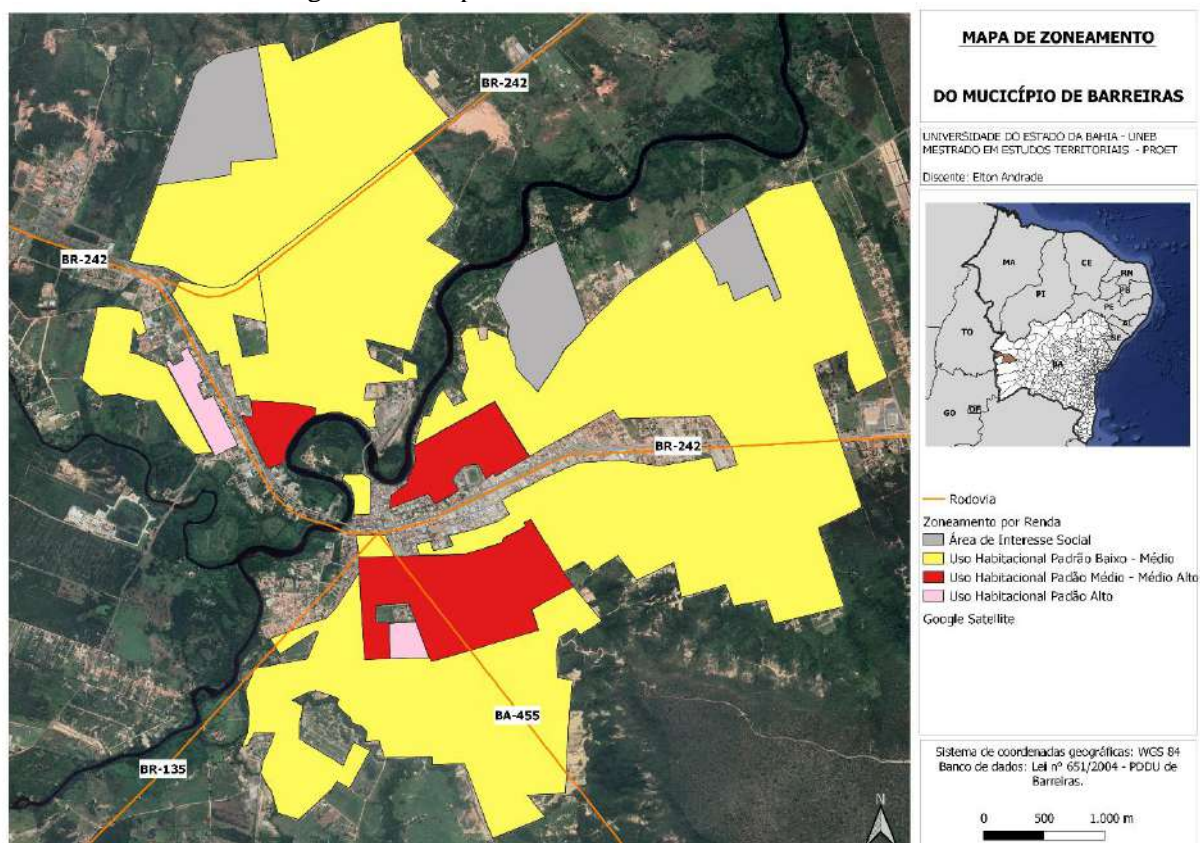
Tais ausências facilitam, inclusive, conflitos entre os agentes proprietários de terras e a população pelo uso racional dos recursos naturais. Atividades como à agricultura exige grande demanda de água. Além disso, a manutenção da vegetação nativa é outro ponto fundamental, de acordo com dados do Programa Queimadas e do Projeto MapBiomass, no ano de 2017, a porcentagem de cobertura vegetal por flora nativa era de 59,25% Barreiras, atreladas tanto a agricultura quanto aos focos de queimadas. Já a concentração de focos de calor, ou seja, a participação do município no total de queimadas no Brasil, neste mesmo ano era de 1,05 por mil, no ano de 2017.

Com base nas informações do PDU e com informações obtidas nas idas a campo, foi possível construir uma atualização do zoneamento urbano de Barreiras (Figura 42). Foram utilizadas quatro categorias delimitadas a partir da renda da população, levando em consideração o padrão de ocupação e uso do solo: (1) áreas de interesse social; (2) uso habitacional de alto padrão; (3) uso habitacional de médio e médio alto padrão; e (4) uso habitacional de médio baixo e baixo.

A cidade se formou, conforme já mencionado, a partir das margens do rio Grande e sob forte influência das rodovias, porém um problema histórico na região esteve relacionado a circulação intensa pela BR 242 que corta a cidade, com o passar do tempo em que a cidade foi

expandindo, a circulação de caminhões acabou gerando problemas no trânsito e tráfego urbanos gerados pelo intenso fluxo. Porém, em 2014, depois de mais de 10 anos de obras, foi criado um anel viário, através da BR-135, que possibilitou o desvio do fluxo de caminhões contornando a cidade para redução do fluxo e melhorar a circulação, muitas vezes prejudicada pela fuligem dos veículos

Figura 42 - Mapa do zoneamento urbano de Barreiras



Fonte: Adaptado com base na lei nº651/2004.  
Elaborado por Elton Andrade, 2021.

A área central é predominantemente comercial e ocasionalmente ocupada por residências de classe média alta. Nessa região estão localizados os principais fornecedores de mercadorias e serviços, tanto para a população, quanto para a produção agropecuária. Além da ocupação residencial mencionada, situam-se bancos, supermercados, postos de combustíveis, assim como é o local mais bem servido por infraestrutura e serviços públicos da cidade.

A segregação socioespacial também se dá nos bairros próximos ao centro, áreas mais bem providas de infraestrutura, que fazem emergir uma verticalização pontual, reforçando a alta concentração de renda. Como impacto desse processo, surgem vazios urbanos mantidos em áreas dotadas de infraestrutura para especulação futura, fazendo com que fique mais caro a implantação de redes de infraestrutura para as áreas mais periféricas.

Observa-se também a implantação de projetos habitacionais voltados para as áreas denominadas como Zona Especiais de Interesse Social (ZEIS), que promovem a ocupação de famílias de baixa renda nas áreas mais distantes do centro da cidade. Entretanto, na contramão, as imobiliárias têm lançado inúmeros loteamentos (Figura 43), situados a leste, na direção de Salvador, muito por conta dos menores valores de terreno e na tentativa de induzir o poder público a ampliar o fornecimento de infraestruturas para essas áreas (pavimentação, energia elétrica).

Figura 43 – Cartaz informativo do lançamento de um novo loteamento residencial



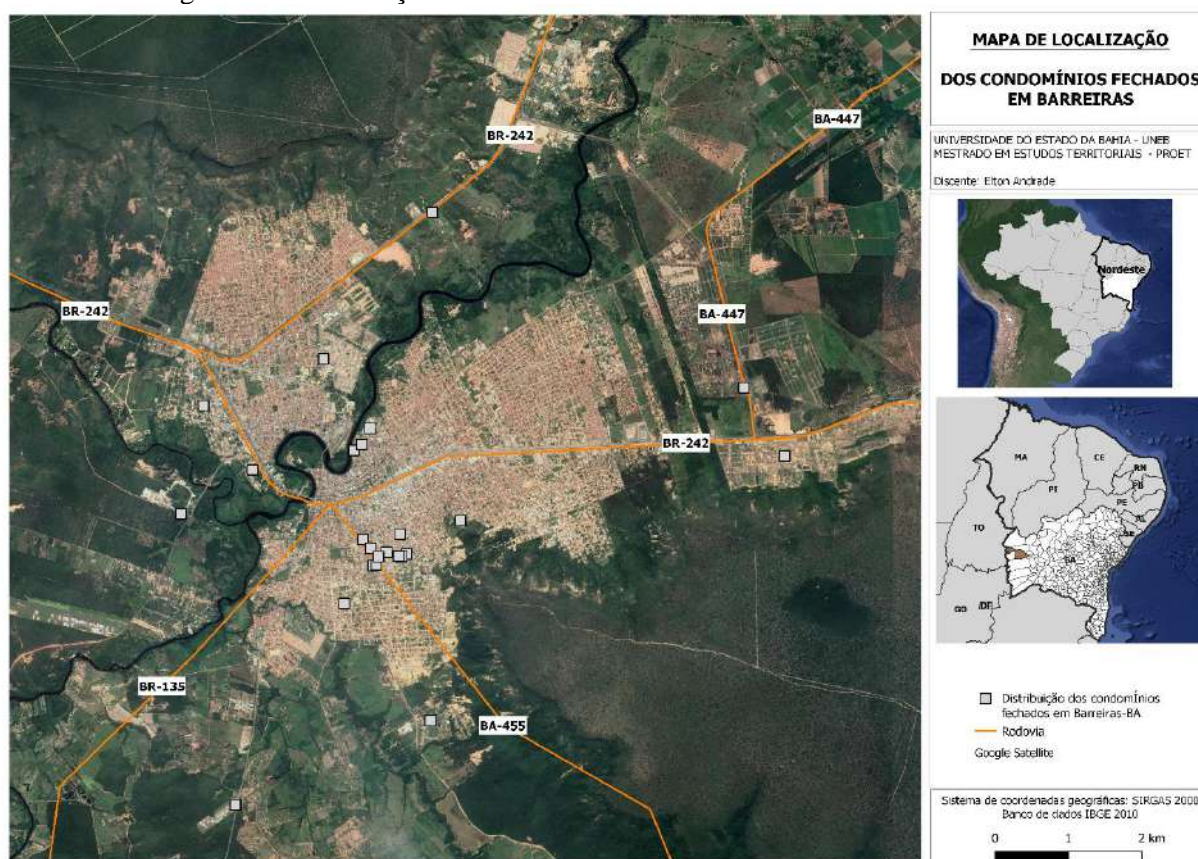
Fonte: Acervo do autor, 2020.

Em geral o processo de transferência da classe média em direção aos condomínios horizontais e edifícios fechados, em que o mercado imobiliário se aproveita dessa oportunidade a nível habitacional para disseminar e vender estes espaços através da propaganda, como um oásis de boa infraestrutura, serviços, entretenimento e segurança.

Na figura 44 foram levantados os principais condomínios e edificações verticalizadas situadas em Barreiras, a partir dessas informações e o cruzamento com as informações referentes a localização dos estabelecimentos comerciais (Figura 37) e zoneamento urbano (Figura 42). Verifica-se a concentração da verticalização nos bairros pericentrais em condomínios residenciais para famílias de alta renda, como no bairro Sandra Regina, ao sul do Centro, onde fica localizada uma das áreas mais caras da cidade, a rua Renato Gonçalves.

Foi possível detectar em Barreiras (e em Luís Eduardo Magalhães) uma segregação espacial pela origem da migração. Os migrantes que, predominantemente vieram do agronegócio, habitam os bairros mais nobres, enquanto outros grupos de migrantes, sobretudo nordestinos e de outras cidades da Bahia, concentram-se nas periferias com moradias de baixo padrão e precárias muitas vezes.

Figura 44 - Localização dos edifícios e condomínios fechados em Barreiras



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2021.

A partir do crescimento da construção civil, percebido através do surgimento de uma verticalização, ainda de forma concentrada, abrigando migrantes que atuam nas mais diversas áreas (representantes comerciais e prestadores de serviços), assim como atração de estudantes para os cursos de nível superior, que também passam a reforçar essa polarização da cidade em relação ao entorno imediato. Associado a esse conjunto de fatores, surgem edificações sob a forma de flats, localizados nas áreas centrais, ou em uso misto com estabelecimentos comerciais, mas também condomínios verticais e horizontais de alto padrão.

Figura 45 – Condomínio verticalizado no bairro Morada Nobre, Barreiras.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Vale ressaltar que em municípios cujas atividades produtivas permitem um maior emprego da população local, como nas cidades que possuem agroindústrias, o mercado imobiliário formal também já se faz presente à procura adquirir lotes urbanos para possíveis investimentos.

A riqueza gerada pelo agronegócio não chega à população mais carente e a intensa desigualdade social se torna evidente à medida que se desloca do centro em direção as bordas da cidade. As classes de menor renda vem aumento as moradias subnormais, localizadas em áreas com condições precárias de saneamento básico, infraestrutura, saúde, educação, assistência social para uma parcela da população que fica refém de uma política estatal que não oferece o suporte necessário a redução dessas disparidades.

A Figura 46 dispõe de uma imagem de satélite comparativa, dos bairros da Santa Luzia (área de baixo padrão construtivo) e Sandra Regina (alto padrão construtivo), nelas são possíveis observar logo de cara as diferenças relativas à densidade. A Santa Luzia concentra um número maior de pessoas, no mesmo recorte de escala gráfica das imagens, assim como a vegetação é rarefeita, algumas ruas são perceptíveis a falta de pavimentação e predominam residências unifamiliares na sua composição. Enquanto o bairro Sandra Regina apresenta diferentes padrões construtivos (residências, edifícios e condomínios horizontais, assim como a presença mais frequente de vegetação e de pavimentação das vias.

Figura 46 – Realidades em áreas de baixo e alto padrão construtivo. Barreiras



Fonte: Google satélite.

Elaborado por Elton Andrade, 2021.

As figuras seguintes vão mostrar mais de perto o que está sendo retratada pelas imagens de satélite. A realidade encontrada na cidade de Barreiras, marcada por uma intensa complexidade territorial que comporta de um lado uma elite consumidora (autossegurada) e do outro uma população periférica vítima da má distribuição de renda, falta de oportunidade e exclusão social (segregação imposta).

Os empreendimentos imobiliários agregam ao tecido da cidade extensas porções, ampliando significativamente o espaço intraurbano e, por consequência, a demanda por infraestrutura urbana em partes da cidade que ainda não foram preparadas para acolher condomínios desse porte (Figura 47).

Entretanto, essa difusão pela cidade de Barreira é desigual e produtora de desigualdades através da pobreza e gerada em muitos bairros periféricos que crescem pelas cidades como, por exemplo, nos bairros Santa Luzia, Cascalheira, Santo Antônio, Conjunto Habitacional Rio Grande, Morada da Lua, Vila Brasil (Figura 48), no qual a falta de infraestrutura básica fica clara na paisagem urbana.

Figuras 47 e 48 – Conjunto de casas no bairro da Morada Nobre e residências na Vila Brasil



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Barreiras não dispõe de programas permanentes voltados para promoção da política urbana e habitacional. A atuação gira em torno de projetos pontuais de construção de moradias populares e de produção de lotes urbanizados ou de implantação de infraestrutura, sem contar a atuação do governo federal. A submissão do espaço urbano pelo poder público aos interesses do capital agrícola e imobiliário dificulta o atendimento das demandas habitacionais e de infraestrutura. Esse modelo reproduz o papel desempenhado pelo capital produtivo agropecuário, que motivado pelos ganhos na produção não tem interesse em disponibilizar terra para urbanização, o que eleva seu custo e dificulta o acesso da população de renda inferior.

A partir dos dados do Censo Demográfico e do Atlas do Desenvolvimento Humano (do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD), a situação da vulnerabilidade social de Barreiras pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores. Em relação as crianças extremamente pobres, houve redução no percentual que passou de 19,06% para 7,68%, entre 2000 e 2010, além disso a proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza em Barreiras, diminuiu de 15,6% para 6,5% da população total no mesmo período analisado.

Essa melhora reflete também no crescimento dos valores da renda per capita mensal registrados, era de R\$ 432,93, em 2000, e de R\$ 602,82, em 2010, a preços de agosto de 2010. Além disso, as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 22,30%, em 2014, para 21,11%, em 2017. Enquanto a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), inscritas no cadastro, após o

recebimento do Bolsa Família, era de 55,21%, em 2014, e 68,28%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255.00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 66,94%, em 2014, e 88,93%, em 2017.

Outros dados também foram levantados, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o índice Gini, buscando-se compreender as condições de vida da população. A tabela 16 mostra que o IDH era 0,572, em 2000 e passou para 0,721, em 2010. Em termos relativos, a evolução do índice foi de 26,05% no município, ocupando a 3ª colocação em relação ao estado da Bahia.

Tabela 16 - Índices de Desenvolvimento Humano do município de Barreiras- 1991-2010

<b>ANO</b>	<b>BARREIRAS</b>	<b>POSIÇÃO NA BAHIA</b>
<b>1991</b>	0,48	20°
<b>2000</b>	0,57	6°
<b>2010</b>	0,56	3°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Elaboração: Elton Andrade, 2021.

Com relação a distribuição de renda, o índice Gini mostra que houve também uma redução na desigualdade social em termos de rendimento entre 2000 e 2010, visto que o índice de Gini caiu de 0,634 para 0,519. Todos os indicadores apresentados mostram um cenário de melhora do ponto de vista econômico e social, porém a realidade ainda é contraditória. Os programas de transferência de renda (com destaque para o Bolsa Família) tiveram grande contribuição para essa melhora nos números, porém o percurso ainda é longo, a concentração fundiária ainda é um problema grave enfrentado não só em Barreiras, mas no Brasil como um todo. Os agentes de produção do espaço devem confluir na mesma direção e não, somente, nos interesses individuais ou de uma parcela minoritária da população que concentra a riqueza e o controle dos meios de produção.

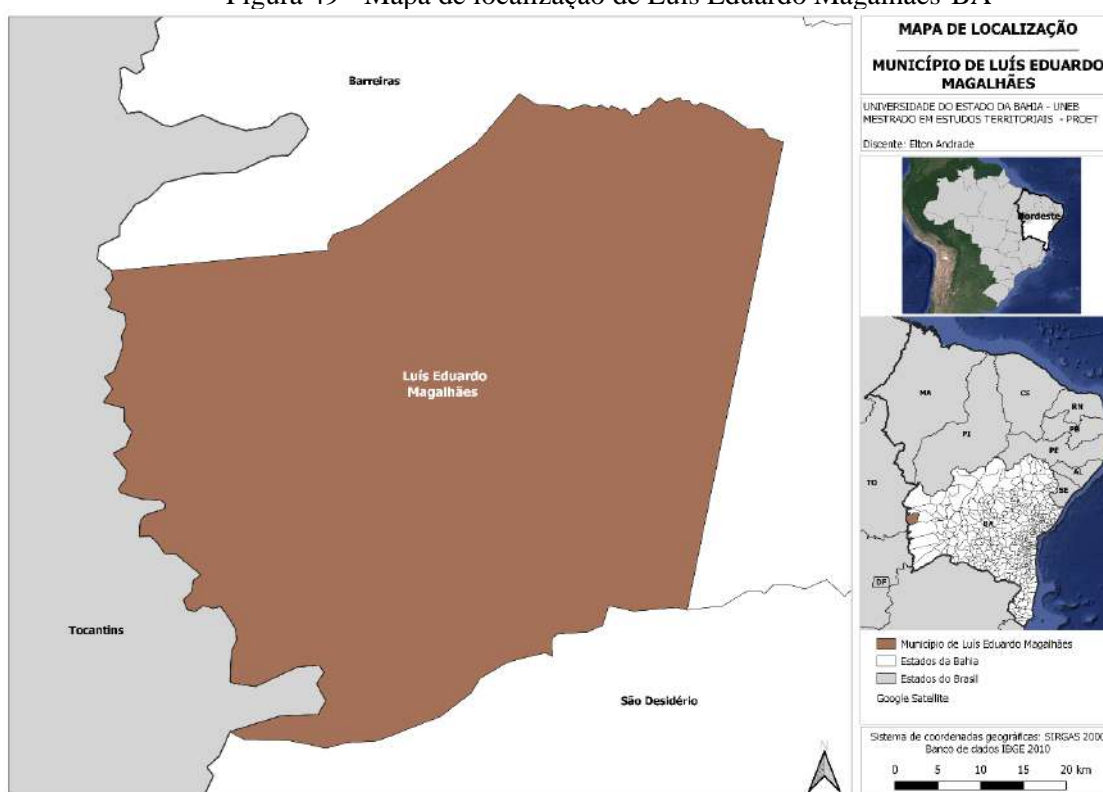
O processo de ocupação foi feito sem a devida implantação da infraestrutura necessária e sem considerar as características naturais e a identidade do lugar. Essa expansão também é responsável pela pressão ambiental sobre os recursos naturais e sobre o desenho urbano, com as suas expansões urbanas sem o devido planejamento.

Constata-se que a cidade de Barreiras passa a ser o mais importante polo comercial da região Oeste e que gradativamente vem sendo perdido espaço para Luís Eduardo Magalhães, que será objeto de estudo na próxima seção.

### 4.3 Luís Eduardo Magalhães: capital do agronegócio

O município de Luís Eduardo Magalhães possui uma área de 4.014 Km<sup>2</sup>, ficando a 947 Km de Salvador e a 570 km de Brasília. Faz fronteira com os municípios de Barreiras e São Desidério e está interligado com as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país (Figura 49). O município é um dos últimos municípios criados, através do projeto de Lei nº 395/1997, como resultado das novas formas de uso e gestão do território brasileiro relacionados à expansão do agronegócio, sendo atualmente um dos principais centros urbanos dos cerrados nordestinos, atrelada ao agronegócio da soja, despontando como nova centralidade urbana na região.

Figura 49 - Mapa de localização de Luís Eduardo Magalhães-BA



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2021.

Luís Eduardo Magalhães se originou próximo ao entroncamento das rodovias BR 242 com a BR 020, a partir da instalação de um posto de combustível em 1982, denominado Posto Mimoso. No entorno do posto foi construído o loteamento Rancho Grande, em 1984, que passou a chamar-se Mimoso do Oeste, a partir de 1986, que foi se expandindo por conta do quantitativo de migrantes que estavam desembarcando no local (JUNGES, 2004).

A expansão do mercado de terras por parte dos grupos empresariais em busca por preços baixos, foi impulsionada pela implantação de projetos de colonização e irrigação do

governo federal, contribuíram para incorporação de novas tecnologias que auxiliam na captação e mobilização de novos investimentos nos setores de agroindustriais.

Esse loteamento transformou-se no povoado de Mimoso do Oeste, ainda parte integrante do município de Barreiras. Com um acelerado crescimento populacional e econômico, com a instalação de industriais e sem infraestrutura suficiente, os problemas do povoado foram aumentando, provocando reivindicações por parte dos agentes empresariais, articulados com agentes políticos locais e estaduais, para a elevação do povoado à condição de distrito de Barreiras e, depois, à condição de município, aproveitando assim a expansão do agronegócio e os avanços institucionais do país, criadas a partir da Constituição de 1988 e consolidando a sua emancipação de Barreiras, em 30 de março de 2000, através da lei ordinária nº 7619, que apesar do imbróglio gerado foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) apenas em 2007.

O brasão do município (Figura 50) foi lançado em 2021, no dia do seu aniversário de 21 anos da cidade. Ele é um símbolo que informa o peso representativo da sojicultura. Com base no memorial descritivo disponível pela prefeitura de Luís Eduardo Magalhães, ao centro, uma gota que representa a vida, a água de chuva e a irrigação para a lavoura, as duas folhas abertas simbolizam o momento da concepção. Ao fundo da gota, uma circunferência dourada, representa o pôr do sol, a engrenagem faz alusão aos avanços tecnológicos da agricultura mecanizada, a estrela está vinculada à Bandeira do Município e as quatro estrelas alinhadas representam MATOPIBA. Margeando o escudo, duas vagens de soja, acompanhado do ano de nascimento e de emancipação política do município e abaixo a frase em latim: “Benedictus tu in civitate et in agro” (“Bendito na cidade e no campo”). Essa simbologia relembra os pioneiros que ocuparam o Cerrado e a economia do agronegócio.

Figura 50 - Brasão oficial do município de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2021.

As cidades com emancipação recente, enquanto ambiente físico e como resultado do trabalho são produtos da economia de mercado, afetadas pela industrialização e pela estratificação social, que determina os processos e ocupações espaciais. Além disso, Luís Eduardo Magalhães se constitui em um importante *locus* de acumulação do capital baiano e se configura como um espaço de reprodução da força de trabalho.

Os processos espaciais na cidade produzem formas, movimentos migratórios e conteúdos que originam a sua organização espacial. Tais processos se caracterizam por usos e ocupações do solo diferenciados, tais como, os que ocorrem nas áreas centrais, residenciais, periféricas e agroindustriais.

Na paisagem urbana atual é notável a grande quantidade de vias próximas ao centro asfaltadas, a intensa circulação de caminhões transportando cargas, a movimentação de pessoas no centro comercial, a presença cada vez mais frequente de instituições financeiras (Figura 51), uma grande variedade de lojas comerciais e empresas voltadas ao setor agrícola, supermercados, hotéis.

Figura 51 - Estabelecimento financeiro de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Além disso, temos a impressão de que a cidade está em intenso processo de transformação, pela quantidade de obras encontradas, construção de edifícios, abertura de shopping (Figura 52), duplicação de grandes avenidas, como as idas a campo foram realizadas em momentos diferentes, a impressão que se tinha era o aparecimento de coisas novas ao circular pela cidade. Outro aspecto interessante na paisagem durante as idas a campo, tratores parados em diferentes pontos da cidade e sem estar, necessariamente, sendo utilizado para agricultura ou obras, estacionadas como qualquer veículo comum que circula pelas vias da

cidade (Figura 53)

Figura 52 e 53 - Obras para a construção de shopping e trator estacionado ao centro da cidade.  
Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2019.

O processo de crescimento para Luís Eduardo Magalhães ocorreu mesmo antes da emancipação, com a abertura dos loteamentos e da instalação de empresas. Após a emancipação, a gestão municipal, como principal agente promotor do espaço urbano, contribuiu para a instalação de agroindústrias, passando por atenuar e conciliar os conflitos entre os demais agentes. Essa dinâmica, acompanhada do *marketing* territorial, vem ampliando também as suas articulações com outras cidades, não somente da região, mas também de fora, como poderemos ver mais adiante.

No que diz respeito a agroindústria, Luís Eduardo Magalhães abriga uma das dezesseis plantas industriais da Bunge, uma das mais importantes multinacionais atuantes no setor do agronegócio, não só no Brasil, mas em todo o mundo. A Bunge (Figura 54) é a principal empresa na industrialização de soja e líder na comercialização de grãos (soja, trigo, milho, sorgo, girassol e semente de algodão) e de óleos vegetais.

Figura 54 – Fachada da Bunge. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A presença de grandes estruturas produtivas próximo as rodovias (como é o caso da Bunge) ou mesmo em espaços de transição entre a cidade e o campo contribui com o aumento dos fluxos rodoviários. Estas agroindústrias atraem para o seu entorno, usos e atividades complementares, gerando espaços produtivos isolados, que também decorrem na dependência da cadeia produtiva.

O conhecimento do modelo de gestão adotado no município permite o entendimento das iniciativas que foram implantadas e que culminaram nas desigualdades. Nesse sentido, segundo Fonseca (2011), os gestores do município desenvolveram uma administração baseada no empreendedorismo competitivo, caracterizado por ações de caráter competitivo, parcerias público-privado, flexibilidade institucional, privatização, marketing territorial e desenvolvimento local. De acordo com o autor, baseado neste modelo de gestão,

O município é pensado como se fosse uma empresa; o governo local assume o papel de promotor, articulador e facilitador das estratégias de uso do território, sobretudo para atender aos interesses de grandes grupos privados; o território assume o papel de mercadoria para ser vendida, em decorrência de ser considerado um objeto com valor de uso e troca; os moradores são os funcionários diretos e indiretos dos parceiros, no caso empresas privadas nacionais e estrangeiras. Inclusive, muitos instrumentos de gestão presentes no Estatuto da Cidade não são aplicados neste tipo de gestão, até porque o território deve ser apresentado para os investidores externos como tendo uma atmosfera institucional flexível (FONSECA, 2011, p.64).

A gestão municipal, além de empreendedora, é composta basicamente por agentes do poder político e do poder econômico, ficando restrita aos demais agentes da sociedade. Essa centralização reforça a tendência do não atendimento aos interesses ligados às necessidades mais básicas da população carente do município. Em termos de organização política e social esta é uma forma de centralização e verticalização das ações, do mesmo modo, expressando um forte entrelaçamento entre público e privado de forma que é difícil identificar a extensão e os limites da atuação de cada um.

Apesar de inibir a atuação de outros agentes, o poder público local acaba por estimular a atuação de outros. Como é o caso dos agentes imobiliários que após a emancipação do município, aumentaram em quantidade e em intensidade suas ações. A semelhança entre estes agentes está que além dos interesses imobiliários, boa parte também pertence aos grandes produtores agrícolas, o que mostra uma concentração das principais atividades econômicas nas mãos de um pequeno grupo de pessoas.

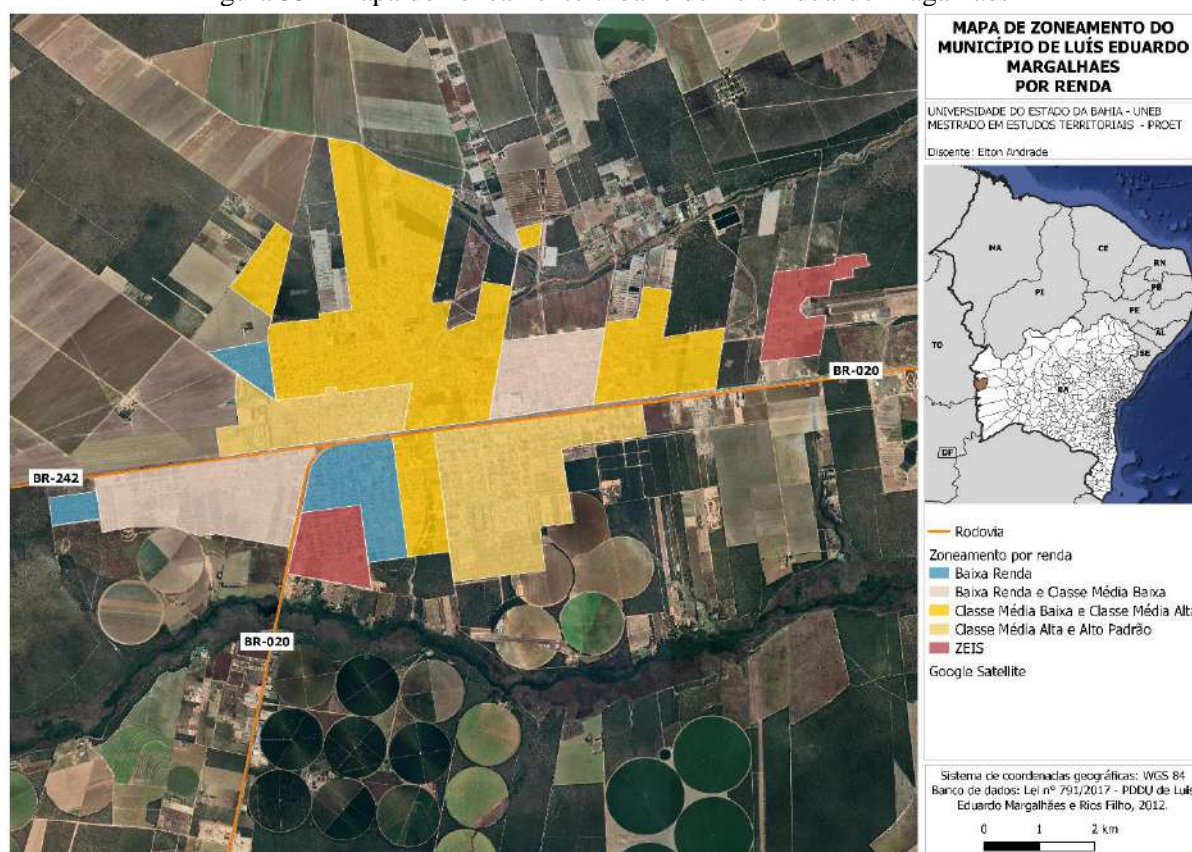
Com base nas informações do PDU<sup>9</sup>, na obra de Rios Filho (2012) e com informações

---

<sup>9</sup> O Plano Diretor Urbano de Luís Eduardo Magalhães era do ano de 2007 e foi revisado em 2017, além de redefinir o perímetro urbano, instituiu o Plano LEM 50.

obtidas nas idas a campo, foi possível cruzar os dados e construir uma atualização para o zoneamento urbano de Luís Eduardo Magalhães (Figura 55), ficando perceptível de como a cidade é cercada pelo agronegócio e como a atividade teve influência no ordenamento do territorial. Foram consideradas cinco categorias delimitadas a partir da renda da população, levando em consideração o padrão de ocupação e uso do solo: (1) áreas de interesse social; (2) uso habitacional de alto e médio-alto padrão; (3) uso habitacional de média-baixa e médio alto padrão; (4) uso habitacional de médio baixo e baixo padrão; e (5) baixo padrão.

Figura 55 - Mapa do zoneamento urbano de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Adaptado com base na lei nº791/2017 e em Rios Filho (2012).

Elaborado por Elton Andrade, 2021.

As áreas de baixa renda, que formam este tipo, têm por características elevada homogeneidade interna. Essa área é composta pelos bairros Mimoso II e o bairro Santa Cruz (Figura 56), o mais populoso da cidade e identificado pela população e pelo poder público como área que enfrenta os maiores problemas sociais, local de residência dos migrantes de baixa renda e que deram início ao processo de ocupação da cidade. Os estabelecimentos de consumo próximos a BR-242 concentram restaurantes, hotéis e oficinas. Com o distanciamento da rodovia, os estabelecimentos de consumo produtivo vão se tornando cada vez mais raros e passam apenas a existir comércios para o atendimento necessidades básicas

(pequenos mercados, bares e igrejas).

Figura 56 – Padrão residencial no bairro Santa Cruz, Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2020.

As áreas de classe baixa e média-baixa mesclam, quanto as suas localizações no espaço, a presença de residências e estabelecimentos comerciais. Destaca-se nesse padrão os bairros Jardim das Acácias e Cidade Universitária, sendo comum a presença de áreas residenciais, pouco populosos, mas com terra disponível e possibilidade de construção de novos imóveis, atrelados a atuação de agentes imobiliários quanto a localização de estabelecimentos voltados para o agronegócio, nas áreas próximas a rodovia.

Por fim, as áreas de concentração de renda estão nas classes média e alto padrão, com destaque para os bairros do Centro e do Jardim Paraíso, nesses locais a pessoas possuem alto poder aquisitivo, quase não existem pessoas com baixa renda vivendo nessas áreas e o centro comercial está concentrado e próximo dessas áreas.

A concentração dos setores de atividades (comércio, serviços e indústria) vinculadas à agricultura estimula o crescimento urbano desigual e a dependência da população. Apesar do crescimento desigual dos seus espaços urbanos por um processo que fortaleceu os grandes proprietários de terras e os empresários, onde se deve a essa parcela a crescente participação econômica da região no PIB estadual, conforme demonstrados nas tabelas 2 e 7.

Devido a sua localização, Luís Eduardo Magalhães situa-se nas proximidades da zona produtora de soja, concentra uma quantidade significativa de comércios e serviços. Na Tabela 17 foram levantados os quantitativos referentes a participação dos estabelecimentos por setor de atividade, relacionando quanto ao estoque de emprego formal e a renda média dos trabalhadores.

Tabela 17 - Participação dos estabelecimentos por setor de atividade do município de Luís Eduardo Magalhães. 2017

Setores de atividades	Estabelecimentos	Estoque de emprego formal	Renda média por trabalhador formal
<b>Extrativa mineral</b>	1	1	R\$1.030,00
<b>Indústria de transformação</b>	259	2.901	R\$2.070,48
<b>Serviços de indústria de utilidade pública</b>	2	4	R\$1.866,23
<b>Construção civil</b>	113	1.085	R\$1.752,32
<b>Comércio</b>	1.108	6.218	R\$1.462,02
<b>Serviços</b>	961	5.498	R\$1.861,92
<b>Administração pública</b>	2	2.466	R\$3.409,43
<b>Agropecuária</b>	336	3.035	R\$2.054,41
<b>TOTAL</b>	<b>2.809</b>	<b>21.208</b>	<b>R\$2.061,70</b>

Fonte: RAIS, 2018.

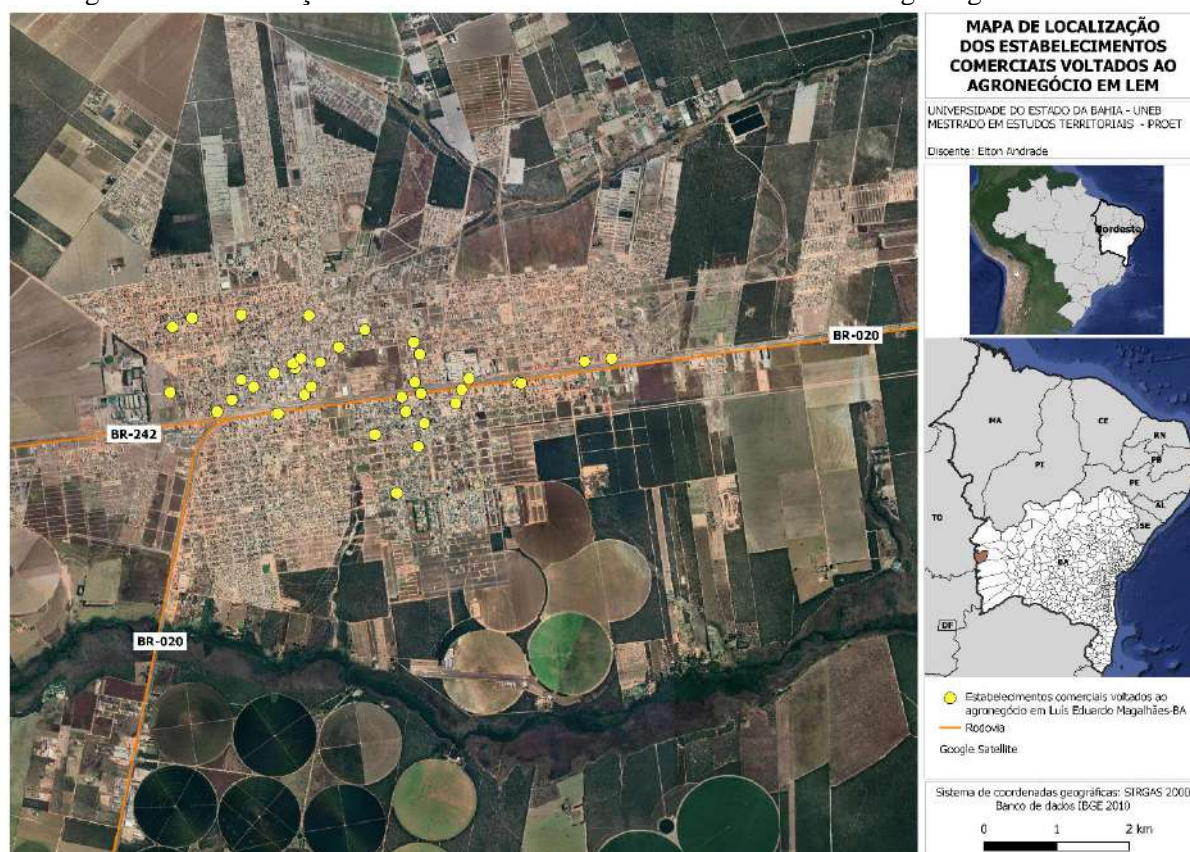
Elaboração: Elton Andrade, 2021.

A representatividade do setor de comércio e serviços é preservada quanto ao número de estabelecimentos deste tipo, pouco mais de 73% de todos os estabelecimentos existentes de Luís Eduardo Magalhães, corroborando os dados da tabela 3, quanto a participação do comércio e serviços, assim como as informações relativas à participação dos migrantes no setor (Figura 23). Em 2017, o rendimento médio do emprego formal (excluso os valores relacionados às atividades informais) foi de R\$ 2.061,70. De acordo com dados da SEI (2018), em relação ao estoque de emprego formal, entre 2014 e 2017, houve um aumento de 9%. Enquanto em 2014, o município contava com 19.454 postos de trabalho em estoque, no ano de 2017 havia um estoque de 21.208 postos, em que os maiores estoques de emprego formal pertenciam aos seguintes setores de atividade econômica: serviços (6.218), comércio (5.498), agropecuária (3.035), indústria de transformação (2.901), administração pública (2.466) e construção civil (1.085).

Uma característica que marca a organização espacial da cidade de Luís Eduardo Magalhães é a existência de uma área onde se localizam e concentram as principais atividades comerciais e de serviços. Esta área corresponde ao centro produtivo do município, resultante dos processos de centralização dos serviços e do comércio.

O surgimento dessa área central apresenta-se intimamente ligada às relações de origem do município e seu entorno. A figura 59 mostra a localização dos principais estabelecimentos comerciais, voltados para o agronegócio, resultante do processo de ocupação margeando a rodovia, principal elemento concentrador de fluxos para o município.

Figura 57 - Localização dos estabelecimentos comerciais voltados ao Agronegócio em LEM



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2021.

A partir da figura anterior, ficam perceptíveis pelo menos dois processos: (1) a localização ao longo da BR-242 que permite maior facilidade de circulação, inclusive de acesso as empresas rurais e aos produtores de municípios vizinhos; e (2) a coesão espacial que se conforma com a concentração do comércio de equipamentos e insumos voltados para vender ao agronegócio que se verifica na Figura 36, 58 e 59.

Figura 58 e 59 – Concentração de estabelecimentos comerciais voltados ao agronegócio.  
Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2020.

As atividades comerciais ligadas ao agronegócio (apresentadas nas figuras 57 e 58) são importantes por criarem um dinamismo em relação ao consumo e ao mercado de trabalho na área central. A concentração dessas atividades na área central de Luís Eduardo Magalhães gera estímulos à concentração de outras atividades na área central, assim como provoca o surgimento de estabelecimentos comerciais novos no seu entorno imediato.

Apesar do processo de coesão estar se consolidando, já se percebe uma tendência de criação de áreas especializadas em áreas não centrais, onde começam a ser formados distritos industriais especializados, gerando o aparecimento de áreas cada vez mais complexas. A relação custo-benefício tende a favorecer a reprodução do capital e o processo de coesão se insere como modo de acumulação flexível, discutida por Harvey (1992).

Nesse sentido, os agentes imobiliários começam a emergir devido às necessidades de preservar o processo de acumulação de capital, através de mudanças na organização social. Esses agentes são geradores de fragmentação entre as classes de alta e baixa renda, no qual o padrão de consumo e promovem a emergência de uma classe média que não é homogênea.

No caso do mercado imobiliário, no que se refere à produção da moradia com a atuação do setor imobiliário, foram observados os seguintes fenômenos: a dinamização do mercado imobiliário, a partir da implantação de loteamentos para famílias de renda média e disponibilidade de imóveis para aluguel; a verticalização nas áreas centrais atendendo às demandas específicas e a presença de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária (Figuras 60 e 61).

Figura 60 e 61 – Outdoors com propagandas de imóveis em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A formação de um mercado imobiliário no âmbito do espaço intraurbano tem como reflexo a criação de propagandas, de outdoors (Figuras 60 e 61) e de sites oficiais são estratégias pensadas para *marketing*, representando um instrumento essencial de divulgação das ações positivas e riquezas do município, em rede local, nacional e internacional. No caso

de Luís Eduardo Magalhães, a ideia é destacar o agronegócio e projetar uma boa imagem, forte e positiva, promovendo-a economicamente para o mundo. São utilizados slogans e termos, como a “capital do agronegócio” por conta da elevada produtividade de soja, do parque industrial e do centro comercial voltado para o setor que se conformou no município, com o objetivo de oferecer uma divulgação rápida sobre as oportunidades de investimentos na cidade.

Além disso, outras ações de promoção incluem a Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, conhecida como Bahia Farm Show (Figura 62) que acontece anualmente, como uma das maiores vitrines do agronegócio, promovendo e disseminando novas tecnologias e difundindo a competitividade no setor. Um evento desse porte é a principal estratégia para elevar a cidade de Luís Eduardo Magalhães a uma condição destacada no contexto do agronegócio brasileiro justificando a capacidade e importância do município em sediar uma atração a nível internacional e, concomitantemente, “vender” as potencialidades econômicas e infraestruturais.

Figura 62 - *Outdoor* de divulgação da Bahia Farm Show



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Além disso, a produção do espaço intraurbano da cidade é monopolizada pela elite que tem o poder de escolher o local de moradia das diferentes classes sociais por renda. Nessa perspectiva, levantamos a distribuição de edifícios e condomínios fechados pela cidade (Figura 63).

Figura 63 - Mapa de localização dos edifícios e condomínios fechados em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Elton Andrade, 2021.

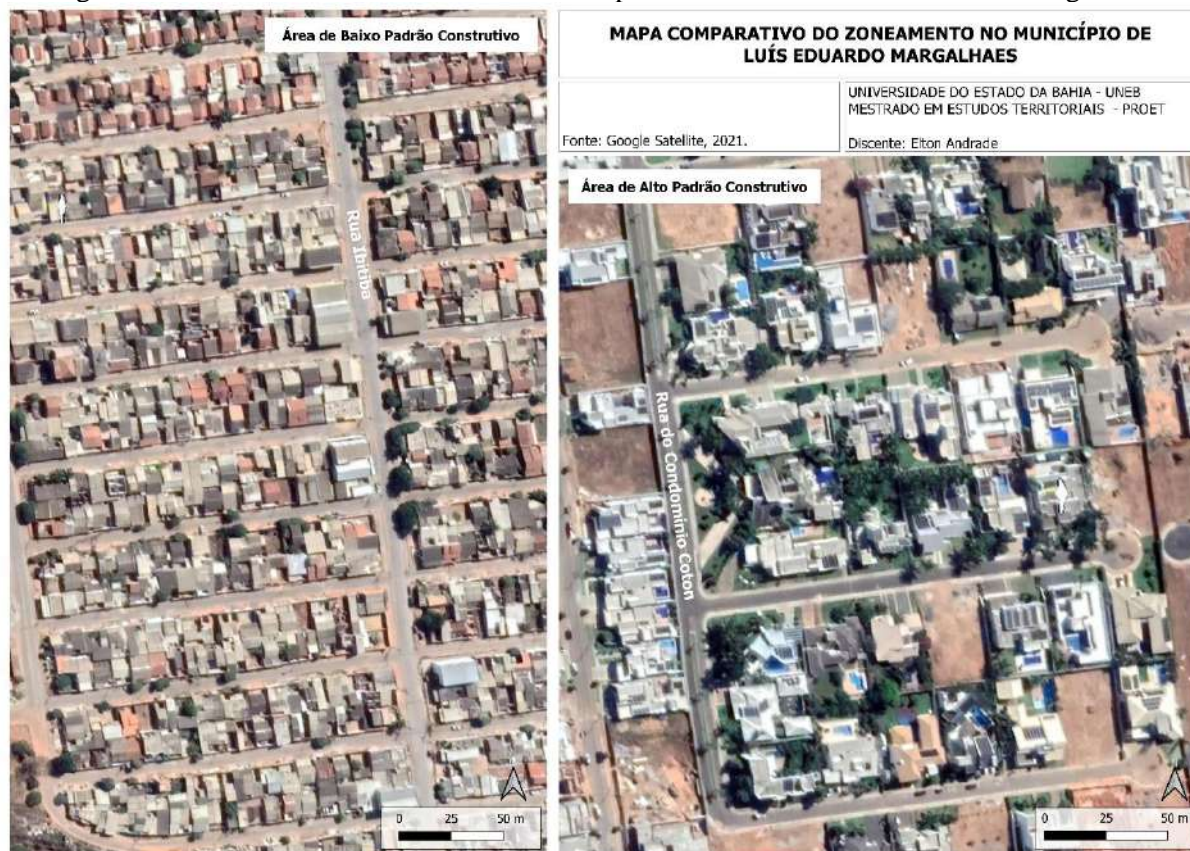
Em Luís Eduardo Magalhães, a vinda de migrantes possibilita a manutenção da força do comércio e, ao mesmo tempo, pressionam o preço das terras urbanas para cima ao procurarem um diferencial de moradia. Isso vai acabar influenciando na escolha de áreas para ocupação e, como consequência, a segregação entre as diferentes classes.

A atuação dos agentes de produção do espaço reflete na complexidade das relações sociais, assim como o espaço também condiciona a ação dos agentes que nele habitam de forma marcante. A segregação torna-se um fenômeno relacional, no qual um grupo segrega em relação à posição ocupada pelos outros grupos e determinada pelo poder de reprodução de um determinado grupo social em relação a outro.

A cidade apresenta dramáticos problemas de contrastes residenciais urbanos que refletem as grandes disparidades dos grupos sociais e econômicos da região na divisão e utilização do espaço urbano. Luís Eduardo Magalhães passa por transformações nas suas estruturas devido ao processo intenso de urbanização e migração ocorrido, principalmente, após a sua emancipação, o desenvolvimento do agronegócio, o crescimento do seu parque industrial e do setor de transportes. Com isso se proliferam os condomínios fechados contrastando com a existência de bairros que enfrentam a precariedade de infraestrutura para a

população de baixa renda (Figura 64).

Figura 64 - Realidades em áreas de baixo e alto padrão construtivo. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Google satélite.  
Elaborado por Elton Andrade, 2021.

Nas imagens de satélite estão representadas as diferenciações territoriais existentes nas duas realidades. O “território dos ricos” e o “território dos pobres”. De um lado está a visão de uma parte do bairro Jardim Paraíso, estruturado com grandes residências e condomínios. Do outro lado está a visão de uma parcela do bairro Santa Cruz, bairro periférico, sem infraestrutura e, associado à falta de infraestrutura urbana adequada, concentra grande população. A forte atuação dos especuladores imobiliários, eleva o valor dos terrenos e, por não conseguirem pagar por essa fatia de espaço acabam por ocupar os bairros com maior carência da cidade.

Os impactos da localização de empreendimentos de forma descontínua, produzem novas frentes de expansão da cidade destinadas aos mais pobres com mais precariedades e problemas em seu entorno. Morar num bairro periférico está diretamente relacionado a diferença de oportunidades e acessos desiguais em termos sociais, econômicos, educacionais e culturais. As diferenciações das áreas residenciais da cidade refletem as diferenças econômicas de poder, influenciando decisivamente em onde os membros de cada grupo

podem viver. As diferenças econômicas, de prestígio e de poder são função da classe social do indivíduo, diretamente ligada a posição ocupa em relação aos meios de produção.

A associação desses fatores, vem se refletindo em Luís Eduardo Magalhães, que passa a reproduzir problemas similares aos encontrados nos grandes centros urbanos, destacando a insuficiência de infraestrutura social nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental e a disseminação de vazios urbanos (Figura 65) promovendo a especulação imobiliária, dentre outros.

Figura 65 – Vazio urbano no bairro Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A estruturação da cidade em consonância com o atual momento histórico da urbanização, que prioriza a fragmentação, é o fator condicionante para que um padrão de segregação recente que surgiu primeiro nas grandes cidades e vem se espalhando por cidades médias através de sua reestruturação produtiva e, por isso, reproduz inclusive o seu padrão de segregação.

Apesar da concentração de pessoas com alto poder aquisitivo próximos de uma área periférica, casas e condomínios de alto padrão acabam se autosegregando, criando muros que não permitem enxergar a realidade (Figuras 66 e 67). Acreditamos que Luís Eduardo Magalhães reproduz padrões habitacionais em residências e condomínios privados, focados na localização que permita aos seus moradores um acesso privilegiado aos estabelecimentos de consumo produtivo. Porém, em função da violência vem reproduzindo formas de isolamento que minimizam o contato com o ambiente externo e fornecem a impressão de segurança, como a instalação de câmeras de segurança e criação de guaritas.

Figura 66 e 67 – Residências e condomínios privados em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Além disso, vem chamando a atenção o processo de verticalização urbana (Figura 68). A existência de prédios construídos com mais de 10 andares e outros estão em construção, gerando com isso uma nova paisagem urbana que contrasta com a dimensão horizontal, que é predominante nas cidades pequenas e médias.

Figura 68 - Aparecimento de grandes edificações em Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Acervo do autor, 2021.

O surgimento de edifícios verticais de alto padrão, apesar da disponibilidade de terra urbana, vem crescendo especialmente em áreas com terras disponíveis e em fase de consolidação. O mesmo pode ser dito da implantação de pequenos condomínios fechados e loteamentos afastados da cidade, levando para estas cidades padrões residenciais na urbanização de cidades do agronegócio, o que intensifica a dicotomia entre as áreas de segregação imposta e autosegregação daqueles com maior poder aquisitivo e as áreas de

precariedade social, desprovidas de infraestruturas. Desta maneira, percebe-se a reprodução de estratégias de apropriação dos investimentos públicos pelas classes dominantes, com a segregação em áreas de maior valor imobiliário devido às infraestruturas e aos serviços disponíveis (VILLAÇA, 1997).

Outra questão que torna este fato importante se refere, mais uma vez, a relação campo-cidade, que nesta cidade é cada vez mais intrínseca, pois, não só a produção agrícola está nas mãos dos produtores agrícolas, mas também a produção do próprio espaço intraurbano. Ao longo do trabalho, compreendemos que os agentes de Luís Eduardo Magalhães são parte de um grupo político e econômico formado por migrantes oriundos de outros estados do país, atraídos pelas possibilidades que a cidade proporciona em realizar investimentos no ramo do agronegócio.

Esses agentes possuem um perfil empreendedor, pela possibilidade em realizar elevados investimentos na compra de terras, na aquisição de tecnologias agrícolas e imóveis, com vistas para o crescimento econômico. Um bom exemplo a ser mencionado é o caso da atuação da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), pela influência diretamente no planejamento urbano e territorial (já que atua na região como um todo). Esta associação teve como um de seus presidentes Oziel Oliveira, que é o ex-prefeito de Luís Eduardo Magalhães e tem origem paranaense. Assim como o atual prefeito eleito em 2020, Júnior Marabá, natural de Rio Verde, Goiás. A apresentação desses fatores reforça a relação intrínseca entre os migrantes, os agentes do agronegócio e o poder público municipal, impactando diretamente na (re)organização da cidade.

Esse crescimento econômico coloca a cidade em destaque a nível nacional, porém esse potencial financeiro não vem acompanhado de melhorias para todos, muitos espaços ainda não possuem a devida infraestrutura básica e a concentração de renda acaba perpetuando a pobreza em bairros precarizados.

A melhoria dos dados sociais e econômicos escondem as profundas desigualdades sociais, pois, os valores elevados informam a concentração da renda gerada contrastando com a pobreza de grande parte da população como podem ser observadas na tabela 18.

Tabela 18 - Renda, pobreza e desigualdade em Luís Eduardo Magalhães - BA

	1991	2000	2010
<b>Renda per capita</b>	508,25	625,07	871,12
<b>% de extremamente pobres</b>	17,45	4,04	2,92
<b>% de pobres</b>	40,52	17,28	10,52
<b>Índice de Gini</b>	0,71	0,63	0,62
<b>IDHM</b>	0,39	0,54	0,71

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010. Com base nos dados PNUD.

A partir dos dados do Censo Demográfico e do Atlas do Desenvolvimento Humano (do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD), a situação da vulnerabilidade social de Luís Eduardo Magalhães pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores. Em relação ao percentual de pessoas extremamente pobres, houve redução no percentual que passou de 17,28% para 10,52%, entre 2000 e 2010, além disso a proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza em Luís Eduardo Magalhães, diminuiu de 4,04% para 2,92% da população total no mesmo período analisado.

No que diz respeito à desigualdade social em termos de rendimento, o município passou de 0,63, em 2000, para 0,62, em 2010, indicando, portanto, houve uma pequena redução na desigualdade de renda. O IDH teve um salto significativo, aumentou de 0,547 em 2000 para 0,716 em 2010, anteriormente ocupava a 14<sup>o</sup> colocação em relação a Bahia e agora ocupa 4<sup>o</sup>, logo depois de Barreiras.

Os valores da renda per capita mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no município - Luís Eduardo Magalhães - entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R\$ 625,07, em 2000, e de R\$ 871,12, em 2010

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 21,17%, em 2014, para 25,00%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 57,34%, em 2014, e 70,87%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255,00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 68,00%, em 2014, e 91,05%, em 2017.

Os dados deixam claro as melhorias nos dados sociais e econômicos, muito em função dos programas federais de transferência de renda. O que nos faz perceber, que esse modelo de organização agroindustrial no Oeste da Bahia apesar de gerar grandes valores, não implica em mudança social na vida da população mais carente

A realidade de uma cidade que está em transição de cidade pequena para cidade média impacta de maneira negativa, a paisagem destoa daquilo que a propaganda tenta esconder e são perceptíveis graves problemas relacionados a segregação socioespacial, violência urbana, esgotamento sanitário (nota-se que houve crescimento entre 2014 e 2017, com o serviço sendo disponibilizado para 53,96%) e questões ambientais (de acordo com dados do

Programa Queimadas e do Projeto MapBiomias, no ano de 2017, a porcentagem de cobertura vegetal por flora nativa era de 38,79%), que antes eram concentrados nas grandes metrópoles, o crime organizado começa a se estabelecer e as “bolhas” começam a aparecer, os condomínios privados e fechados começam a se espalhar como proposta habitacional para isolar esses espaços da dura realidade vívida do lado de fora desses muros.

Neste sentido, são necessários a execução instrumentos técnicos de planejamento, para promover a regulação e gestão urbana, que facilitem a produção e reprodução do espaço. O Estado deve atuar como regulador, ao invés de agente promotor em favor do mercado empresarial. O poder público deve buscar garantir a equidade da sociedade e reduzir as distâncias entre as classes, mas para isso deve envolver todos os seus atores na participação e controle social em prol intervenções que respeitem a dignidade humana e promovam a qualidade de vida.

As áreas residenciais formadas por uma concentração maior de pessoas de classe média alta e alto padrão, recebem, em maior número, imigrantes de regiões que tradicionalmente produtoras de soja. Sendo assim, podemos dizer que as pessoas que residem nestas áreas residenciais costumam investir ou são trabalhadores especializados neste tipo de produção.

A outra face expõe as áreas residenciais com piores percentuais de renda. Estas acabam por concentrar a maioria dos imigrantes de regiões que não possuem tradição no tipo de cultivo nos quais à cidade é especializada. Estas pessoas acabam por se tornar mão-de-obra barata e desqualificada na produção agrícola ou em atividades urbanas com remuneração inferior.

Acreditamos que, o grande fluxo migratório reflete a intensa desigualdade e se manifesta em manchas e pontos específicos do espaço, atendendo a lógica da seletividade espacial promovida pelo capital produtivo. Ao receber e emitir fluxos de pessoas, mercadorias, dinheiro e informação, as cidades do agronegócio passam a ser um espaço de interações, devido a nova divisão social, técnica e territorial do trabalho. Esses fluxos de mercadorias, dinheiro, informação e profissionais são atraídos pelos signos da modernidade.

Portanto, como Luís Eduardo Magalhães é uma cidade do agronegócio com a função de dar suporte a produção agrícola, percebemos que o fluxo migratório que é direcionado para cidade é fortemente condicionado pela sua função econômica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio, em virtude da sua cadeia produtiva, tem representado para o Brasil resultados significativos em termos de renda e balança comercial. A Bahia vem se destacando como um dos principais participantes nesse percentual e o Oeste baiano traz grande impacto no PIB baiano. Os dados e as análises realizadas pela pesquisa informaram os impactos gerados pela reestruturação produtiva nos Cerrados de modo mais marcante nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Essas cidades, embora estruturadas em torno do agronegócio, apresentam uma intensificação do processo de urbanização. Barreiras, como principal polo regional, se coloca também como sede de importantes órgãos estatais estaduais e federais, concentrando uma oferta de bens e serviços que atendem à demanda regional. No entanto, Luís Eduardo Magalhães tem sua dinâmica urbana centrada nas atividades do agronegócio, seja no segmento agrícola, industrial e comercial. Em termos geográficos, é importante ressaltar que o comportamento e a distribuição espacial das atividades comerciais diretamente vinculadas à oferta de insumos para a agricultura “moderna” conformam áreas especializadas, respondendo a um processo de coesão espacial. A localização geográfica ao longo das rodovias se torna um trunfo espacial que viabiliza o processo de circulação de pessoas e mercadorias, componente fundamental no funcionamento da reprodução do capital.

Observando a estrutura intraurbana das cidades em estudo, de maneira geral, podemos perceber que a correlação entre localização dos estabelecimentos produtivos e tipos de áreas residenciais por faixa de renda é essencial. A escolha em trabalhar com o fenômeno das migrações, explica-se na tentativa de ressaltar as características primordiais das cidades do agronegócio, que são o intenso fluxo migratório que estas cidades recebem, assim como o perfil desses migrantes e os impactos provocados no contexto da sua organização espacial.

As migrações passaram a desempenhar papel fundamental na dinâmica dos cerrados brasileiros, em particular dos cerrados baianos. Os fluxos migratórios mais numerosos foram os de trabalhadores, predominantemente deslocamentos intrarregionais, mas não podem ser desconsiderados os fluxos inter-regionais de sulistas, que vieram como agentes da modernização econômica.

O processo de transformação da cidade de Barreiras ocorreu de maneira seletiva e intensificou a produção desigual do espaço, por haver privilegiado uma parcela da população com renda mais elevada e, em consequência, produziu espaços exclusivos para as pessoas com alto poder aquisitivo, se estabelecendo em áreas nobres, como o bairro de Sandra Regina.

Podemos perceber os interesses dos diversos agentes produtores do espaço para extrair renda da terra e isso se verifica pela expansão dos loteamentos e condomínios privados, considerados espaços apropriados por uma classe média que foi se formando no contexto municipal. Nesse sentido, Barreiras possui um aspecto de cidade-mercadoria.

A intensificação do processo de urbanização provocou o surgimento de novos usos, novas formas e funções para atender aos interesses da classe dominante. A partir de investimentos tanto públicos como privados, diversas áreas da cidade compostas por condomínios fechados tornaram-se bastante atrativos para o capital imobiliário.

O mesmo processo expressivo de urbanização, com o crescimento da população urbana se verificou de modo muito marcado em Luís Eduardo Magalhaes. Esta cidade deixa a condição de pequeno povoado no final do século XX, e se transforma em uma cidade média, dispondo de uma densa infraestrutura de serviços e comércio diretamente vinculados à atividade do agronegócio.

Os dados revelam que os indicadores de produção foram elevados, com crescimento da área plantada, do volume de produção e da importância da produção da soja para os municípios estudados. Os municípios alcançaram elevado patamar de PIB per capita que, contudo, não refletem em melhoria geral das condições de vida da população. No entanto, a despeito desses índices, a cidade de Luís Eduardo Magalhaes revela a face mais contraditória deste processo, reproduzindo, por um lado, bairros com enormes precariedades de infraestrutura, enquanto ativa um forte mercado imobiliário, com a proliferação de condomínios fechados de elevado padrão, para uma pequena parcela da população de alto poder aquisitivo.

A forma como se realizou a reestruturação produtiva nos cerrados baianos e a lógica de acumulação que comanda o funcionamento da agricultura “moderna” de grãos formou uma elite de privilegiados, que vive em condomínios fechados de alto padrão, contrastando com a grande maioria de trabalhadores que vive em bairros com enorme precariedade de infraestrutura. Portanto, a segregação socioespacial nas cidades estudadas (e muito mais fortemente em Luís Eduardo Magalhães que resulta diretamente deste processo) é um processo que se deriva do *modus operandi* do agronegócio. As repercussões da chamada “agricultura moderna” demandam um permanente esforço acadêmico e científico para o aprofundamento das reflexões críticas sobre seus efeitos socioespaciais.

O êxodo rural acabou por acelerar o crescimento das cidades e, com isso, aumenta a desigualdade de acesso às infraestruturas urbanas. Um dos efeitos gerados pelo crescimento e pela desigualdade é o déficit de moradias e a precariedade das condições de habitação. Isso se

deve ao fato e da rápida ampliação das áreas periféricas dessas cidades que não são acessados pelas pessoas de baixa renda.

A disputa pela ocupação do solo entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano deve-se ao fato de o modo de produção vigente basear-se na propriedade privada da terra e de como o solo urbano é utilizado de forma diferente por esses agentes. Notamos que o espaço urbano concebido e determinado pelas bases do modo de produção capitalista causa efeitos inquietantes para a construção de uma cidade mais equitativa. O espaço urbano é tratado como mercadoria e os agentes públicos se portam de maneira similar aos agentes privados, cumprindo o papel de agente regulador do espaço.

Por outro lado, nota-se que a população mais vulnerável tem iniciado um processo de conscientização e de luta por acesso a habitação e infraestrutura. Apesar das disputas e conflitos com proprietários fundiários, muitas vezes, criminalizada por parte da mídia, tem surgido mais segmentos sociais e políticos lutando por uma gestão mais participativa e políticas públicas mais efetivas em termos de habitação, mobilidade, saúde e infraestrutura, justamente para amenizar esses desequilíbrios.

Com relação ao uso do solo, destacamos o aumento do número de atividades comerciais e de serviços e a proliferação do uso misto, no qual parte do lote é destinada para a realização de atividades terciárias. As alterações no padrão arquitetônico das casas dos moradores estão associadas ao aumento do processo de verticalização, com o crescimento no número de residências multifamiliares e flats. Além disso, é comum a existência de casas reformadas, muitas das quais com mais de um pavimento, o que sugere mudanças no perfil socioeconômico dos moradores.

O foco do trabalho recaiu sobre a dinâmica migratória nos cerrados baianos. Devemos considerar o vetor da modernização, do ponto de vista das estratégias adotadas em favor dos modos de produção para médias cidades e a participação dos migrantes como indutores do desenvolvimento dos modos de produção.

As cidades do agronegócio convivem dois tipos de migrantes: os que possuem alta renda e condições de consumo, cuja infraestrutura urbana é voltada para seu aproveitamento; e aqueles de baixa renda, muitas vezes excluídos e sem condições de acompanhar o consumo, composto por migrantes expulsos do campo ou provenientes de outras regiões e cidades do país, que se concentram nas áreas periféricas.

A riqueza econômica produzida pelo campo vem elevando os índices sociais, mas disfarça a realidade urbana. Ao atrair migrantes com elevados graus de qualificação e representantes dos meios de produção, o IDH e PIB dessas cidades do agronegócio eleva-se,

quando comparado aos índices de outras cidades. Porém, os indicadores econômicos associada pela riqueza gerada pelo campo e a pequena elite residente no município, acabam por esconder as desigualdades inerentes aos processos de modernização.

Entre os principais impactos da reorganização socioespacial provocada pela migração destaca-se o conflito pela posse da terra, pelo uso da água, pelos interesses dos povos tradicionais *versus* os migrantes, a ampliação das desigualdades socioeconômicas entre indivíduos e a deterioração do meio ambiente.

A partir dos dados gerados e analisados no decorrer do trabalho, pode-se concluir que o crescimento da produção está intimamente atrelado a ampliação do cultivo de grãos nos cerrados baianos. A aceleração do processo de ocupação vem atraindo os olhares de diversas partes do país, transformando a economia dos lugares para o atendimento das expectativas de um agronegócio cada vez mais globalizado.

Por outro lado, essa nova configuração tem repercutido de maneira negativa sobre a (re)organização espacial, restringindo seus efeitos positivos a uma pequena parcela da população. Enquanto, do outro lado, as pessoas sofrem com problemas pela falta de infraestrutura, saúde, educação, segurança, entre outros fatores que contribuem para o significativo aumento da desigualdade social.

Com isso, conclui-se que os cerrados baianos se configuram como áreas ricas, do ponto de vista econômico, porém socialmente excludentes, em que apenas uma parcela privilegiada da população desfruta das melhores oportunidades (em grande parte, fazendeiros, detentores dos meios de produção, grandes comerciantes e a elite local formada por políticos). Com isso, grande parte das pessoas encontra-se desassistida devido à concentração de renda, terra e exploração da mão de obra, tais fatores indicam a reprodução de relações de poder assimétricas que tendem a ampliar as disparidades sociais nos cerrados baianos.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. **Revista Servidor Público**, Brasília – DF, v. 3, n. 4, p. 41-55, 1983.
- ALMEIDA, R. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista Planejamento**, Salvador, v.5, n.4, p.19-54, out/dez.1977.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 305 p. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R.V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. São Paulo: USP, 2007.
- ARAÚJO, Tânia Barcelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**, v. 12, número especial (2), p. 113-132, set. Fortaleza, 2013.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Mobilidade especial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicamp. p. 71-93, 2011.
- BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia. **Geologia da Bahia**: 50 anos de contribuição / Organizado por Luiz Rogério Bastos Leal. Salvador: CBPM/UFBA/SBG, 2008.
- BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Cidades do agronegócio no Oeste Baiano. **Textos para discussão**, n.13. SEI, 2017.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Resultado do PIB Municipal 2007**. Salvador, SEI, 2009.
- BAPTISTA, Emerson Augusto. Detecção de clusters migratórios no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 22, p. 40-56, 2017.
- BARCELLOS, Tanya M. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaio FEE**, v. 16, n. 1, p. 296-309, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARREIRAS, Prefeitura de Municipal. **Síntese do plano diretor urbano de Barreiras**. 2004. Disponível em: <https://barreiras.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/PDDU-RT-4-Relat%3%b3rio-do-S%3%adntese-do-PDU2.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- BATISTA, Roberto Leme; ALVES, Giovanni. A ideologia da educação profissional no

contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital. In: **Anais do Seminário de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil**. Campinas – SP, 2009.

BECKER, Bertha. **Agriculture and development in Brazil**: the expansion of the agricultural frontier. *Regional Dialogue*, vol. 1, n.2, Nagoya, United Nations Centre for Regional Development, p. 160-184. 1980.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 319-367, 1997.

BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, p.13-39, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 259f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BORGES, A. Sobre o atraso no processo de urbanização da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 3, n. 2, p. 57-71, set. 1993.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do "Além São Francisco" (1827-1985). **Geotextos**, v. 6, p. 35-50. Salvador, 2010.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: uma aglomeração embrionária no Oeste Baiano? In: DIAS, P.; SANTOS, J. (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2012, p. 183-195.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**. 1970. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**. 1980. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**. 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal - PAM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766>. Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2001. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766>. Acesso em: 02 mai. 2020.

- BRASIL. IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766>. Acesso em: 02 mai. 2020.
- BRASIL. IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, 2015
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.
- BRUMES, Karla Rosário. Estudos sobre Migrações: Desafios, Diversidades e Evoluções. **LEOPOLDIANUM**, v. 39, n. 107-9, p. 13-30, 2013.
- BRUMES, Karla Rosário; DA SILVA, Márcia. A migração sob diversos contextos. **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Editora Garamond, 2002.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARVALHO, Inaiá Maria de Moreira. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **EURE (Santiago)**, v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CASTELLS, Manuel. La sociedad de la información. **El País**, v. 25, 1995.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 117-150, 1991.
- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidades média. In: SPOSITO, M. E. B (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 41-51, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, v. 4, n. 6, p. 43-52. Rio de Janeiro, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- DA SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1996.
- DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Reestruturação Produtiva e as novas configurações das Cidades Médias Potiguares: Estudo Preliminar sobre Pau dos Ferros-RN. **Revista de Economia Regional, Urbana e do**

**Trabalho**, v. 1, n. 1, 2012.

DE HAAS, Hein. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration review**, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DE SOUZA, Ueliton Basílio; SANTOS, Pablo Santana; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Agronegócio e mudanças espaciais: um estudo de caso do espaço barreirense. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, 2015.

DRUCK, Maria das Graças. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. **Revista de Economia Política**. V.19, n.2, abr/jun, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. Paz e Terra, 2001.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-153, 2011.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, n. 8, p. 29-51, 2006.

ELIAS, Denise. **Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, p. 7-11, 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto, SP**. Edusp, 2003.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re) estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, p. 98-124, jan./abr. 1986.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Gestão do território em municípios da Bahia: Um estudo comparativo. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011, p. 59-81.

FREDERICO, Samuel. As Cidades Do Agronegócio na Fronteira Agrícola Moderna Brasileira. Caderno Prudente de Geografia, Presidente Prudente, n.33, v.1, p. 5-23, 2011.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume, 2010.

GAUDEMAR, J.P. de. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris: François Maspero, 1976.

GEOFUSION. **Novo estudo da Geofusion revela informações sobre o interior do Brasil**. 2016. Disponível em: <https://blog.geofusion.com.br/novo-estudo-da-geofusion-revela-informacoes-sobre-o-interior-do-brasil>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização**. 1999. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFLCH, Universidade de São Paulo, 1999.

GÓES, L. M. **Abordagem sistêmica aplicada aos complexos agroindustriais da soja e do algodão no território do extremo oeste da Bahia**. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Ranking dos Municípios Goianos**. Goiânia: SEPLAN, 2010.

- GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 21, p. 51-77. 2011.
- GONÇALES, C. **As políticas públicas, a modernização dos Cerrados e o complexo soja no Sul Goiano: 1970 – 2005**. 247 p. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- GONÇALVES, R. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço**. São Paulo, Edusp, 1993.
- GREGORY, Derek. et al. **The Dictionary Of Human Geography**. 5th Edition. Blackwell Publishers Ltd., 2009
- HAESBAERT, R. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais", in Castro, I. Elias de; R. Lobato Correa e P. C. Gomes (orgs. 2002), **Brasil: questões atuais da reorganização do território**, 2a. ed., Bertrand, Rio de Janeiro, p. 367–415. 2002.
- HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak, 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- HIRATA, H. S. **Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993.
- JUNGES, Maria Dania. **O Município e a Saga dos Pioneiros**. Luís Eduardo Magalhães: Valci Ltda, 2004.
- KLEIN, M. R.; MASSUQUETTI, A.; SPRICIGO, G. Migrações internas: um estudo do município de Novo Hamburgo (RS). **Ensaio FEE**, v. 33, n. 2, p. 603-632, 2012.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 89-114, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **Everyday life in the modern world**. London: Allen Lane, 1971.
- LEITE, M. P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão de obra. In: **O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século**. Campinas: Scritta, p.563-587, 1994.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofia y Letras/Universidad de Buenos Aires, 1997.
- LEVEL, B. P. L.; DA SILVA, J. C. J.; MAGALHÃES, L. F. A. Migração, Trabalho e Estado. In: **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad** / Gustavo Dias, Lucia Bógus, José Carlos Alves Pereira, Dulce Baptista (orgs.). São Paulo: EDUC, 2020.
- LIMA, Josianne da Silva. **A Bahia Farm Show no município de Luís Eduardo Magalhães/BA**. 2016. 250f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2016.
- LIPIETZ, A. O Compromisso Fordista, O Fim da Idade de Ouro e então, o que fazer? **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.

LOPES, Diva Maria Ferlin. A dinâmica demográfica recente da Bahia e alguns de seus impactos sociais. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 31, p. 18-22, dez. 1996.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, Prefeitura municipal. **Luís Eduardo Magalhães ganha novo brasão como símbolo oficial em comemoração aos 21 anos**. Disponível em: <https://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/2021/03/03/luis-eduardo-magalhaes-ganha-novo-brasao-como-simbolo-oficial-em-comemoracao-aos-21-anos>. Acesso em: 21 jun 2021.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANDOLA JR, E. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 95-115, 2011.

MARANDOLA JR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MARTINE, George Roger. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. 1994.

MARTINE, George, CARVALHO, José Alberto M, de. Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. **Planejamento e Políticas públicas**. Brasília; IPEA, n,2, p,61-91, dez, 1989.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: Atlas, 2ª edição, 1994.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, v. 3. p. 85-95, 1983.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, J., HUGO, G.; KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Clarendon Press, 1999.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Rede urbana e redistribuição espacial da população brasileira. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

MENDONÇA, M. R. A reestruturação do capital e a modernização da agricultura no sudeste de Goiás. **PEGADA- A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, n. 1, 2002.

MENEZES, Maria Lúcia P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova**, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 69, p. 1-17, ago. 2001.

MONDARDO, Marcos Leandro. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições socioterritoriais. **REVISTA NERA**, n. 17, p. 112-130, 2012.

MOURA, Hélio Augusto. **Migração interna: textos selecionados**. Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MYRDAL, Gunnar. **Rich lands and poor**. New York: Harper and Row 1957.

NEGRI, Barjas; PACHECO, Carlos Américo. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, p. 62-83, 1994.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 103-116, 2012.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. **O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, B. S. de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana: (re)configurações socioespaciais no período de 1950 a 2000**. 2003. 208 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. **Cidade média do agronegócio: os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO**. 2016. 332f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2016.

OLIVEIRA, M. A. B. **Do Sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do Estado no processo de formação territorial (1889-2014)**. 263 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2015.

PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? **E-Metropolis**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 6-18, jun. 2012.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação do trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

PEREIRA, F. M. **Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração**. 107 p. Dissertação. (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PEREIRA, Julia Modesto Pinheiro Dias. Desconcentração, migração e diferenciais por estrato de renda na Bahia. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 3, p. 546-563. 2011.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento**. 2014.

RACZYNSKI, O. La movilidad territorial de la población en América Latina: perspectivas de análisis y lineamientos de investigación. In: **Anais do Congresso Latino-americano de Poblacion y Desarrollo**. Universidad Nacional Autónoma de México, p. 863-892. 1983.

RAVENSTEIN, Ernest George. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 25-88, 1980.

RIGOTTI, J. I. R. VII. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Mobilidade especial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 141-155, 2011.

RIOS FILHO, J. N. V. **As “novas” formas espaciais urbanas da agricultura: as cidades do agronegócio do Oeste Baiano e a cidade-campo em Salvador/BA**. 350 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2017.

- RIOS FILHO, J. N. V. **Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. 208 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Universidade Aberta: Portugal, 1995.
- ROSS, J. Paisagem. Configuração Territorial e Espaço Total In: **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo. Ed. Of. Textos, p. 47-61, 2009.
- SALGUEIRO, T. B. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. **Finisterra**, vol. XXIX, nº 57, p. 79-101, 1994.
- SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p.119-144. Campinas: ABEP, 1992.
- SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos; RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães–BA. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 2, 2008.
- SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989.
- SANTOS, C. D. dos. Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano. **GeoTextos**, v. 12, n. 1, p. 157-181, 2016.
- SANTOS, C. D. dos. **Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN)**. 265f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SANTOS, Camila Dutra dos; CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. Difusão do agronegócio e urbanização no Nordeste: as regiões produtivas do agronegócio da soja no oeste da Bahia e da fruticultura no baixo curso do rio Açu/Jaguaribe (CE/RN). **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 39-56, 2014.
- SANTOS, Clovis Caribe Menezes dos. **Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região**. 239 p. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2007.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos, la rêve de la terre: étude sur le processus de colonisation agricole et les lutes des paysans meridionaux aux Bresil 1930-1984**. Université de Paris X - Nanterre. (These de doctorat d'État en Sociologie; mimeo). 1986.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- SILVA, Genivânia Maria. Entre o campo e a cidade: reestruturação produtiva e novas formas de trabalho na microrregião do agreste de Itabaiana-se. In: **Anais do VII Congresso**

**Brasileiro de Geógrafos.** Vitória, 2014.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, p. 211-24, 1980.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo das relações socioespaciais nas áreas de Cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, v.1. p. 461-494.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.

SORRE, Maximilien. **Migrações e mobilidade do ecúmeno.** Tradução: Januário F. Mengale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo, Editora Ática, 1984.

SOUZA, Sergio Magno Carvalho de. **Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF.** 321 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, 2016.

SOUZA, Ueliton Basílio; SANTOS, Pablo Santana; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Agronegócio e mudanças espaciais: um estudo de caso do espaço barreirense. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 56, Uberlândia, p. 95-109, 2015.

SPOSITO et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. et al. (Org.). **Cidades médias: espaço em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 630 p

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, M. E. B. Nuevos contenidos en las periferias urbanas de las ciudades intermedias del Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones geográficas**, n. 54, p. 114-139, 2004

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida et al (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-93.

SPOSITO, M. E.; GÓES, E. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação social.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA. **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos.** Salvador: SEI, 2006.

TODARO, M. P. A Model of Labour Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. **American Economic Review**, v. 59, n. 1, p.138-148, 1969.

VÁINER, Carlos B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. **TRAVESSIA-Revista do Migrante**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 5-9, 1996.

VIANNA, Eliane Chaves. **A realidade da migração entre mudanças e dificuldades, um novo contexto sociocultural: o provisório-permanente.** 115f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1998.

VIEIRA, N. de M. **Caracterização da cadeia produtiva da soja em Goiás**. 124 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina/SC, Florianópolis, 2002.

VIEIRA, V. da S. **O governo local e a promoção econômica a partir do marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia**. 138p. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santos Antonio de Jesus, 2007.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1997.

WESZ JUNIOR, V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

WESZ JUNIOR, V. J. O mercado da soja no Brasil e na Argentina: semelhanças, diferenças e interconexões. Século XXI. **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 114-161, jan/jun. 2014.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, v. 16, n. 2, p. 298-319, 1982.

## APÊNDICE A

### • Questionário

Local: ( ) Barreiras ( ) Luiz Eduardo

Nº do questionário: \_\_\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo:  
 Masculino  Feminino

2. Idade:  
 18-19 anos       20-29 anos       30-39 anos       40-49 anos  
 50-59 anos       60 anos ou mais       Não respondeu

3. Grau de escolaridade  
 Sem escolaridade     Fundamental incompleto     Fundamental completo  
 Médio incompleto     Médio completo               Superior incompleto  
 Superior completo     Pós-graduação

4. Quantas pessoas moram com você?  
 1       2       3       4       5 ou mais

5. Você reside em que bairro? \_\_\_\_\_

6. Em qual setor econômico trabalha?  
 Comércio       Serviços       Agropecuária       Indústria  
 Const. Civil       Adm. Pública     aposentado

7. Você tem ou já teve propriedade rural?  
 tem: tamanho? \_\_\_\_\_  já teve: tamanho? \_\_\_\_\_

### DADOS MIGRAÇÕES

1. Onde nasceu (naturalidade)?  
 \_\_\_\_\_

2. Onde morava antes de mudar-se para esta cidade? \_\_\_\_\_

3. Já morou em outras cidades?  Sim  Não

4. Se sim, quais outras cidades? \_\_\_\_\_
5. Quando se mudou para esta cidade? (ano) \_\_\_\_\_
6. Por qual motivo escolheu morar nesta cidade?  
 Trabalho     Qualidade de vida     Segurança     Interação social  
 Contato com a natureza     Estudo     Outro: \_\_\_\_\_
7. Você trabalha na mesma cidade em que mora?  
 Sim     Não.  
Em caso negativo:  outra cidade. Qual? \_\_\_\_\_  zona rural do município  
 zona rural de outro município
8. Alguém na sua família veio de fora?  Sim     Não  
Se sim, de onde vieram? \_\_\_\_\_
9. Conhece ou conheceu alguém que veio de fora? Se sim, de onde?  
 Não     Sim, onde? \_\_\_\_\_
10. Quando chegou aqui, estabeleceu-se sozinho ou procurou morar perto de outros  
conterrâneos que já haviam chegado aqui antes, para facilitar o processo de  
adaptação?  
 Sozinho     Próximo a conterrâneos
11. Quais foram as suas maiores dificuldades de adaptação ao novo lugar?  
 Clima     Cultura/costumes     Trabalho  
 Acesso à habitação     Discriminação     Sem dificuldades  
Outro: \_\_\_\_\_
12. Já pôde voltar e/ou já sentiu vontade de voltar definitivamente ao seu local de  
origem? Se sim, por que resolveu permanecer aqui?  
 Não     Sim, por que? \_\_\_\_\_